

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Dissertação de Mestrado



O CENTRO NO EXTREMO: o discurso peemedebista no ciclo progressista brasileiro
(2003-2016)

CAROLINA COSTA DOS SANTOS

Pelotas, 2018.

CAROLINA COSTA DOS SANTOS

O CENTRO NO EXTREMO: O DISCURSO PEEMEDEBISTA NO CICLO
PROGRESSISTA BRASILEIRO (2003-2016)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Dra. Bianca de Freitas Linhares

Pelotas, 2018.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S237c Santos, Carolina Costa dos

O centro no extremo : o discurso peemedebista no ciclo progressista brasileiro (2003-2016) / Carolina Costa dos Santos ; Bianca de Freitas Linhares, orientadora. — Pelotas, 2018.

154 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. PMDB. 2. Ciclo progressista. 3. Discurso. I. Linhares, Bianca de Freitas, orient. II. Título.

CDD : 320

CAROLINA COSTA DOS SANTOS**O CENTRO NO EXTREMO: O DISCURSO PEEMEDEBISTA NO CICLO
PROGRESSISTA BRASILEIRO (2003-2016)**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 28/02/18

Banca examinadora:

Profa. Dra. Bianca de Freitas Linhares (Orientadora)

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Guilherme Camargo Massáu

Doutor em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Léo Peixoto Rodrigues

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

“Não há fatos, apenas interpretações.”

Friedrich Nietzsche

Dedico a todos aqueles que, incansáveis, continuam a interpretar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, a minha orientadora, ao Grupo de Pesquisa Ideologia e Análise do Discurso, aos meus professores, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, à Universidade Federal de Pelotas e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que através das contribuições realizadas por toda a população brasileira, financiou a execução desta pesquisa. Todos os citados, direta e indiretamente, constituem instituições e indivíduos sem os quais a realização deste trabalho não teria sido possível.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo significar ideologicamente o discurso peemedebista observado nas Propostas de Emenda à Constituição apresentadas por membros do partido durante o chamado Ciclo Progressista ou Maré Rosa da América Latina, aqui compreendido pela ascensão dos governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Vana Rousseff (2011-2016). Esta pesquisa ampara-se no constructo teórico de Ernesto Laclau e Chantal Mouffee, encontrando no Pós-Estruturalismo e na Teoria Do Discurso as bases teóricas para as reflexões que seguem. Defende-se, a despeito de identificações ideológicas *a priori* constituídas, a localização do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, no período 2003-2016, em um misto de posições no *continuum* ideológico.

Palavras-chave: PMDB; Ciclo Progressista; Discurso.

RESUMEN

Este trabajo tiene por objetivo significar ideológicamente el discurso peemedebista observado en las Propuestas de Enmienda a la Constitución presentadas por miembros del partido durante el llamado Ciclo Progresista o Maré Rosa de América Latina, aquí comprendido por la ascensión de los gobiernos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) y Dilma Vana Rousseff (2011-2016). Esta investigación se ampara en el constructo teórico de Ernesto Laclau y Chantal Mouffee, encontrando en el Post-Estructuralismo y en la Teoría Del Discurso las bases teóricas para las reflexiones que siguen. Se defiende, a pesar de identificaciones ideológicas *a priori* constituidas, la ubicación del Partido del Movimiento Democrático Brasileño, en el período 2003-2016, en un mixto de posiciones en el continuo ideológico.

Palabras clave: PMDB; Ciclo Progresista; Discurso.

ABSTRACT

This paper aims to ideologically mean the peemedebista discourse observed in the Proposals for Amendment to the Constitution presented by members of the party during the so-called Progressive Cycle or Maré Rosa of Latin America, understood here by the rise of the PT governments of Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) and Dilma Vana Rousseff (2011-2016). This research is based on the theoretical construct of Ernesto Laclau and Chantal Mouffee, finding in Post-Structuralism and in Theory of Discourse the theoretical bases for the reflections that follow. It is defended, in spite of ideological identifications *a priori* constituted, the location of the Party of the Brazilian Democratic Movement, in the period 2003-2016, in a mixture of positions in the ideological *continuum*.

Keywords: PMDB; Progressive Cycle; Discourse.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Relação de PECs apresentadas por membros do PMDB no período 1989-2017.....	19
Gráfico 02 – Relação de deputados federais eleitos em 2002 por percentual de cadeiras ocupadas por partidos.....	64
Gráfico 03 – Relação de deputados federais eleitos em 2006 por percentual de cadeiras ocupadas por partidos.....	64
Gráfico 04 – Relação de deputados federais eleitos em 2010 por percentual de cadeiras ocupadas por partidos.....	67
Gráfico 05 – Relação de deputados federais eleitos em 2014 por percentual de cadeiras ocupadas por partidos.....	68
Gráfico 06 – Ideologia peemedebista no Ciclo Progressista Brasileiro (2003-2016)	79
Gráfico 07 – Classificação ideológica Primeiro Mandato Lula por grande área (2003-2006).....	81
Gráfico 08 – Classificação Ideológica Segundo Mandato Lula por grande área (2007-2010).....	85
Gráfico 09 – Classificação Ideológica Geral dos Governos Lula (2003-2010).....	87
Gráfico 10 – Classificação ideológica Primeiro Mandato Dilma por grande área (2011-2014).....	90
Gráfico 11 – Classificação Ideológica Segundo Mandato Dilma por grande área (2015-2016).....	92
Gráfico 12 – Classificação Ideológica Geral dos Governos Dilma (2011-2016).....	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Quadro de Sentidos Ideológicos dividido por grandes áreas e nós.....	25
Quadro 02 – Governo Lula dividido por grande área e respectivos percentuais de classificação.....	88
Quadro 03 – Governo Dilma dividido por grande área e respectivos percentuais de classificação.....	96

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Estrutura discursiva do programa partidário peemedebista “Democracia como Desenvolvimento”.....	70
Imagem 02 – Estrutura discursiva do programa partidário peemedebista.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superiores
DEM – Democratas
GP IdAD – Grupo de Pesquisa Ideologia e Análise do Discurso
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
PAN – Partido dos Aposentados da Nação
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PEN – Partido Ecológico Nacional
PFL – Partido da Frente Liberal
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PP – Partido Progressista
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PRONA – Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PROS – Partido Republicano da Ordem Social
PRP – Partido Republicano Progressista
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão

PSL – Partido Social Liberal

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PST – Partido Social Trabalhista

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

PTC – Partido Trabalhista Cristão

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PTR – Partido Trabalhista Renovador

PV – Partido Verde

SCIELO – *Scientific Electronic Library Online*

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 PÓS-ESTRUTURALISMO: POSSIBILIDADES DE ESTUDO A PARTIR DA TEORIA DO DISCURSO LACLAUNIANA	29
2.1 O Estruturalismo como raiz do Pós-Estruturalismo.....	29
2.2 O Pós-Estruturalismo como matriz epistemológica.....	32
2.3 A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau.....	33
2.3.1 O discurso como categoria central.....	38
2.3.2 O antagonismo em Ernesto Laclau.....	42
2.3.3 Significantes vazios, hegemonia e a (im)possibilidade de emancipação.....	44
3 O CICLO PROGRESSISTA LATINO-AMERICANO: O CASO BRASILEIRO ENQUANTO EXTERIOR DISCURSIVO	54
3.1 O Ciclo Progressista Latino-Americano.....	54
3.2 O Ciclo Progressista Brasileiro.....	61
3.2.1 Os governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).....	61
3.2.2 Os governos Dilma Vana Rousseff (2011-2016).....	65
3.3 O PMDB no Ciclo Progressista Brasileiro.....	69
4 O DISCURSO PEEMEDEBISTA OBSERVADO NAS PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO APRESENTADAS ENTRE 2003 E 2016	74
4.1 Por uma significação ideológica peemedebista.....	74
4.2 Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).....	79
4.3 Governo Dilma Rousseff (2011-2016).....	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
6 REFERÊNCIAS	101
7 APÊNDICES	106

INTRODUÇÃO

No dia 19 de dezembro de 2017, o então Partido do Movimento Democrático Brasileiro oficializou a troca de seu nome. Retornando às origens, o agora Movimento Democrático Brasileiro declarou que tal troca traduziu o anseio pelo resgate da identidade histórica construída pelo partido enquanto oposição à Aliança Renovadora Nacional – ARENA na época da Ditadura Civil Militar Brasileira. Enquanto maior partido do Brasil em número de filiados e em representação no Congresso Nacional, o PMDB se apresenta como um partido de massas, cuja bandeira principal é a defesa da democracia, tida pelo partido como o caminho para o desenvolvimento (PMDB, 2012).

Diversos estudos trataram de abordar o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (KINZO, 1988; MOTTA, 1997; PASQUARELLI e BIZARRO NETO, 2012; BIZZARRO NETO, 2013; MELO, 2013; MACIEL, 2014a; MACIEL, 2014b; PALMEIRA, 2015; LAMEIRA e PERES, 2015; SANTOS, 2017). Buscando refletir sobre o partido a partir de distintos enfoques, seja seu aspecto organizacional, seja sua trajetória e desenvolvimento ao longo de sua consolidação enquanto um dos maiores partidos brasileiros no período pós-redemocratização, o PMDB foi classificado como sendo essencialmente de centro em diversos estudos e partindo de distintas metodologias de estudo.

Limongi e Figueiredo (1995), Fernandes (1995), Mainwaring, Power e Meneguello (2000) e Leoni (2002) dando primazia as votações, seja votações nominais ocorridas na Câmara dos Deputados, seja votações durante Constituintes ou votações no Congresso, classificaram o PMDB como um partido de centro. Utilizando-se de outros métodos (votações, pesquisas de opinião e aplicação de questionários, dentre outros), Coppedge (1997), Power (2000), Rodrigues (2002), Carreirão (2006) e Kinzo (2007), por sua vez, ainda assim apontaram a classificação do partido como posicionada no centro do *continuum* ideológico. A exceção desta classificação surge em estudo de Tarouco (2007), que fazendo uso do método de análise do conteúdo do programa partidário peemedebista, o classificou como sendo de esquerda.

A despeito desta última classificação do partido como posicionado à esquerda do espectro ideológico, o destaque para a classificação do PMDB como sendo um

partido de centro, já no título desta pesquisa¹ merece, entretanto, algumas considerações.

Apresentar o PMDB enquanto um partido de centro segue, aqui, uma classificação apenas referencial. Referencial porque busca-se, com esta pesquisa, elucidar uma nova possibilidade de classificação dos partidos políticos, levando em conta, ainda, a díade esquerda-direita, mas observando com maior rigidez o papel da ideologia e de sua materialidade para a efetiva classificação de um partido como sendo de esquerda, de centro ou de direita, considerando as diversas ramificações de cada um destes campos do gradiente ideológico. Nesse sentido,

Atentos à carência de um tratamento mais adequado da ideologia por parte da literatura política nacional que trata da classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros, em nossa proposta, empregamos uma visão diferenciada, que entende a ideologia em sua materialidade (LUZ, 2017, p. 21).

É certo que falar em materialidade da ideologia implica uma série de questões. A mais palpável, entretanto, diz respeito à mensurabilidade deste intento, isto é, como mensurar a materialidade da ideologia? Ou ainda, e anteriormente, como mensurar a posição política?

Tarouco e Madeira (2013), a partir de revisão bibliográfica, apontam para a existência de dois grupos principais no que se refere a possibilidade de classificação dos partidos diante do eixo esquerda-direita. O primeiro grupo compreende a identificação apontada pelo próprio partido. O segundo grupo, por sua vez, compreende a identificação apontada por outros ao analisar uma determinada agremiação partidária. De acordo com Tarouco e Madeira (2013), o primeiro grupo faz uso majoritariamente de *surveys* e documentos dos partidos, sendo essa análise realizada principalmente em torno dos programas partidários e de seu conteúdo discursivo. O segundo grupo, por sua vez, faz uso de três estratégias principais “(i) as análises das posturas dos políticos assumidas na atuação parlamentar; (ii) as análises da imagem que a opinião pública constrói a respeito dos partidos e (iii) a classificação feita por especialistas (acadêmicos ou da imprensa)” (TAROUCO e MADEIRA, 2013, p. 152). Partindo de uma combinação entre os apontamentos de Tarouco e Madeira (2013), propõe-se a construção de uma análise acadêmica (isto é, realizada por terceiros) da identificação apontada pelo próprio partido, a partir de

¹ A construção “o centro no extremo” diz respeito à classificação referencial peemedebista, isto é, enquanto um partido de centro, e a perspectiva de seu discurso em um dos extremos do *continuum* ideológico, no caso, a esquerda.

seu discurso. De modo a aclarar tal afirmativa, parte-se de uma análise da identificação proposta pelo próprio partido apenas visando identificar possíveis alinhamentos ideológicos entre seu discurso e sua materialidade ideológica.

Diante do exposto, uma outra questão se faz importante: a posição dos membros de um partido reflete, em si, o posicionamento partidário? Tal questão pode ser respondida afirmando que o programa partidário peemedebista dá liberdade de atuação a seus membros. Cabendo destacar que este mesmo programa partidário reforça, entretanto, a tentativa de evitar o deslocamento de sentidos na atuação de seus eleitos. Parte-se, assim, do pressuposto de que existe um mínimo de fidelidade de atuação de seus representantes com o posicionamento definido pelos partidos. A fidelidade partidária ainda é, de acordo com Maciel (2004) um “dever que se impõe ao parlamentar de obediência às diretrizes do partido e de permanecer no partido em que tenha sido eleito, sob pena de perda do mandato”² (MACIEL, 2004, p. 2).

Isto posto, retomemos a questão quanto à materialidade da ideologia. No caso do presente estudo – e seguindo uma nova metodologia de classificação dos partidos políticos – tal materialidade pode ser observada na concretização de políticas. Por concretização de políticas, entendemos as falas dos sujeitos políticos transformadas em Projetos de Lei, Medidas Provisórias, Propostas de Emenda à Constituição e demais documentos que permitam uma classificação em termos ideológicos. Pode-se inferir, desta premissa, ainda a noção de que a materialidade somente poderia ser observada caso o projeto, proposta ou medida entrasse em vigor de fato. De acordo com Luz (2017),

não inferimos um dado posicionamento ideológico baseado apenas nas falas dos parlamentares em suas manifestações no Congresso, embora essas tenham também grande relevância para a análise que objetivamos. Essa relevância reside em demonstrar a autopercepção ideológica exteriorizada pelos sujeitos. No entanto, respaldados nos pressupostos da teoria laclauiana, acreditamos que o real posicionamento ideológico dos parlamentares manifesta-se, de fato, na “prática” parlamentar, a qual aqui consideramos a partir dos projetos de lei por eles apresentados. Em nosso entendimento, a materialidade destas proposições se expressa na consideração de que, uma vez aprovadas, elas implicarão uma mudança efetiva na realidade (LUZ, 2017, p. 44).

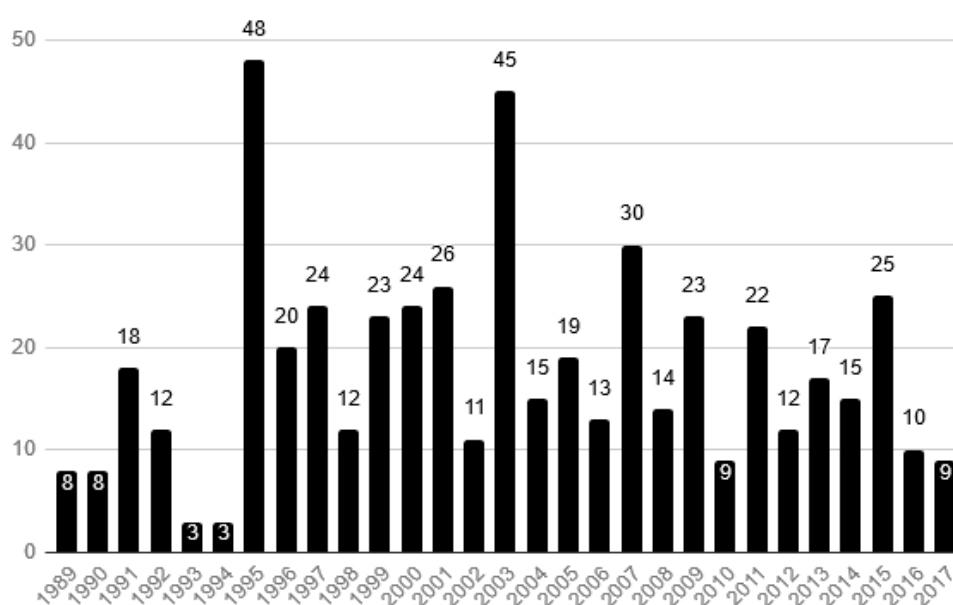
Os apontamentos da autora quanto à metodologia de pesquisa no trecho supracitado merecem atenção especial no caso do presente trabalho. A

² A fidelidade partidária no Brasil foi introduzida pela Emenda Constitucional número 1 de 1969, artigo 152, em parágrafo único (MACIEL, 2004, p.2).

materialidade não pode ser considerada nesse mesmo sentido nesta pesquisa, isso porque o número de PECs apresentadas por membros do PMDB, se considerássemos somente aquelas aprovadas, ainda que considerando um extenso período de tempo (2003-2016), seria consideravelmente irrisório.

Uma PEC – Proposta de Emenda à Constituição, objeto de pesquisa deste trabalho, é uma atualização à Constituição Federal em vigência, no caso, a Constituição Federal de 1988. Tais propostas podem ser apresentadas pelo Presidente da República, por um terço de deputados federais e/ou senadores e ainda por Assembleias Legislativas, desde que seja salvaguarda a maioria relativa de seus proponentes. Uma PEC é votada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e só é aprovada se receber pelo menos três quintos dos votos dos deputados e dos senadores, isto é, 308 e 49 votos favoráveis, respectivamente. De modo geral, PECs apresentam um projeto de alteração e uma breve justificativa para sua arguição ou não. Em fevereiro de 2018, 3.608 PECs estavam listadas no *website* da Câmara dos Deputados (considerando o período 1948-2018), sendo que somente 1.173 encontravam-se em tramitação de fato. O PMDB, por sua vez, apresentou um total de 518 PECs no período 1989-2017, distribuídas conforme gráfico que segue (gráfico 01):

Gráfico 01: Relação de PECs apresentadas por membros do PMDB no período 1989-2017



Fonte: Elaboração própria.

Conforme observado no gráfico 01, o maior número de PECs foi apresentado nos anos de 1995 (48), 2003 (45) e 2007 (30). Nosso objeto de pesquisa compreende, das 518 PECs apresentadas por membros³ do PMDB no período pós-redemocratização, 269 propostas no período 2003-2016, representando um percentual de 51,93% daquele total. Diante do exposto, e uma vez delineado nosso objeto, prossigamos para a apresentação da lente teórica que norteia nosso estudo.

Para realizar o intento de classificação ideológica do PMDB durante o Ciclo Progressista brasileiro, nos amparamos no constructo teórico elaborado por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Laclau e Mouffe propõem a apreensão do social a partir de práticas discursivas. Calcados em uma base epistemológica pós-estruturalista, desenvolvem sua teoria criticando quaisquer essencializações e dando primazia ao discurso enquanto categoria central para a compreensão da sociedade. Nessa perspectiva, tudo é discurso e, portanto, discursivo. É a teoria laclauniana que possibilita ainda a apresentação do recorte temporal desta pesquisa. O Ciclo Progressista brasileiro, aqui, se apresenta enquanto a ascensão de governos de esquerda e de centro-esquerda ao poder. Tal ascensão é observada na eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Vana Rousseff, no caso brasileiro, ambos filiados ao Partido dos Trabalhadores, um dos partidos classificados essencialmente à esquerda do espectro político. O Ciclo Progressista, aqui, apresenta-se enquanto exterior discursivo que age de modo direto e indireto sobre o discurso construído por um objeto (ou sujeito) *a* e outro *b*.

Dada a importância da apreensão do discurso para a compreensão do social na perspectiva laclauniana, a relevância da presente pesquisa reside justamente na importância do discurso seja para a construção do sujeito enquanto agente político, seja para compreender seus posicionamentos enquanto representante da sociedade. Isto posto, o presente estudo se justifica em função da escassez de pesquisas de análise no âmbito da Teoria do Discurso da Escola de Essex⁴, além da escassez de estudos realizados sobre o partido político aqui

³ Cumpre destacar que a opção pela nomenclatura “membros” no lugar de deputados e/ou senadores diz respeito a tramitação em conjunto de algumas propostas aqui discutidas (tal relação encontra-se devidamente detalhada na lista de PECs que serviram de substrato para esta pesquisa nos apêndices deste trabalho. Essencialmente, entretanto, salientamos que as Propostas de Emenda à Constituição aqui trabalhadas foram coletadas no *website* da Câmara dos Deputados, na seção Atividade Legislativa e na subseção Projetos de Lei e Outras Proposições.

⁴ Os estudos na área da análise do discurso proposta pela Escola Francesa são significativamente mais numerosos no caso brasileiro.

tratado, qual seja, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB⁵. Desta forma, busca-se suprir uma lacuna na produção acadêmica da Ciência Política Brasileira, estudando o PMDB e buscando uma classificação ideológica para o partido a partir de uma nova metodologia de classificação, calcada na Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Com o que foi tratado até agora, apresentamos, a seguir, o problema de pesquisa que guia essa dissertação.

Partindo de uma nova proposta metodológica para a classificação dos partidos políticos brasileiros e de seu comportamento discursivo, centrada em três grandes áreas – Economia, Estado e Social – busca-se, com este trabalho, contribuir com novas possibilidades para a análise do cenário político brasileiro tendo como referência as noções de discurso (entendido aqui como sinônimo para ideologia) e de político, enquanto categorias essenciais para uma nova possibilidade de inserção e de localização no espectro político. Busca-se, assim, problematizar a relação entre o discurso do sujeito político e a busca por uma classificação ideológica discursiva dos partidos políticos a partir dessa localização no eixo esquerda-direita. No caso do presente estudo, uma localização no espectro ideológico para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Diante do exposto, o problema de pesquisa que norteia este trabalho é o seguinte:

Como se classifica ideologicamente o discurso peemedebista durante o Ciclo Progressista Brasileiro, compreendido pela ascensão dos governos de esquerda de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Vana Rousseff (2011-2016)?

Dado o supracitado problema de pesquisa, e amparado no constructo teórico de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, o objetivo do presente trabalho é, portanto, significar ideologicamente o discurso peemedebista observado nas Propostas de Emenda à Constituição apresentadas por membros do partido durante o chamado Ciclo Progressista ou Maré Rosa da América Latina, período aqui compreendido pela ascensão dos governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Vana Rousseff (2011-2016). Os objetivos específicos que norteiam a execução deste estudo, por sua vez, são: a) a realização de um breve levantamento do exterior discursivo que permitiu a emergência do discurso observado em PECs

⁵ Tal escassez é ressaltada se comparada com o número de estudos dedicados a partidos como o Partido dos Trabalhadores – PT e Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. Uma consulta à Scientific Electronic Library Online – Scielo, realizada no dia 2 de Março de 2018, apresentou um total de 95 resultados para a palavra-chave Partido dos Trabalhadores, 19 resultados para a palavra-chave Partido da Social Democracia Brasileira e apenas 6 resultados para a palavra-chave Partido do Movimento Democrático Brasileiro, por exemplo.

apresentadas por membros peemedebistas, isto é, o levantamento de um breve panorama do Ciclo Progressista na América Latina e, mais especificamente, no caso brasileiro; b) a classificação das Propostas de Emenda à Constituição apresentadas pelo PMDB nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff; e c) a identificação de convergências e divergências ideológicas entre o governo de esquerda estabelecido e o discurso de um partido tido como essencialmente posicionado no centro do espectro político.

Considerando o período que compreende a ascensão dos governos de esquerda de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Vana Rousseff (2011-2016) eleitos através do Partido dos Trabalhadores – PT como o Ciclo Progressista brasileiro, e tendo como objeto de pesquisa as Propostas de Emenda à Constituição apresentadas por membros do PMDB no período supracitado, defende-se, a despeito de identificações ideológicas *a priori* constituídas, a localização do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, no período 2003-2016, em um misto de posições no *continuum* ideológico. De modo a aclarar tal afirmativa, defende-se que o discurso observado nas Propostas de Emenda à Constituição apresentadas por membros peemedebistas no período 2013-2016 apresenta convergência ideológica tendente ao centro do espectro político, apresentando significativa incidência de políticas apresentando sentido hegemônico ante as possibilidades de classificação do espectro ideológico.

Uma vez apresentados problema de pesquisa, objetivos e hipótese, passemos à metodologia de pesquisa que norteia a execução desta pesquisa.

Buscando classificar o comportamento discursivo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro considerando as Propostas de Emenda à Constituição apresentadas por membros do partido nos mandatos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Vana Rousseff (2011-2016), propõe-se que se siga uma nova metodologia de classificação dos partidos políticos brasileiros, proposta pelo Grupo de Pesquisa Ideologia e Análise do Discurso⁶ – GP IdAD.

O GP IdAD propõe uma nova metodologia de classificação dos partidos políticos brasileiros centrada na impossibilidade de essencializar um posicionamento para os partidos em um ou outro ponto do espectro político-ideológico, mas de dizer, ao contrário, o quanto um partido é de esquerda ou de direita. A hipótese defendida

⁶ O Grupo de Pesquisa Ideologia e Análise do Discurso é um grupo de pesquisa do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas. Para mais informações, ver: <http://wp.ufpel.edu.br/idad/>.

pelo grupo é a de que um partido não pode ser classificado como essencialmente de esquerda ou de direita, e o que torna possível qualquer classificação é, na verdade, as políticas apresentadas pelo partido, traduzidas em Propostas de Emenda à Constituição, Medidas Provisórias, Projetos de Lei e outros materiais que possam indicar seu posicionamento.

Defendendo que a classificação dos partidos deve ocorrer de forma aprofundada, a metodologia proposta pelo GP IdAD segue dois momentos de classificação. Primeiro, defende-se que a caracterização do que seja esquerda-direita não deve seguir qualquer *a priori* constituído. Sendo assim, o que define o que é esquerda e o que é direita é a própria atuação dos parlamentares traduzidas em seu discurso. Segundo Luz (2017)

Em linhas gerais, a classificação parte do comportamento dos partidos nos poderes Legislativo e Executivo, ou seja, no campo discursivo da representação política, em que são consideradas todas as siglas partidárias e sujeitos políticos que estabelecem as relações entre Executivo e Legislativo. O entendimento, na referida proposta metodológica, é de que os sentidos discursivos e ideológicos que permeiam um determinado campo são, em geral, partilhados pelos sujeitos que dele fazem parte, neste caso, pelos representantes políticos. Deste modo, os sentidos políticos assumem uma condição hegemônica, ainda que isso não implique que todos os sujeitos compartilhem os sentidos ideológicos da mesma forma. Em outras palavras, mesmo que os políticos tenham entendimento dessemelhante quanto ao conteúdo valorativo de determinada proposta, há um grau mínimo de concordância quanto a sua natureza mais à esquerda ou à direita, pois os sentidos associados a tais posicionamentos estão, de alguma forma, sedimentados dentro do campo discursivo (LUZ, 2017, p. 42).

O que possibilita a caracterização do discurso segundo tal proposta é a identificação de palavras detonadoras coletadas durante análise minuciosa dos pronunciamentos dos parlamentares. Tais palavras detonadoras são responsáveis pela captação do sentido ideológico atribuído pelos sujeitos políticos, o que possibilita a construção de significado para um e outro campo do espectro ideológico. Uma vez definidas as palavras detonadoras, torna-se possível analisar o discurso pretendido. Essencialmente, a busca pelos sentidos ocorreu, no caso desta pesquisa, na aba Discursos e Notas Taquigráficas do *website*⁷ da Câmara dos Deputados.

A definição das palavras detonadoras e a busca por sua aplicação de fato no banco de discursos da Câmara dos Deputados levou o grupo à construção de uma divisão em três grandes áreas para os aspectos abordados nas análises discursivas

⁷ Para mais informações, ver: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas/pesquisa/pesquisa-basica>.

de documentos, quais sejam: Economia, Estado e Social. Cada uma dessas áreas engloba um conjunto de nós e subnós que, respeitados os sentidos encontrados no discurso dos parlamentares e aglomerados por afinidade em um Quadro de Sentidos Ideológicos (ver Quadro 01), possibilitam a classificação em algum ponto do gradiente ideológico pela nova metodologia proposta. São quatro as possibilidades de classificação nesse *continuum* ideológico: esquerda conservadora, esquerda liberal, direita liberal e direita conservadora.

Uma vez coletados os documentos a serem analisados, no caso dessa dissertação, as mencionadas PECs, parte-se para a análise *stricto sensu* dos documentos. Em primeiro lugar, os documentos são divididos em cada uma das três grandes áreas, o que torna possível conhecer o discurso considerando apenas uma ou as três em conjunto. Essa dissertação, conforme mencionado, visa significar ideologicamente o PMDB considerando seu discurso nas três áreas temáticas, isto é, Economia, Estado e Social. Uma vez realizada a divisão, recorre-se a mais uma leitura minuciosa de cada documento, relacionando o sentido encontrado com o sentido observado no Quadro de Sentidos Ideológicos, o que possibilita a classificação em algum ponto (e em mais de um) do *continuum* esquerda-direita. Assim,

Nossa leitura é que devido às alterações ocorridas ao longo dos últimos anos, seria inadequado estabelecer uma relação automática entre ideologias (esquerda/centro/direita) e partidos políticos correspondentes de forma homogênea. Por ideologia homogênea estamos nos referindo a uma visão da ideologia partidária como unificada e coesa em todos os campos de atuação. Em contrapartida, sustentamos que embora não consideremos adequado tratar dos partidos como essencialmente de esquerda, de centro ou de direita, entendemos que os mesmos identificam-se com políticas de esquerda, de centro ou de direita. A adoção destas, por sua vez, pode variar de acordo com a posição na qual o partido se encontra (situação ou oposição) em dado período temporal e conjuntura política (LUZ, 2017, p. 40-41).

Conforme mencionado, a metodologia proposta pelo GP IdAD segue uma classificação que não essencializa partidos como localizados à esquerda ou à direita do espectro político. O que pode-se atribuir, na contramão disso, é um percentual para o quanto um partido é de esquerda ou de direita analisando as políticas por ele apresentadas. Isto posto, seguimos as clivagens do espectro ideológico, mas descartamos quaisquer tipos de essencializações que possam limitar um posicionamento dos sujeitos políticos.

Uma vez realizada a leitura minuciosa dos documentos selecionados, segue-se uma análise do conteúdo das consideradas políticas específicas, isto é, Medidas

Provisórias, políticas públicas e, no caso do presente trabalho, Propostas de Emenda à Constituição. Seu conteúdo ideológico é analisado tendo como base o Quadro de Sentidos Ideológicos, conforme descrito acima, e dividido conforme o quadro que segue (quadro 01).

Quadro 01: Quadro de Sentidos Ideológicos dividido por grandes áreas e nós

GRANDE ÁREA	NÓ
Economia	Desenvolvimento Econômico Desenvolvimento Regional Geração de Emprego e Renda Relações de Consumo
Estado	Administração Pública Importação/Exportação Política Externa Previdência Privatizações/Concessões Reforma Política Segurança Tributação
Social	Cidadania Educação Inclusão Social Indígenas Infância e Juventude LGBTs Meio Ambiente Mulheres Negras e Negros Relações Agrárias Relações de Emprego

Fonte: Grupo de Pesquisa Ideologia e Análise do Discurso (2018).

Uma vez divididas as PECs segundo as três grandes áreas propostas pela metodologia aqui utilizada, procede-se a leitura e a análise do material em ordem cronológica. Para cada uma das análises deve ser elaborada uma ficha que contenha dados essenciais para sistematizar o absorvido de sua leitura. Aqui, cumpre ressaltar a importância de destacar e de transcrever trechos relevantes

presentes no documento, a propósito de exemplificar o sentido ideológico observado e relacionado no Quadro de Sentidos.

O terceiro e último passo desse desenho de pesquisa consiste em analisar em conjunto todos os documentos elaborados, possibilitando, aqui, a pesquisa através de abordagem tanto quantitativa quanto qualitativa. Pela abordagem quantitativa, é possível mensurar quais políticas são prioridade para o partido e, conseqüentemente, quais são as políticas que mais e menos aparecem. No caso da abordagem qualitativa de pesquisa, é então possível classificar – através dos sentidos encontrados e significados no Quadro de Sentidos Ideológicos – o comportamento político-ideológico do partido e seu posicionamento no espectro político, considerando as quatro possibilidades mencionadas nesse gradiente de ideologia: esquerda conservadora, esquerda liberal, direita liberal e direita conservadora.

Para a presente pesquisa, foram analisadas 269 Propostas de Emenda à Constituição, sendo 168 PECs apresentadas durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva e 101 PECs apresentadas durante o governo Dilma Vana Rousseff. A análise dessas PECs se fez também a partir de análise de conteúdo, que se construiu em três fases (CAMPOS, 2004):

1) Exploração inicial do corpus discursivo para análise: O levantamento do Ciclo Progressista Brasileiro como definido pelos governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Vana Rousseff (2011-2016) e as PECs apresentadas pelo PMDB neste período;

2) Definição das unidades de análise: as unidades de análise do presente estudo se constituem nas PECs apresentadas nos governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Vana Rousseff (2011-2016);

3) Definição das categorizações e subcategorizações: Esta fase consiste na apresentação dos nós e subnós que possibilitarão a análise das PECs. No caso da presente pesquisa, tais nós e subnós foram definidos em trabalho realizado pelo Grupo de Pesquisa Ideologia e Análise do Discurso, e encontram-se definidos no Quadro de Sentidos. É a partir dessas categorias que prosseguir-se-á com a análise das Propostas de Emenda à Constituição apresentadas por parlamentares do PMDB nos mandatos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Vana Rousseff (2011-2016). Tais categorias constituem-se primeiro em temas genéricos, como Educação, Desenvolvimento e Trabalho, por exemplo, e seguem afunilando-se, visando

apresentar possibilidades de classificação ante a contínua emergência de novos sentidos. Uma vez que trata-se de uma proposta de classificação em construção, cumpre salientar, cada vez mais sentidos são somados ao quadro inicial (Quadro de Sentidos Ideológicos). Visando respeitar o devido rigor da pesquisa, os sentidos encontrados no Quadro de Sentidos Ideológicos serão apresentados ao longo do capítulo que trata da discussão quanto aos resultados dessa pesquisa (capítulo 4). Tal apresentação se dará de forma desmembrada, visando elucidar os maiores percentuais de recorrência. Em tempo, prossigamos com a disposição de capítulos nesta dissertação.

Inicia-se o presente estudo com uma breve Introdução, destacando aspectos centrais da construção deste trabalho e a linha de estudo que o fundamenta.

Na Introdução, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro é apresentado tocando em um dos principais aspectos que fundamentam a opção por estudá-lo: sua classificação quase generalizada enquanto um partido de centro. O Pós-Estruturalismo e a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe são brevemente expostos enquanto pressupostos que norteiam a proposta reflexiva do presente estudo. Ainda na introdução, nosso objeto é delineado como sendo as Propostas de Emenda à Constituição apresentadas por membros do PMDB no período 2003-2016, período que compreende o Ciclo Progressista Brasileiro, representado pela ascensão dos governos de esquerda eleitos pelo Partido dos Trabalhadores – PT, através dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff.

O segundo capítulo desta dissertação adentra no pós-estruturalismo enquanto matriz teórica que possibilitou a construção da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Neste capítulo, são apresentadas a Teoria do Discurso em si e algumas categorias essenciais para a sua compreensão, como discurso, antagonismo e hegemonia.

No terceiro capítulo, tratamos do Ciclo Progressista ou da Maré Rosa na América Latina, com foco no caso brasileiro e nos governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Vana Rousseff (2011-2016). Trazendo este cenário, nosso objetivo é apresentar o exterior discursivo no qual emergiu o discurso peemedebista no período selecionado, daí a construção do título desta pesquisa, qual seja, “o centro no extremo”. A fim de facilitar a compreensão do discurso peemedebista durante o Ciclo Progressista Brasileiro, optamos por apresentar um

breve histórico do partido, além de realizar alguns apontamentos sobre o seu programa no decorrer deste capítulo, em sua última seção.

O quarto capítulo trata da significação ideológica do discurso partidário peemedebista no período 2003-2016. Dividimos este capítulo em dois momentos. No primeiro, apresentamos a significação discursiva peemedebista no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Em um segundo momento, é apresentada a significação discursiva peemedebista durante o governo Dilma Vana Rousseff (2011-2016).

As Considerações Finais trazem as principais ideias desta dissertação, e estão dispostas no quinto capítulo, seguidas pelas referências e pela lista de apêndices. Neste ínterim, são retomados problema de pesquisa e hipótese. Ao final de todos os capítulos, cumpre destacar, é apresentado um pequeno resumo das reflexões propostas, sob o título de “Breves Considerações”.

2 PÓS-ESTRUTURALISMO: POSSIBILIDADES DE ESTUDO A PARTIR DA TEORIA DO DISCURSO LACLAUNIANA

Embora este trabalho problematize o discurso observado nas Propostas de Emenda à Constituição a partir da lente teórica do Pós-Estruturalismo e da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, uma apresentação do Estruturalismo é essencial enquanto base para a compreensão do movimento que o segue, qual seja, o Pós-Estruturalismo. Isto posto, este capítulo divide-se em três seções: primeiro, apresenta-se o Pós-Estruturalismo em suas raízes, começando pelo Estruturalismo, movimento que tem suas bases na linguística de Ferdinand de Saussure. Daí, prossegue-se para a apresentação do Pós-Estruturalismo enquanto matriz epistemológica para o constructo teórico de Laclau e Mouffe. Retomados os principais pressupostos destes movimentos e correntes de pensamento, apresentaremos a Teoria do Discurso de inspiração laclauniana, além dos principais conceitos para sua compreensão.

2.1 O Estruturalismo como raiz do Pós-Estruturalismo

O Estruturalismo enquanto movimento trata-se de uma corrente de pensamento francesa de grande influência no pensamento moderno. Tendo suas bases na linguística saussureana, Claude Lévi-Strauss, considerado o pai do movimento, lançou *Antropologia Estrutural* (2012) realizando uma transposição da ideia de estrutura, no sistema de linguagem, para pensar o social. Para compreender o Estruturalismo de Lévi-Strauss torna-se essencial compreender, antes, o pensamento de Ferdinand de Saussure.

Saussure (2006) propõe a língua enquanto um sistema. Compreendendo a língua enquanto tal, o autor destaca a importância da interdependência, isto é, a língua é considerada como um sistema dependente de um grupo que partilha das mesmas regras, responsáveis por construir e reconstruir esse sistema. Aqui, tais regras linguísticas se apresentam enquanto uma presença ausente, o que implica dizer que tais regras estruturam a forma como os integrantes do sistema se comunicam, estruturando assim a comunicação, o ato de fala, o processo de significação, interpretação e compreensão no geral, ainda que somente de forma implícita.

É na Linguística Moderna – da qual Saussure é considerado “pai” - que o movimento Estruturalista encontra sua base epistemológica. Para Saussure (2006), a Linguagem Moderna apresenta duas dicotomias principais: sincronia/diacronia e individual (enquanto palavra)/social (enquanto fala). Considerando tais dicotomias, Saussure (2006) propõe o signo enquanto união indissociável entre significante (imagem acústica que se tem de um dado objeto) e significado (o conceito em si). Preocupado com as regras que subjazem o sistema linguístico, algo comum a todos os falantes, Saussure (2006) deu primazia a dimensão sincrônica da língua e, para estudar a linguagem, dividiu-a, portanto, em *langue* (língua) e em *parole* (palavra). Para Saussure (2006) o signo é arbitrário, possui imutabilidade e mutabilidade ao mesmo tempo. Isto quer dizer que a língua se transforma ao longo do tempo, ainda que os indivíduos não possam alterá-la, isto é, um indivíduo contribui para a manutenção de um sistema linguístico, mas enquanto um sistema dependente de um conjunto de falantes e de responsáveis pela manutenção desse sistema no geral, um único indivíduo – ou mesmo um grupo – não tem capacidade de alterar o sistema linguístico de fato.

Partindo do pensamento de Saussure (2006), Lévi-Strauss introduz finalmente a noção de estrutura em substituição a noção de sistema. Enquanto um sistema que respeita uma série de regras que subjazem o processo de construção e reconstrução da língua e da palavra, Lévi-Strauss (2012) importa a noção de língua como um sistema para pensar o social.

Lévi-Strauss (2012) estudou as sociedades ditas primitivas a partir de suas narrativas mitológicas enquanto expressões para a compreensão da história de cada sociedade. Isto quer dizer que, ainda que alguma estrutura não se apresente visivelmente, se apresenta enquanto uma presença ausente, como uma estrutura subjacente a todo o funcionamento da mente humana.

A observação das mais distintas culturas por Lévi-Strauss (2012) levou a ideia de que algumas culturas apresentavam características que só faziam sentido vistas dentro da própria estrutura, do mesmo modo que as culturas apresentavam uma estrutura subjacente que norteava sua ação, a construção e a reconstrução de seus mitos e, portanto, era responsável por estruturar – enquanto estruturas estruturantes – sua realidade. Do mesmo modo que com os mitos, Lévi-Strauss (2012) observou, ao estudar as relações de parentesco, que tais relações são também estruturadas por uma estrutura subjacente, que apresenta – das mesmas características

encontradas na língua por Saussure – aspecto relacional e negativo. Para explicar tal afirmativa, tomemos uma família com pai e mãe. Quanto ao aspecto relacional, pode-se empreender que só se é pai em uma relação à noção de mãe e em relação a uma noção de família e assim sucessivamente. Quanto ao aspecto negativo da língua – e aqui, nas relações de parentesco – só se é pai porque não se é mãe e vice-versa. Para Lévi-Strauss (2012), os indivíduos em sua condição de parentesco se constituem enquanto símbolos de sua posição, isto é, o que importa nessas relações é o simbólico, o que o indivíduo representa. A estrutura linguística é, aqui, uma espécie de estrutura antropológica. Para Lévi-Strauss (2012), não há cultura que não esteja fundada em uma estrutura e não existe estrutura que não seja linguística.

Diante do exposto, tem-se o Estruturalismo enquanto movimento que influenciou significativamente uma série de pensadores, que tomaram a noção de estrutura – em detrimento da noção de ação – para pensar o social. Neste movimento, ousava-se negar toda a subjetividade para buscar por estruturas objetivas da mente humana, estruturas essas cujo efeito impregna a todos os sujeitos de forma inconsciente. Tal intento de negar toda a subjetividade aponta para uma necessidade da Ciência Moderna de demandar por generalização, buscando por uma dimensão objetiva. Eis a construção do Estruturalismo enquanto um movimento tido como “genuinamente científico”, em uma visão claramente positivista da ciência.

A ruptura que ocorre do pós-estruturalismo com o estruturalismo centra-se, principalmente, na crítica de Derrida (1995) sobre a ideia da existência de um centro da estrutura que cumpra o papel de constituir-se enquanto fundamento da estrutura. Para Derrida (1995) nenhuma estrutura apresenta qualquer significação que a transcenda, que seja superior a si mesma e, segundo o autor, “a ausência de significado transcendental amplia indefinidamente o campo e o jogo da significação” (DERRIDA, 1995, p. 232). Uma das premissas do Pós-Estruturalismo, movimento que tem em Jacques Derrida um de seus principais expoentes e que surge enquanto crítica ao estruturalismo, é a de que não há quaisquer possibilidades de estabelecer fundamentos últimos, tampouco de fixar fundamentos transcendentais. No Pós-Estruturalismo não há fundamento, buscando-se, por outro lado, construir uma resposta ao essencialismo do movimento Estruturalista.

2.2 O Pós-Estruturalismo como matriz epistemológica

O Pós-Estruturalismo surgiu como uma resposta ao Estruturalismo enquanto forma de pensar, como uma corrente de pensamento que não nega a ideia de estrutura, mas que repensa questões a partir desse pressuposto.

Aguilar e Gonçalves (2017), em estudo sobre a perspectiva histórica pós-estruturalista, apontam para alguns aspectos centrais para a compreensão dessa corrente de pensamento, trazendo as possibilidades de interpretação da realidade social a partir dessa matriz teórica. Diante das mais variadas aproximações entre o Estruturalismo e o Pós-Estruturalismo, o mais notável é que o Pós-Estruturalismo firmou-se enquanto um movimento interdisciplinar, que engloba uma miríade de possibilidades teóricas, o que resultou de certa forma em suas ramificações, como o Construtivismo e o Desconstrutivismo, por exemplo.

Aguilar e Gonçalves (2017) apontam que o Pós-Estruturalismo não se apresenta enquanto uma escola de pensamento. Em razão da interdisciplinariedade, característica do movimento, o Pós-Estruturalismo engloba um conjunto de conhecimentos distintos, dos mais variados campos disciplinares. Ainda assim, cumpre destacar que “estruturalistas e pós-estruturalistas entendem a linguagem e a cultura como sistemas simbólicos e desenvolveram estratégias de análises considerando a realidade como uma construção social subjetiva” (AGUILAR e GONÇALVES, 2017, p. 37).

Considerando as perspectivas Estruturalista e Pós-Estruturalista, em comparação, ainda pode-se destacar à questão da descentralidade do sujeito. Diante disso, nessa perspectiva,

o descentramento do sujeito anunciado pelo pós-estruturalismo rompe com a concepção de um ser humano essencialista e universal compreendido pelos estruturalistas e permite pensar nas mais variadas formas de experiências vivenciadas em diferentes contextos (AGUILAR e GONÇALVES, 2017, p. 38).

A contrariedade quanto a quaisquer essencializações anunciada já no sujeito pós-estruturalista levanta uma outra característica do movimento pós-estruturalista: as noções últimas de verdade e daquilo que é verdadeiro, como sendo muito criticadas pelo movimento. Aguilar e Gonçalves (2017), apontam que “os questionamentos da perspectiva pós-estruturalista em relação ao que é visto como “certo e verdadeiro” pressupõe um repensar sobre a forma como se dá a construção do conhecimento científico, seus métodos e técnicas e sua eficácia na sociedade” (AGUILAR e GONÇALVES, 2017, p. 38).

Diante do exposto, o que está em jogo é o discurso de verdade absoluta, que não existe para o movimento. Marcado sempre pela contingência e pela precariedade, cumpre destacar o aspecto sempre relacional do discurso. Em razão de não negar a noção de estrutura, o Pós-Estruturalismo apresenta-se enquanto indissociável do Estruturalismo, de modo que “os pós-estruturalistas concebem significado (conceito) e significante (imagem acústica) como em mútua relação, partindo do pressuposto da superioridade do significante em relação ao significado” (AGUILAR e GONÇALVES, 2017, p. 39).

Sendo assim, depreende-se o discurso enquanto o modo como o mundo é significado, de modo que não existe discurso sem ideologia e nem ideologia sem discurso: o próprio discurso é uma ideologia. A ideologia aqui se apresenta numa questão chave: embora não existam verdades absolutas na concepção pós-estruturalista, o papel da ideologia é mostrar-se enquanto um fundamento último ou enquanto um fundamento último em potencial, como aquilo que é responsável por manter a estrutura. Um modo como o mundo é significado por fim, como uma disputa por sentido contínua numa construção discursiva de possibilidades infinitas.

2.3 A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau

Ernesto Laclau nasceu em Buenos Aires, na Argentina, em outubro de 1935. Faleceu na Sevilha, Espanha, em abril de 2014. Pós-estruturalista, seu pensamento também pode ser inserido na perspectiva pós-fundacionalista, uma vez que rejeita a ideia de fundamento como estruturante de projetos teórico-políticos, como é o caso do marxismo clássico. Tais teorias, tanto a pós-estruturalista quanto a pós-fundacionalista, são teorias de elevado nível de complexidade, buscando suprir lacunas identificadas a partir da aplicação de teorias clássicas. Sendo assim,

Teorias com maior grau de complexidade como a teoria do discurso necessitam, em suas construções, levar em consideração conhecimentos não apenas de origem disciplinar diferente (as chamadas disciplinas de fronteira, tais como a filosofia, a psicologia, a história, o direito etc.), mas também se movimentam de forma vertical, no que diz respeito aos debates filosófico, epistemológico e metodológico. Em outros termos, as teorias, quando formuladas, além de extravasarem seus domínios disciplinares, socorrendo-se de outras áreas do conhecimento (horizontalmente), também o fazem em diferentes graus de profundidade; nesse sentido, movimentam-se (verticalmente) nos diferentes extratos do debate filosófico-epistemológico e metodológico. São justamente esses dois movimentos (horizontal e vertical) que as teorias complexas executam e que acabam por lhe conferir um poder explicativo mais efetivo. Porém, como efeito colateral, tais fatores também determinam um maior grau de dificuldade de apreensão/compreensão de tais teorias (MENDONÇA, RODRIGUES E LINHARES, 2017, p. 12-13).

Ernesto Laclau constrói sua teoria partindo de uma crítica ao pensamento marxista, especialmente em relação ao determinismo econômico como explicação ou ordem subjacente que regeria as sociedades e explicaria todos os seus meandros e vieses. Para o autor, a visão de uma sociedade cindida em dois grupos antagônicos não daria conta de explicar todas as possibilidades do social, dada a sua complexidade. Para o autor, este último só pode ser compreendido a partir do discurso, daí sua importância enquanto categoria central para o entendimento da proposta teórica laclauiana. Para podermos compreender melhor tal noção é necessário, antes, compreendermos o termo ideologia, tão caro às teorias políticas, que têm, por sua vez, um dos principais estudos de referência na teoria marxiana. Nesta teoria, diversos estudiosos encontraram base para a construção de uma formulação e reformulação do conceito de ideologia, apontando novas perspectivas e preenchendo lacunas teóricas até então destacadas, ressaltando a importância do conceito para a compreensão do desenvolvimento das sociedades e das lutas sociais.

A noção de ideologia, em Marx, apresentava caráter essencialmente negativo. A noção de ideologia era entendida por Marx como uma falsa consciência, uma noção “promovida através das ideias e interesses das classes dominantes, com o propósito de interferir na compreensão sobre o modo pelo qual se processam as relações de produção” (GONÇALVES, 2015, s.p.). Na concepção marxista clássica, Marx e Engels postularam que os valores da classe dominante são também os valores dominantes na sociedade. Partindo dessa premissa, Antonio Gramsci, teórico de inspiração marxista, aponta que não é simplesmente a lógica de produção capitalista a responsável pela subordinação das classes subalternas. O que atua enquanto fator principal para garantir essa subordinação por parte das classes mais baixas da sociedade encontra-se na própria ideologia burguesa dominante e assim se imiscui por todos os campos da vida social (CARNOY, 1994). De acordo com Simionatto (2009), em Gramsci, “a incorporação da sociedade civil à esfera estatal ocorre através de diferentes mecanismos, especialmente na formação da opinião pública enquanto estratégia de fortalecimento da hegemonia política por parte do Estado em assuntos de seu interesse” (SIMIONATTO, 2009, p. 42).

Em Marx, cumpre lembrar, o Estado encontra-se subordinado à sociedade civil – a estrutura domina a superestrutura – sendo essa sociedade civil a única

responsável por definir os objetivos do Estado. Na perspectiva gramsciana, entretanto, a sociedade civil pertence à superestrutura (CARNOY, 1994). Colocando a sociedade civil enquanto pertencente a superestrutura, ela passa a representar “o fator ativo e positivo no desenvolvimento histórico; é o complexo das relações ideológicas e culturais, a vida espiritual e intelectual, e a expressão política dessas relações torna-se o centro da análise, e não a estrutura” (CARNOY, 1994, p. 92). Sendo assim, Gramsci ressalta que a ideologia encontra-se embutida em um processo hegemônico no qual o discurso encontra-se diretamente ligado a prática. Uma vez que o Estado insere a hegemonia da burguesia na superestrutura, reproduz continuamente as ideias e ideais desta burguesia, isto porque atua enquanto órgão dirigente e capaz de exercer coerção para a manutenção da ordem vigente, além de garantir o predomínio das ideologias burguesas.

Carnoy (1994) aponta que a noção de hegemonia em Gramsci apresenta dois significados importantes: o primeiro trata-se de “um processo na sociedade civil pelo qual uma parte da classe dominante exerce o controle, através de sua liderança moral e intelectual, sobre outras frações aliadas da classe dominante” de modo que “a fração dirigente detém o poder e a capacidade para articular os interesses das outras frações” (CARNOY, 1994, p. 94). O segundo, por sua vez, aponta que “a hegemonia compreende as tentativas bem-sucedidas da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal, e para moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados” (CARNOY, 1994, p. 94). Nesse sentido, segundo Simionatto, “ao assimilar em seu interior as diferentes camadas de classe, o Estado burguês amplia seu campo de ação, equalizando as classes juridicamente, no sentido de evitar que a ordem seja colocada em perigo” (SIMIONATTO, 2009, p. 43).

Na perspectiva gramsciana, “o Estado é, simultaneamente, um instrumento essencial para a expansão do poder da classe dominante e uma força repressiva (sociedade política) que mantém os grupos subordinados fracos e desorganizados” (CARNOY, 1994, p. 97). A noção de hegemonia gramsciana encontra-se tanto na sociedade civil quanto no Estado – estrutura e superestrutura – no entanto, torna-se importante salientar que a hegemonia exerce funções distintas na sociedade civil e no Estado (CARNOY, 1994). A hegemonia exercida pelo Estado é mais abrangente se considerarmos a opção da utilização da coerção aos indivíduos, sendo portanto muito mais eficaz em manter a ordem vigente e o consequente predomínio dos

valores e ideologias burguesas. Nesse sentido, se a hegemonia apresenta papel tão importante na manutenção da ideologia burguesa no interior das sociedades, em Gramsci é a crise da hegemonia que pode levar à desintegração do capitalismo – e dos ideais burgueses na sociedade capitalista. De acordo com Carnoy (1994), para Gramsci, “a crise do Estado – a crise da capacidade burguesa para dominar indiretamente através do aparelho ideológico do Estado – é apenas parte do aparelho de hegemonia” (CARNOY, 1994, p.106).

Diante do exposto, a crise da hegemonia – e uma conseqüente transformação do *status quo* – seria também uma crise das classes dominantes. Gramsci propõe a noção de hegemonia enquanto uma espécie de superioridade ideológica dos valores, das normas, dos costumes e dos hábitos de vida dos burgueses sobre as classes baixas de uma dada sociedade ou, em termos propostos pelo próprio autor, sobre as classes subalternas.

Louis Althusser, assim como Gramsci, também realiza uma conexão entre a noção de hegemonia e de ideologia. Para o filósofo, uma vez que a hegemonia é determinada por forças políticas, a ideologia não possui uma história, do mesmo modo que seria impossível escapar de quaisquer ideologias ou processos ideológicos.

Na contemporaneidade, é em Slavoj Žižek – aliás, neomarxista e crítico da teoria lacaniana – que o conceito aparece sendo reformulado, principalmente a partir das contribuições de Louis Althusser e Michel Foucault. Žižek postula que a noção de ideologia não diz respeito a meras questões ilusórias, “mas sim reais, algo que é capaz de sustentar a própria existência do homem” (GONÇALVES, 2015, s.p). De acordo com Gonçalves (2015) para Žižek “a realidade ideológica não é a falsa consciência de um determinado ser social, mas sim este ser, na medida em que ele está amparado por esta falsa consciência” (GONÇALVES, 2015, s.p).

A noção de ideologia proposta por Žižek “parece surgir exatamente quando tentamos evitá-la e deixa de parecer onde claramente se esperaria que existisse” (Žižek, 1996, p. 9 apud GONÇALVES, 2015, s.p). É a ideologia, em Žižek, a responsável por produzir a realidade dos sujeitos. A ideologia ainda “consiste no fato de que o sujeito “não sabe o que a realidade faz”, e este tem uma falsa representação da realidade social a que pertence (a distorção pode causar, certamente, a mesma realidade)” (GONÇALVES, 2015, s.p).

Ernesto Laclau partirá de uma crítica à teoria marxista clássica, à proposta teórica gramsciana e proporá a noção de discurso enquanto substituta para o termo ideologia. A categoria “discurso”, antes de mais nada, foi estudada através de distintos enfoques, sendo duas linhas de pensamento as principais: o discurso na perspectiva da Análise do Discurso da Escola Francesa e o discurso na perspectiva da Escola de Essex, a qual Laclau fundou. De acordo com Scirea (2015) “ambas escolas questionam suas categorias mais essencialistas e funcionalistas em diálogo com outras teorias para fazer emergir algo novo” (SCIREA, 2015, s.p.).

Uma das principais referências quando se fala em análise do discurso de tradição francesa no Brasil é Eni Orlandi. A análise do discurso da Escola Francesa parte do campo da Linguística, mas envolve estudos de diversos outros campos disciplinares. De acordo com Scirea (2015), “a Análise do Discurso não aborda a língua (sistema de signos) ou a gramática (sistema de regras formais), mas dirige-se às pessoas falando, ao discurso, à língua fazendo sentido” (SCIREA, 2015, s.p.). Para a análise do discurso da Escola Francesa, a linguagem é uma mediação entre indivíduo e realidade social. De acordo com Orlandi *apud* Scirea (2015) “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua” (ORLANDI, 2013, p. 10 *apud* SCIREA, 2015, s.p.). A análise do discurso da Escola Francesa “se pergunta como um texto produz sentidos” (SCIREA, 2015, s.p.). Os postulados da análise do discurso da escola francesa seriam os seguintes, de acordo com Orlandi (*apud* Scirea, 2015):

a língua tem sua ordem própria mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Linguística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem); b. a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos); c. o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia (ORLANDI, 2013, p.19-20 *apud* SCIREA, 2015, s.p.).

A Escola de Essex, por sua vez, “tem como marco fundador o livro *Hegemonia e Estratégia Socialista* (2006) de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, lançado na Inglaterra em 1985” (SCIREA, 2015, s.p.). Na obra *Hegemonia e Estratégia Socialista*, Laclau e Mouffe (2004) trazem o conceito de hegemonia, perfazendo um caminho que começa na genealogia de um dos conceitos centrais para a formulação de sua teoria.

Diante do exposto, passaremos a apresentar algumas categorias centrais para a compreensão do discurso na perspectiva de Ernesto Laclau, como hegemonia, antagonismo e significantes vazios, dentre outras. Cumpre salientar, assim, que defende-se a ideia do sujeito político enquanto sujeito que busca, através do discurso, vencer o maior número de disputas pela fixação de sentidos e, assim, alcançar alguma universalização discursiva. Antes de prosseguir com a apresentação do discurso na perspectiva laclauniana, façamos alguns apontamentos quanto a categoria discurso e suas peculiaridades quando este discurso trata de discurso político.

2.3.1 O discurso como categoria central

De acordo com Céli Pinto (2006), estudiosa da teoria laclauniana, todo discurso é uma tentativa de dar sentido ao que é real. Nessa perspectiva, o discurso se apresenta enquanto uma tentativa de fixar sentidos (PINTO, 2006, p. 80), isto é, uma tentativa de fixar sentidos num dado contexto a partir de um grupo que compartilha de um mesmo conjunto de regras subjacentes historicamente. A atribuição de significado, diante do exposto, só é passível de ser realizada uma vez que se compreenda, para além do discurso dado, seu contexto, isto é, o exterior que o constitui e, ao mesmo tempo, o torna passível de ser significado.

Segundo Pinto (2006), o discurso político, por sua vez, é aquele que, ao tentar continuamente impor sua verdade a outros – e a um grupo significativo de indivíduos na maioria das vezes – “é o discurso cuja verdade está sempre ameaçada em um jogo de significações” (PINTO, 2006, p. 89). Do mesmo modo, “o discurso torna-se elemento constituinte da realidade social como um todo, sendo estruturante e, ao mesmo tempo, construído constantemente de forma dialógica” (SOUZA e CARRIERI, 2014, p.21).

Centrado num jogo de significações que o significa e o ressignifica o tempo todo, o discurso político constitui-se enquanto o discurso do sujeito. Isso implica dizer que a multiplicidade de sujeitos significa, também e necessariamente, a multiplicidade de discursos. De encontro a isso, Laclau (2011), versando sobre a questão da identidade no mundo contemporâneo, principalmente sobre a emergência dos sujeitos múltiplos, destaca o enfoque nessa multiplicidade dos sujeitos como ponto-chave para renovar o interesse na questão da subjetividade,

especialmente no que diz respeito a identidades multifacetadas para além de um único centro transcendental.

Ernesto Laclau (2011) aponta que a emergência de novos sujeitos, para além de constituir novas lacunas permite, a partir da morte da noção de sujeito único, preencher um vazio impossível de ser preenchido por este último. Considerando que o discurso político seja o discurso do sujeito (PINTO, 2006) e que a emergência de novos sujeitos – ou sujeitos múltiplos – possibilita o preenchimento de lacunas cuja noção de sujeito único não é capaz de preencher (LACLAU, 2011), a análise do discurso e, mais precisamente, a análise do discurso político abre novas perspectivas para a compreensão do social e de seu jogo de significações.

Significar o discurso para além do que está dado demanda, assim, compreender não só o jogo de palavras articulado e combinado num jogo de sentidos partilhado pelo grupo social, mas também seu contexto para além de sua enunciação. Se todo o discurso é um discurso de poder “na medida em que todos os discursos pretendem impor verdades a respeito de um tema específico ou de uma área da ciência, da moral, da ética, do comportamento, etc” (PINTO, 2006, p. 92), então todo o discurso – ou os discursos múltiplos aos quais somos interpelados a todo o instante – se constitui enquanto mais que uma tentativa de fixar sentidos, mas também enquanto uma tentativa de influenciar significativamente no jogo de significações a que está continuamente exposto o social. É a complexidade deste último e das conseqüentes infinitas possibilidades de fixar sentidos seja pelo aspecto relacional dessa fixação (um sentido é sempre algo numa relação com outro algo), seja pela impossibilidade de estabelecer um fundamento último, a responsável pelos sentidos se fixarem sempre de forma contingente e precária.

Qualquer análise dos fenômenos sociais deve levar em conta a complexidade do social, complexidade tal que destaca a precariedade da constituição de sentidos e a impossibilidade da completa universalização de conteúdos particulares. Sendo assim, cumpre apontar que em qualquer análise que se baseie na Teoria do Discurso, “não há como se constituir previamente sentidos sociais ou se levar em consideração identidades ou movimentos sociais totalmente constituídos com projetos políticos existentes “desde sempre” em direção a um objetivo preciso (teleológico)” (MENDONÇA, 2007, p. 250). São, assim, as infinitas possibilidades de constituição de sentido e o fato de nenhum projeto político apresentar um sentido plenamente constituído em seu discurso que possibilitam a existência do que

Ernesto Laclau e Chantal Mouffe colocam como o local no qual ocorrem as disputas discursivas (ou disputas por sentido): o campo da discursividade.

Um discurso, na perspectiva laclauiana, é mais que um somatório, um conjunto de palavras, mas a união indissociável entre palavras e ações: “uma prática social significativa de natureza material” (MENDONÇA, 2007, p. 250). Uma totalidade estruturada que é resultado de um conjunto de práticas articulatórias que, por sua vez, consistem numa articulação entre elementos – posições distintas e não articuladas dentro de um discurso – e momentos – posições distintas, no entanto articuladas dentro de um discurso através de um ponto nodal. Assim, os elementos tornam-se momentos, cumpre destacar, somente dentro do discurso.

Segundo Mendonça (2007), o processo de fixação de sentidos em Laclau “é necessariamente parcial tendo em vista as constantes suturas – cortes que uma articulação discursiva constantemente sofre, os quais alteram seus sentidos – que o discurso sofre na relação com outros discursos concorrentes no campo da discursividade” (MENDONÇA, 2007, p. 250). A fixação de sentidos como sendo sempre parcial, tal como destacado por Mendonça (2007), merece destaque nesta proposta de estudo. Como propomos a significação ideológica do discurso peemedebista em um período marcado por disputas pela fixação de sentido (e em um nível muito maior se considerarmos o aspecto transformativo dos governos de esquerda), reforçamos a precariedade e a contingência na construção discursiva dos sujeitos políticos, especialmente na construção discursiva peemedebista nos governos de Dilma Vana Rousseff, nos quais o partido aqui trabalhado ocupou posição de destaque, tendo Michel Temer como vice-presidente do Brasil. Tal coligação esquerda-centro ou ainda esquerda-centro-esquerda pode influenciar ainda mais significativamente na construção discursiva peemedebista no período 2011-2016.

De acordo com Scirea (2015), para Laclau e Mouffe, “o discurso não é simplesmente fala, escrita e pensamento, mas que este, enquanto totalidade, inclui dentro de si tanto o linguístico como o extralinguístico” (SCIREA, 2015, s.p). Nesse sentido, aquilo que está além do discurso, ou o “extradiscursivo” é o caos que não pode ser apreendido pela mente humana. Dessa forma, o ‘ente’ dos objetos só poderia ser compreensível a partir da sua articulação dentro de uma totalidade discursiva, que o transforma em ‘ser’” (SCIREA, 2015, s.p). Isso significa dizer que não é que um discurso ou um objeto não exista fora do discurso, mas que só ganha

sentido uma vez que esteja ligado a um discurso, considerando ainda seu aspecto relacional (algo será algo quando e somente quando relacionado a outro algo). Dessa forma,

[...] entende-se que tudo se constrói na discursividade e na tentativa (não arbitrária) de representação do real. Absolutamente nenhum discurso está isento desta intencionalidade particular. Entretanto, há forças que forjam a palavra, inibindo a capacidade de preenchimento realizado pelo outro. Por meio da lógica da equivalência, um grupo que se homogeneiza em virtude de suas afinidades, se sobrepõe a outro grupo, suprimindo-o por lhe considerar diferente (ANDRADE, 2011, p. 32).

O campo da política é um dos locais onde ficam mais claras as disputas pelo sentido. Na perspectiva laclauniana, as relações de poder são constituidoras das relações sociais (MENDONÇA, 2007). Sendo assim, os projetos políticos encontram-se inseridos num contexto de disputa contínua, no qual “consensos sociais são possíveis, mas nunca eternos: podem futuramente ser desprezados e desrespeitados mesmo pelos próprios sujeitos políticos que outrora os celebraram” (MENDONÇA, 2007, p. 250).

Segundo Laclau, a concepção marxista clássica se restringiu a uma concepção essencialista da sociedade, cindida em dois grupos antagônicos: opressores e oprimidos. Ao destacar as infinitas possibilidades de constituição de identidades devido à complexidade do social, Ernesto Laclau defende a impossibilidade de explicação da sociedade em torno dessa perspectiva reducionista. A proposta de que o social pode vir a ser compreendido e explicado através dos mais variados sentidos é o principal apoio da crítica laclauniana ao marxismo, “tendo em vista este último constituir-se não em uma teoria da sobredeterminação do social, mas numa empreitada teórica que, no limite, embasa as relações sociais a partir de uma determinação evolucionista e econômica em última instância, simplificando-as” (MENDONÇA, 2009, p. 156).

A impossibilidade de conhecimento pleno da sociedade é uma afirmativa fundamental na perspectiva laclauniana, em função mesmo da fixação precária e contingente de sentidos ao longo da história e, no caso da política, para retomar a teoria clássica de Marx, “não existe, portanto, para Laclau, a real possibilidade de se chegar ao “fim da história”, ou seja, à vitória de um projeto político definitivo, típico sonho escatológico marxista” (MENDONÇA, 2009, p. 156).

Segundo Mendonça (2009) os sentidos sociais atribuídos são sempre pautados pela precariedade e pela contingência, o que torna impossível a apuração

das relações sociais fora do contexto no qual encontram-se inseridas, de modo que “somente a partir daí, da análise *stricto sensu* de discursos em disputa, é que podemos produzir inferências” (MENDONÇA, 2009, p. 156). No que se refere à precariedade, um dos aspectos essenciais a que está subordinada a fixação de sentido, essa diz respeito à ideia de que um discurso pode alcançar uma representação hegemônica durante um certo período de tempo, mas devido à complexidade da sociedade, essa hegemonia não se constituirá para sempre. Na perspectiva de Ernesto Laclau, não há a possibilidade de vislumbrar quaisquer cenários finais. Sendo assim, “a emancipação, entendida como a libertação completa de todas as amarras sociais, é um sonho, um ideal, um horizonte, ao mesmo tempo em que é uma impossibilidade fática” (MENDONÇA, 2009, p. 157).

2.3.2 O antagonismo em Ernesto Laclau

Uma outra categoria central para a compreensão da lógica discursiva proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe é a noção de antagonismo. Mendonça (2009) destaca que, para Mouffe, o antagonismo é um conceito utilizado para pensar o político através de duas dimensões: a primeira é a política, inserida numa dimensão ôntica e a segunda, por sua vez, é a dimensão do político, situada em uma dimensão ontológica. A primeira dimensão diz respeito a análises ocorridas no campo empírico, a segunda dimensão diz respeito aos estudos que ocorrem no campo da teoria política, de um “fundamento” do agente político. Cumpre destacar que, “nesse sentido, é absolutamente central entender o antagonismo presente no âmbito da teoria do discurso, tendo em vista essa categoria assumir um estatuto ontológico na construção das identidades” (MENDONÇA, 2009, p. 161). É aqui que reflete-se uma das principais razões para a impossibilidade de um sentido constitutivo da lógica discursiva proposta por Laclau: é a noção de antagonismo que atua enquanto essa impossibilidade, através da existência de um chamado discurso antagônico que impede a constituição plena de uma totalidade discursiva. Sendo assim, essencial para a compreensão “da relação antagônica, é que essa ocorre entre um “exterior constitutivo” que ameaça a existência de um “interior”. Em outras palavras: um discurso tem bloqueado sua expansão de sentidos pela presença de seu corte antagônico” (MENDONÇA, 2009, p. 161).

Para Ernesto Laclau (2014), o antagonismo pressupõe a incompatibilidade entre elementos opostos, ainda que a coerência no interior de uma estrutura

implique necessariamente a complementariedade entre seus momentos internos. Desse modo, se a estrutura está constituída de opostos antagônicos, a mesma só pode conservar sua coerência se a dimensão antagônica for de fato fictícia (LACLAU, 2014). Buscando aprofundar-se na noção de antagonismo, Laclau (2014) recorre à distinção kantiana entre oposição real e contradição lógica. A oposição lógica seria representada na fórmula a não a , uma vez que se x afirma y e y nega y , então não há resultado algum, isto é, ambas as afirmativas são negadas.

No caso da oposição entre objetos reais, Laclau (2014) afirma tratar-se de uma oposição sem contradição direta, isto é, se uma pedra é lançada em uma direção e outra é lançada na mesma direção desta, ambas lançadas utilizando a mesma força e possuindo o mesmo tamanho, então não há movimento algum. O movimento de uma pedra é cessado pelo de outra e vice-versa. Estes dois tipos de oposição não bastariam para explicar a especificidade dos antagonismos no meio social.

Para Laclau (2014) não há antagonismos em oposições do tipo real. Por antagonismo se entende, segundo Ernesto Laclau (2014) uma relação direta entre duas forças opostas e inimigas, relação essa na qual uma identidade impossibilita a plena constituição da outra. Em uma oposição de tipo real, por outro lado, nenhuma identidade é negada, as duas identidades têm plena possibilidade de se constituírem enquanto identidades sem que a uma identidade negue a outra.

Para ilustrar a relação entre oposição e identidade, Ernesto Laclau (2014) traz o exemplo de uma mãe espartana que recebe duas notícias: primeiro, a notícia de que seu filho fora um herói de guerra, notícia responsável por grande prazer. Em seguida, a mesma mãe recebe a notícia de que seu filho, então herói, teria morrido na guerra pelas mãos do exército inimigo. Conforme destaca Laclau (2014) o exército inimigo, na condição de ter matado o filho da mulher, passa a representar o símbolo de seu *não ser*, isto é, a impossibilidade de constituição plena de sua identidade.

Segundo Ernesto Laclau (2014) a categoria da contradição possibilita a inserção da dimensão antagônica em um significativo espaço de representação, espaço este no qual os antagonismos constituem-se enquanto momentos transitórios, que caminham para serem transcendidos, isto é, para o autor, toda a contradição caminha para um ponto de superação final. A negatividade, em Laclau (2014), nunca é constitutiva, de modo que “toda contingência está presente como

uma superfície fenomênica através da qual se afirma uma necessidade subjacente” (LACLAU, 2014). Além disso, a negatividade apresenta papel fundante no processo de estruturação dos antagonismos (LACLAU, 2014).

De acordo com Laclau (2014) para se deparar com um antagonismo, a primeira condição é que exista uma interrupção (ou, em outras palavras, o impedir de uma constituição plena de identidade). A construção discursiva de um antagonismo é diferente tanto de uma oposição real quanto de uma contradição dialética, pois ambas pressupõem uma identidade plena. Desse modo, os antagonismos não são relações objetivas, mas relações nas quais se mostra o limite da constituição da sociedade enquanto ordem objetiva. O corolário dessa tese é a implicação de que o social, diferente da sociedade, será sempre uma objetividade falha (LACLAU, 2014).

Segundo Laclau (2014) o antagonismo apresenta uma função de revelação através de duas maneiras. Por um lado, “el momento de institución identitaria transforma a un objeto óptico en símbolo de mi posibilidad de ser; pero, por el otro, la presencia de la fuerza antagónica muestra el carácter contingente y de *mero* investimento del investimento identitario” (LACLAU, 2014, p.150).

De acordo com Mendonça (2009) o antagonismo atua enquanto o limite de toda objetividade o que “quer dizer que a força antagônica impede a constituição completa de sentidos de um sistema discursivo que se constitui para dominar o campo da discursividade” (MENDONÇA, 2009, p. 162). Essa tentativa de dominar o campo da discursividade é também uma tentativa de universalização do discurso, o que se trata de uma impossibilidade “seja pela precariedade e contingencialidade discursivas já referidas, seja pelo corte antagônico, que, como vimos, limita a expansão de seus conteúdos” (MENDONÇA, 2009, p. 162).

2.3.3 Significantes vazios, hegemonia e a (im)possibilidade de emancipação

A noção de significante vazio é outro conceito importante para a compreensão da Teoria do Discurso proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Um significante vazio é, antes de mais nada, um significante sem significado. De acordo com Mendonça (2009), “o significante vazio ocorre quando um discurso universaliza tanto seus conteúdos a ponto de ser impossível de ser significado de forma exata” (MENDONÇA, 2009, p. 162). Os limites da expansão de um discurso são os

antagônicos ao discurso inicial, uma vez que, buscam subverter seu sentido, negam sua constituição. Tais limites, impedindo a expansão dos próprios significantes vazios,

existem também para afirmar a própria existência dessa articulação discursiva e, ainda, para unir ainda mais as diferenças por ela articuladas, tendo em vista que o limite antagônico é idêntico a todas as identidades constituidoras do discurso significativo vazio, gerando, pois, a união dessas diferenças em torno de uma luta comum: contra algo que, de uma forma ou outra, impede, ou nega, a constituição de todos os elementos dessa cadeia de equivalências (MENDONÇA, 2009, p. 163).

Sendo assim, quanto mais ampla é uma cadeia de equivalências, maior é a dificuldade de o discurso inicial manter-se centrado em uma demanda fechada também inicial. Um significativo vazio, enquanto um significativo sem significado, é um significativo que engloba diversos significados em um discurso de unidade. Conforme Mendonça (2009) “o poder heurístico da idéia de significativo vazio está na própria possibilidade que esta categoria tem de explicar, dar sentido, a um determinado imaginário social” (MENDONÇA, 2009, p. 166).

A tentativa de construção de um discurso de unidade é a tentativa de construção de uma relação hegemônica, isto é, de uma tentativa de sistematização de um discurso que atue enquanto aglutinador de outros discursos. Um discurso que encontre uma unidade comum em meio a todas as diferenças discursivas possíveis. Sendo assim, “a hegemonia é uma relação em que uma determinada identidade, num determinado contexto histórico, de forma precária e contingente, passa a representar, a partir de uma relação equivalencial, múltiplas identidades” (MENDONÇA, 2007, p. 251).

A noção de hegemonia em Laclau é uma contraposição à noção de falta constitutiva proposta pelo autor. A noção de falta constitutiva aponta para a incompletude na constituição das identidades, “seja em função da sua própria articulação incompleta de sentidos, seja a partir de sua relação com outras identidades, seja, ainda, por sua negação a partir de seu corte antagônico (uma outra identidade que nega sua própria constituição)” (MENDONÇA, 2007, p. 251). Desse modo, toda a identidade, na perspectiva laclauiana, encontra-se em constante busca pela sua constituição plena, o que, devido à complexidade do social, conforme mencionado, trata-se de uma impossibilidade. A hegemonia em Laclau busca justamente representar essa impossibilidade de plenitude, “preencher essa ausência de plenitude” (MENDONÇA, 2007, p. 251), o que permite dizer que “a

hegemonia discursiva para Laclau não é, dessa forma, uma necessidade, mas um lugar vazio, ou seja, foco de incessantes disputas entre os múltiplos discursos dispersos no campo da discursividade” (MENDONÇA, 2007, p. 160).

Mendonça (2007), buscando apresentar a noção de hegemonia e seu desenvolvimento ao longo dos estudos de Ernesto Laclau, além do potencial heurístico desse conceito na análise política, aponta para a existência de quatro dimensões de uma lógica hegemônica, que apontam, na primeira dimensão, que só existe hegemonia se existe necessariamente uma desigualdade de poder na qual há a possibilidade da constituição de disputas hegemônicas. Em outras palavras, só há hegemonia uma vez que o poder existente permita a possibilidade de que disputas por uma hegemonia possam surgir. A segunda dimensão proposta por Mendonça (2007) aponta que só há hegemonia uma vez que se suprima a dicotomia existente entre universal/particular. Essa dimensão, por sua vez, “tem como característica principal a idéia de que qualquer discurso, para se constituir como hegemônico, deve necessariamente deixar sua mera condição inicial particularizada para tornar-se o *locus* de efeitos universalizantes” (MENDONÇA, 2007, p. 252). A terceira dimensão aponta que a hegemonia deve necessariamente apresentar significantes vazios. Um significante vazio, em Ernesto Laclau, conforme mencionado, é um significante sem significado. Um significante que transcende seu significado particular para construir um discurso que se pretende universal e universalizado, uma espécie de elo que possibilita a criação de uma cadeia entre demandas que, uma vez articuladas entre si, despontam uma demanda geral que torna possível a representação de diversas pautas. A quarta dimensão proposta por Mendonça (2007) aponta necessariamente para essa ideia de representação. Para o autor, “o terreno no qual a hegemonia se expande é o da generalização das relações de representação como condição de constituição da ordem social” (MENDONÇA, 2007, p. 251). Isso quer dizer que representa-se uma miríade de demandas sem negar uma demanda inicial. Negar essa demanda/identidade inicial, seria deixar de representá-la. Nesse sentido,

A disputa por uma representação universal ocorre, então, entre particulares, ou seja, um particular pretende se sobrepor a outros particulares, suprimindo-os. Entretanto, a universalização desse particular é assimilada, de modo geral, como algo transcendental; o processo de universalização é entendido, erroneamente, como uma característica natural da realidade e não como algo que foi construído intencionalmente com o fito de se universalizar e conquistar uma hegemonia, na medida em que suprime outros modos particulares de conceber a realidade (ANDRADE, 2011, p. 33).

As dimensões da lógica hegemônica tratadas por Mendonça (2007) possibilitam a análise política tendo a hegemonia como recurso metodológico a partir do que o autor coloca como um processo de inversão: segundo Mendonça (2007) não se deve enquadrar um momento político a partir de uma perspectiva hegemônica, mas sim, no lugar disso, “a análise pode ser realizada para demonstrar o quão ausente é a ordem do momento em questão: o quanto os sujeitos políticos desrespeitam os fracos liames institucionais de determinados regimes políticos desacreditados por eles” (MENDONÇA, 2007, p. 251). Mais do que isso, a análise política apontada por Mendonça (2007) coloca a hegemonia como uma possibilidade de uma nova compreensão dos meandros dos mais diversos cenários da política brasileira.

Em outras palavras, pode-se dizer que as lutas hegemônicas de um determinado segmento, que também pode ser chamado de sujeito fundador, podem ser caracterizadas considerando-se o preenchimento (sempre estratégico) de um significante vazio. Essa articulação hegemônica pode ser definida, por exemplo, a partir da supressão do particular em relação ao universal, ou seja, quando uma particularidade passa a ser representada como universal, desprezando e descaracterizando as diferenças inerentes às particularidades (ANDRADE, 2011, p. 33).

Diante do exposto, cumpre apontar que, segundo Mendonça (2009) “a teoria do discurso é uma teoria da hegemonia. Hegemonia como um processo de ordem social, de construção de universais capazes de condensar uma multiplicidade de sentidos dispersos no campo da discursividade” (MENDONÇA, 2009, p. 168). Essa condensação, é importante destacar, ocorre no seio de processos de representação, através dos quais “determinadas identidades particulares assumem a representação de uma plenitude ausente” (MENDONÇA, 2009, p. 168).

Segundo Ernesto Laclau (2011), o processo de emancipação pressupõe necessariamente a eliminação do poder e, conseqüentemente, a gestão de assuntos comunitários por agentes sociais sem quaisquer mediações, além do fim da distinção sujeito/objeto. Segundo o autor, o conceito de emancipação pode ser organizado a partir de distintas dimensões, as quais constituem um sistema de incompatibilidades lógicas no qual, no entanto, cada uma das dimensões se constitui enquanto condição de possibilidade e também de impossibilidade uma da outra (LACLAU, 2011).

Laclau (2011) analisa o conceito de emancipação a partir de seis dimensões, sendo elas: a dimensão dicotômica, que compreende a emancipação do indivíduo, isto é, o momento da emancipação, e a ordem social que precedia a emancipação, isto é, que estava dada antes do processo; a dimensão totalizante, a qual atinge todas as áreas da vida social, de modo que exista uma interligação entre todas as áreas e seus conteúdos; a dimensão de transparência, que partindo da eliminação da alienação em suas mais variadas formas, levaria a uma consciência partilhada quanto a essência humana e, conseqüentemente, eliminaria as relações seja de poder, seja de representação; a dimensão de preexistência, isto é, a existência do que será emancipado uma vez ocorrido o processo emancipatório; a dimensão de fundamento, a qual, na perspectiva de emancipação radical, torna-se absolutamente necessária, uma vez que o processo de emancipação radical, que abandona de fato aquilo que o precede, deve apresentar algum fundamento, algo que esteja dentro da capacidade de transformação e que ali encontre seu lugar; e, por fim, a dimensão racionalista, na qual, segundo o autor, a emancipação radical ocorre necessariamente quando o real deixa de apresentar-se enquanto positividade opaca e é eliminada a distância do real para com o racional.

A dimensão dicotômica, conforme apontado por Ernesto Laclau (2011), apresenta alteridade radical quanto ao momento que precede o processo emancipatório. Sendo assim, tal dimensão torna-se necessariamente incompatível com as demais dimensões trazidas pelo autor, o que torna essencial alguns apontamentos. Na dimensão dicotômica, cabe ressaltar, não ocorre uma simples distinção entre os dois momentos, quais sejam, aquele de emancipação e o anterior ao processo emancipatório.

Segundo Laclau (2011), uma vez que se fale em identidade emancipada, o outro – ou aquele indivíduo que se opõe à identidade emancipada – não se apresenta enquanto positivo ou mesmo neutro, mas sim enquanto indivíduo outro que impede a plena constituição da primeira identidade. Nesse sentido, se ambas identidades constituem-se enquanto polos distintos de uma dicotomia (identidade emancipada x outro), então o outro não é “o outro”, o sendo somente se a dicotomia apresentar-se enquanto constitutiva no processo de emancipação.

De acordo com Ernesto Laclau (2011), o processo de emancipação – ou a verdadeira emancipação – não é compatível com quaisquer explicações de cunho objetivo (LACLAU, 2011). O autor aponta que não pode existir um único fundamento

capaz de explicar o rechaço ao que precede o momento de emancipação e a ordem inaugurada pelo processo emancipatório. Sendo assim, são duas as alternativas possíveis: ou a emancipação radical ocorre e apresenta seu próprio fundamento ou existe um fundamento que define as conexões racionais tanto com relação a ordem precedida tanto com a que irá estabelecer-se através do processo emancipatório. É a incompatibilidade entre as dimensões dicotômica e a de fundamento que criam as matrizes fundamentais nas quais podem organizar-se as demais dimensões (LACLAU, 2011).

Segundo Laclau (2011), os discursos emancipatórios se constituem através de duas linhas de pensamento distintas: uma aponta plena representabilidade e outra, por sua vez, postula, em último caso, a impossibilidade de toda a objetividade do social. Ambas as linhas de pensamento, conforme destaca o autor, são estrita e igualmente necessárias para a construção dos discursos emancipatórios.

De acordo com Laclau (2011), uma proposição explica a coexistência de práticas, a princípio, contraditórias: as instituições e conceitos construídos pelas práticas sociais operam tendo como bases operações de incompatibilidades lógicas. O problema aqui, segundo o autor, passa a se dar nos limites de tais operações. Quanto às dimensões contraditórias entre si, cabe apontar que requerem a presença e a ausência mútua, no entanto, são também as condições, conforme mencionado, de possibilidade e de impossibilidade umas das outras. Segundo Laclau (2011), as operações no meio social das lógicas incompatíveis – tal como o sistema das dimensões do conceito de emancipação – não anulam umas às outras, mas resultam em conjuntos de deformações mútuas.

Ernesto Laclau (2011) aponta que a existência de uma dicotomia, ainda que antagônica, não é passível de ser reduzida a um único fundamento. Segundo o autor, uma condição necessária para uma verdadeira emancipação é a opacidade constitutiva, que não pode ser eliminada por quaisquer fundamentos. Tal opacidade constitutiva, segundo Laclau (2011), implica na sociedade enquanto algo que não seja totalmente transparente ao conhecimento e, também, que todo o processo de representação seja parcial, dando lugar, futuramente, a um processo de irrepresentabilidade essencial (LACLAU, 2011).

Numa perspectiva particularista, o fim do fundamento, segundo Laclau (2011), levaria à morte do universal e ao fim das lutas sociais. O particularismo é, no entanto, uma categoria essencialmente relacional, isto é, algo é particular quando

relacionado a outros particulares. Nesse sentido, torna-se essencial apontar que as identidades das forças opressoras devem estar, de algum modo, incluídas nas identidades que rechaçam a opressão – ou nas identidades oprimidas. Isto torna-se necessário pois a identidade do ser enquanto ser oprimido que luta encontra-se diretamente ligada à identidade do ser enquanto ser que oprime e, sem a relação opressão/oprimido, os indivíduos apresentariam, certamente, outras identidades (LACLAU, 2011).

De acordo com Andrade (2011), para a compreensão do que se aponta como a influência discursiva que atua nas relações sociais, é necessário compreender

primeiramente a importância da linguagem para a construção dessas relações, a partir do entendimento de que a linguagem não tem uma existência anterior ao homem e que ela é um construto – e construtora – de um conhecimento que ocorre a posteriori (ANDRADE, 2011, p. 25).

A autora aponta que esse conhecimento ocorre de forma progressiva e, além disso, no âmbito da práxis. A realidade, uma vez constituída por práticas discursivas, pode ser construída de diversas maneiras e encontra-se, justamente pela possibilidade de ser construída de diversas formas, continuamente em processo de transformação e mobilidade. Através dessa afirmativa, “pode-se perceber a determinação social do discurso, o que não concebe mais apenas uma análise meramente subjetiva da linguagem, mas também, e, sobretudo, uma análise política, objetiva e concreta dos elementos discursivos” (ANDRADE, 2011, p. 26).

A tentativa de preenchimento de sentidos ocorre dentro de um sistema de relações que tem como objetivo ganhar representatividade inserido em um lócus de disputa por significação. E a representação trata-se, nesse sentido, de “um constante devir que se instaura na contingência da vida e de nosso “estar no mundo” (ANDRADE, 2011, p. 26).

De acordo com Andrade (2011), “a tentativa de se fixar um sentido como verdadeiro tem intencionalidade e vontade de verdade, a fim de estimular o discurso que lhe convém” (ANDRADE, 2011, p. 30), de modo que “a Teoria do Discurso chama a atenção para o fato de que os sentidos atribuídos aos signos ocorrem na contingência e não têm nenhuma lógica essencialista que lhe atribua sentidos a priori” (ANDRADE, 2011, p. 30).

Andrade (2011) aponta que o sentido só “ganha sentido” quando o significante é articulado em um discurso. Sendo assim, para a teoria do discurso, “os

significados linguísticos são criados por nós e podem representar a sujeição do social aos nossos interesses privados; contudo, esta teoria considera, por outro lado, que os significados não são rígidos, pois não conseguimos estabelecer significados eternos e imutáveis” (ANDRADE, 2011, p. 31). Buscando tratar desse sistema de significação, Andrade (2011) aponta que este “estrutura-se não de forma pré-determinada por um consenso universal e de um sistema de linguagem que independe do homem, mas, sim, em torno de um lugar vazio, a ser preenchido” (ANDRADE, 2011, p. 31). Cumpre destacar, entretanto, que o social não culminará, aos olhos da teoria laclauiana – e de quaisquer teorias de cunho pós-estruturalista ou pós-fundacional – no preenchimento deste chamado “lugar vazio”. Na perspectiva teórica de Ernesto Laclau, conforme mencionado, a emancipação última e verdadeira trata-se de uma impossibilidade. O processo de significação, uma vez que não é eterno e nem tampouco imutável, permite um sem fim de significações (ou fixações de sentido) que também não são eternas e/ou imutáveis mas, ao contrário, parciais e altamente transformativas, dependendo do contexto.

O social, na perspectiva de Ernesto Laclau, não apresenta quaisquer possibilidades de sentidos finais ou da fixação de sentidos últimos, e mesmo a pluralidade de identidades que podem vir a ser assumidas pelos indivíduos impedem que existam somente dois grupos antagônicos entre si, tal como propunha o marxismo clássico. Ernesto Laclau e Chantal Mouffe substituem a noção de ideologia pela de discurso, desconstruindo o conceito inicial. Tal desconstrução, portanto, busca elucidar “novas interpretações baseadas nas lacunas identificadas nas tradições teóricas tidas como incontestáveis, e, desta forma, o pós-marxismo de Laclau e Mouffe dialoga com a tradição desconstrutivista na tentativa de interpretação dos acontecimentos discursivos da atualidade” (GONÇALVES, 2015, s.p).

Breves Considerações

Neste capítulo foi apresentada a Teoria Do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e sua matriz epistemológica, qual seja, o movimento Pós-Estruturalista desde suas raízes no Estruturalismo. Depreende-se, do exposto, a contrariedade na fixação de essencialismos, além das limitações discursivas ante a contingência e a precariedade a que estão expostas.

Foram apresentadas as categorias antagonismo, ideologia e discurso, tocando também na noção de discurso político. Para introduzir a ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda ao poder, pano de fundo do debate deste trabalho, foi trazida a noção de hegemonia proposta por Laclau. Desse modo, ainda que um discurso seja sempre contingente e precário, busca de todo modo sua hegemonização, isto é, a universalização de seu conteúdo.

Retomando a fixação sempre parcial de sentido, isto é, suas características de contingência e precariedade, retomam-se as significações de direita e esquerda como ponto-chave para a compreensão das possibilidades de estudo a partir da teoria laclauiana. Uma vez que quaisquer essencialismos são rejeitados, busca-se estabelecer uma fixação de sentido parcial que leve em conta seu contexto de emergência discursiva. No caso do presente trabalho, uma significação para o discurso de um partido classificado como essencialmente de centro segundo a teoria política clássica, mas que sempre pode modificar seu discurso ante panoramas distintos.

Seguindo uma metodologia que propõe que a classificação dos partidos políticos brasileiros deve levar em conta a materialidade da ideologia, tem-se que o que definirá o que é de esquerda e de direita são as próprias falas dos sujeitos políticos ante a disputa pela fixação de sentidos. As condições de emergência discursiva aqui não significam que o discurso só poderia ser construído naquele contexto, mas tão somente que foi naquele contexto que tal discurso se construiu. Tal afirmativa é importante para que retomemos as infinitas possibilidades de articulação discursiva. Se considerássemos um contexto como condição de emergência *sine qua non* de qualquer discurso, excluiríamos, também, outras possibilidades de construção de discursos distintos em cenários idênticos.

Considerando a impossibilidade de emancipação última ou a impossibilidade de apreensão de um fim da história para o social – ou para a sociedade em si – não propomos um fim, também, para o discurso, mas tão somente a significação ideológica do partido naquele recorte temporal determinado, ainda que respeitando o posicionamento histórico do partido e a própria identificação que ele faz de si mesmo. O PMDB, no caso, se coloca como um partido de massas. Ora, muitas inferências podem ser depreendidas desta afirmativa, daí nosso intento de significá-la a partir de uma nova abordagem de classificação. Minimamente, pode-se afirmar que um partido tido como de direita ou de esquerda assuma, momentaneamente,

políticas ou posturas distintas do “lado do espectro ao qual pertence”. O destaque para essa afirmativa se dá em razão de que, insistimos, as fixações de sentido são sempre parciais. As infinitas possibilidades de articulação as quais o social encontra-se sempre imposto modificam, portanto e de forma contínua, seus caminhos.

3 O CICLO PROGRESSISTA LATINO-AMERICANO: O CASO BRASILEIRO ENQUANTO EXTERIOR DISCURSIVO

3.1 O Ciclo Progressista Latino-Americano

A investigação científica de quaisquer fenômenos exige uma localização tempo espacial que permite a delimitação do objeto. A opção pelo estudo de um período como direta e indiretamente influenciador de um acontecimento exige que identifiquemos, para além de sua própria caracterização, também suas nuances. Estudando o período do Progressismo Brasileiro, adentraremos também no debate esquerda-direita, dando primazia aos governos de esquerda enquanto pano de fundo para a construção do debate teórico proposto nesta pesquisa. Nosso objetivo, com isso, é apresentar de forma breve o contexto – e o campo discursivo na perspectiva laclauniana, enquanto aquilo que se encontra fora e para além do discurso, mas que também é capaz de moldá-lo – e o panorama da construção da ascensão de um extremo do espectro ao poder.

A chamada Maré Rosa da América Latina⁸, enquanto analogia a uma onda que atingiu o continente no fim e a partir dos anos 1990, tendo chegado à Venezuela com Hugo Chávez, ao Chile com Ricardo Lago, ao Brasil com Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina com Néstor Kirchner, ao Uruguai com Tabaré Vázquez, à Bolívia com Evo Morales, ao Equador com Rafael Correa e ao Paraguai com Fernando Lugo, é um termo utilizado “para caracterizar o fenômeno da ascensão de partidos e coalizões que se definem como esquerda ou centro-esquerda a governos nacionais em diversos países da América Latina” (NASCIMENTO JÚNIOR, 2017, p. 17). Do mesmo modo, cumpre destacar que a opção pelo termo maré “rosa”, em detrimento da cor vermelha comumente associada à esquerda, tem por objetivo apontar que “o caráter ainda limitado das reformas empreendidas por tais governos impossibilitaria a definição como maré vermelha” (NASCIMENTO JÚNIOR, 2017, p.18). Nesse sentido, aponta-se a percepção destes governos de esquerda em razão de sua suposta capacidade transformativa na política e na sociedade em geral, o que nem sempre pode ser confirmado⁹.

⁸ A despeito de este trabalho focar-se no caso brasileiro e trazer exemplos de outros países da América do Sul, o que justificaria a utilização do termo no lugar de “América Latina”, optamos pelo uso deste último em razão de seguirmos a definição de Maré Rosa proposta pelo autor Nascimento Júnior (2017).

⁹ No caso do presidente Lula, por exemplo, mantiveram-se as políticas de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira.

A compreensão dos vieses e caminhos que culminaram tanto em governos ditos de “Maré Rosa” como o desenrolar-se destes governos e seus resultados teórico-práticos são essenciais para estudar os caminhos da democracia. No caso desta dissertação, apresentar-se-á, portanto, um breve panorama do Progressismo Latino Americano enquanto cenário de possibilidade de construção discursiva ou, na perspectiva laclauiana, conforme mencionado, enquanto campo discursivo.

Quando Cavas (2016) propôs o questionamento: “podem os governos progressistas sobreviver ao próprio sucesso?” Levantou as evidências de um período de crise dos governos progressistas latino-americanos, como o foi a derrota nas urnas no caso *kirchniano*, em 2015, ou as intensas manifestações contrárias à então presidente Dilma Rousseff no Brasil. Estes apontamentos levaram a um possível esgotamento da narrativa progressista latino-americana (a despeito do apoio significativo da população a estes governos) enquanto resposta para, pelo menos, parte da derrocada destes governos de esquerda e centro-esquerda.

A questão que surge diante desse “esgotamento de narrativa” – dentre muitas outras, que sem dúvidas se desdobram desse questionamento inicial – é a seguinte: qual a razão do esgotamento narrativo dos governos progressistas latino-americanos? Ou ainda, será tal esgotamento narrativo a resposta para a derrocada dos governos de esquerda e centro-esquerda na América Latina? De acordo com Cavas (2016), é nesse contexto que surge a necessidade de afastar oposições essencialistas como “imperialismo e anti-imperialismo, progressismo e neoliberalismo, esquerda e direita, categorias que talvez fossem válidas neste subcontinente nos anos 70 ou, com demasiada licenciosidade analítica, nos 90” (CAVAS, 2016, p. 17).

O afastamento de essencialismos de quaisquer tipos pode evocar, aqui, a perspectiva pós-estruturalista na qual se funda a Teoria do Discurso laclauiana. O afastamento de essencialismos de quaisquer tipos prima pela impossibilidade de apreender um fim da linha para o social. Conforme apontado no capítulo precedente, a construção de uma teoria que tenha como categoria essencial o discurso e que tenha como norte a impossibilidade de vislumbrar cenários finais destaca o espaço da pluralidade de sujeitos. Conforme Laclau, a emergência de sujeitos múltiplos aponta também para a multiplicidade de discursos. Não há uma única essência ou tampouco uma essência em si para quaisquer definições, mas definições pautadas sempre pela contingência e pela precariedade do discurso e do social enquanto,

também, contingentes e precários. Isto posto, a construção de uma narrativa de esquerda – e a construção de uma narrativa de centro ante um governo de esquerda – será, também e obviamente, pautada pelas limitações a exposição inevitáveis da contingência e da precariedade na fixação de sentidos.

No caso do Ciclo Progressista, uma das críticas à narrativa de esquerda foi sua incapacidade de produzir um discurso novo, isto é, estabelecer uma fixação de sentido para além da demanda inicial.

Apontar a crise da hegemonia enquanto uma crise de universalização do conteúdo implica, no campo político, em tratar da dicotomia esquerda-direita como um dos principais embates ideológicos do campo. Nessa seara, a tentativa de universalização do conteúdo é perceptível através da construção de um discurso que busque continuamente a expansão de sua cadeia de significados. Antes de mais nada, cumpre tratar de uma questão importante: é possível definir esquerda-direita? Considerando a impossibilidade de apreensão última – ou de quaisquer essencializações?

Ao tratar da utilização da terminologia esquerda-direita, Silva (2014) ressalta que “a linha adotada muitas vezes é a de que essa filiação ideológica não tem um significado próprio, é um sentimento e o eleitor subjetivamente sabe se é de direita ou de esquerda” (SILVA, 2014, p. 151). Silva (2014) a partir de um conjunto de pressupostos, assim definirá cada um destes conceitos: “A esquerda é o espectro ideológico que pretende empoderar grupos sub-representados nas esferas de poder; e a direita é o espectro ideológico que pretende preservar ou ampliar os poderes de grupos já devidamente representados nas esferas de poder” (SILVA, 2014, p. 156).

Diversos autores (BOBBIO, 2001; BRESSER-PEREIRA, 1997) buscaram uma definição para este paradigma interpretativo – do posicionamento no *continuum* ideológico, isto é, uma classificação para os atores políticos entre esquerda, direita e suas ramificações – sendo nosso objetivo, no entanto, não enveredar pelo caminho de uma classificação em definitivo — aliás, aqui não há espaço para essencializações – mas refletir quanto a essa terminologia considerando as possibilidades do debate pós-estruturalista.

A noção de hegemonia enquanto estabelecimento de um consenso nos mais distintos âmbitos se centra na tentativa de construir domínio principalmente político-ideológico. Para ilustrar este ponto, adentraremos brevemente na noção de ideologia de Gramsci, autor também estudado por Ernesto Laclau. Brito (2010) define a

hegemonia gramsciana enquanto “exercida pelo consentimento e pela força, e constrói-se a partir da sociedade civil – na busca pelo consenso e pela liderança cultural e político-ideológica; do controle da estrutura econômica e da dominação do Estado através da força e da coerção” (BRITO, 2010, p. 17).

Como mencionado, não cabe a nós engendrar na tentativa de encontrar uma resposta para o esgotamento da narrativa que resulta não menos que diretamente no fim do ciclo dos governos progressistas na América Latina, especialmente considerando a dificuldade de tamanha empreitada. Cabe, entretanto, para compreender as relações entre a ascensão de um discurso contra-hegemônico (entendido aqui como o discurso da esquerda) e sua queda pelo domínio da hegemonia, compreender quais as principais críticas que se fazem aos projetos de governo de esquerda.

Segundo Cavas (2016), as críticas a esses projetos de governo centram-se em dois grandes pontos: Por um lado, diz-se que os governos pecaram em alcançar altos níveis de desenvolvimentismo de fato, ressaltando ainda que os governos de esquerda e seus projetos políticos “não foram capazes de romper com os entraves neoliberais, que foram cúmplices demais com o capital improdutivo e/ou financeiro, não se fizeram acompanhar por reformas estruturais e/ou um projeto efetivo de emancipação” (CAVAS, 2016, p. 18). No caso do segundo ponto, por sua vez, o autor centra-se em “criticar os excessos extrativistas, como se o projeto desenvolvimentista estivesse, em essência, bem norteado, faltando apenas retificar as profundas violações às populações atingidas e ao meio ambiente em geral, segundo uma ponderação racional de interesses” (CAVAS, 2016, p. 18-19).

Pereira (2011), por sua vez, ressalta que

Não é difícil sustentar que houve sim uma crise geral das esquerdas, ainda não superada de todo, que se refletiu tanto em seus paradigmas quanto na organização de numerosos partidos e na derrocada – ou na profunda revisão – de experiências socialistas. Ou seja, houve a dramática (porque veloz e inesperada) derrocada do “socialismo real” – que teve seus momentos decisivos entre os anos de 1989 e 1991 –, seguida pela transformação ou pelo desaparecimento de diversos partidos de esquerda. Mas também houve uma profunda crise do pensamento marxista – até então o principal referencial teórico no campo das esquerdas (PEREIRA, 2011, p. 24).

Considerando a forma como as esquerdas têm chegado ao poder na América Latina, apresenta-se, em muitos casos, um processo “revolucionário”. Buscando exemplificar esse caminho e a as contradições e tensões existentes no caminho para o poder de um novo projeto de governo, considerou-se oportuno trazer a

perspectiva de Linera (2011), que embora aplique-se nesse estudo ao caso boliviano, pode indicar um horizonte de possibilidades para a análise de trajetórias de busca por poder e pelo estabelecimento de um projeto considerado desenvolvimentista.

Linera (2011), tratando das fases do processo de mudança das tensões criativas do caminho revolucionário no caso boliviano, destaca a existência de cinco fases nesse processo. A primeira fase é colocada pelo autor como aquela na qual é percebida uma crise do Estado, uma fase na qual são desveladas as contradições acumuladas durante séculos de domínio estatal. Nessa fase, “el bloque dominante mantenía el poder, pero al frente tenía líneas internas y externas en las que las clases subalternas de la ciudad y el campo le comenzaban a disputar el control territorial, ideológico y simbólico de la sociedad” (LINERA, 2011, p. 14). Uma vez instaurado esse cenário de disputa, a segunda fase compreende um embate de proporções agigantadas, ou o que o autor coloca como um embate “catastrófico”. Nesta fase, existiam “dos bloques de poder con dos proyectos de poder, con dos capacidades de presencia territorial y con liderazgos antagónicos se disputaban el orden estatal paralizando hasta cierto punto la reproducción de la dominación” (LINERA, 2011, p. 15). A terceira fase destacada pelo autor, por sua vez, resultará na mobilização das fases anteriores agora convertida em, de fato, governabilidade. A terceira fase “fue un desplazamiento del antagonismo de los dos proyectos de sociedad *al interior del mismo Estado, y de las clases sociales en el Estado*, ahí radica la novedad de la contradicción antagónica” (LINERA, 2011, p. 18). Do mesmo modo, essa fase “se trata del momento en que los bloques antagónicos, los proyectos irreconciliables de sociedad que cubren territorialmente la sociedad y el Estado, deben dirimir su existencia de manera abierta, desnuda, a través de la medición de fuerzas, la confrontación” (LINERA, 2011, p. 19). O confronto ao qual se refere Linera (2011) pode ser visto nas contradições antagônicas na busca por poder estatal. Nessa fase, “la contradicción antagónica por el control del poder estatal tendrá que realizarse y dirimirse en base a la fuerza hasta aquí lograda, acumulada, convencida, pero hecha fuerza desnuda y nada más” (LINERA, 2011, p. 22).

No caso boliviano estudado por Linera (2011), é a vitória de Evo Morales nas eleições de 2009 que marcam o fim da quarta fase. A quinta fase, por sua vez, compreende não mais as contradições entre dois polos antagônicos apontados nas

tensões anteriormente apresentadas, mas sim por “la presencia de contradicciones al interior del bloque nacional-popular, es decir, por tensiones entre los propios sectores que protagonizan el Proceso de Cambio, que se darán en torno a cómo llevarlo adelante” (LINERA, 2011, p. 23). O autor coloca tais contradições não enquanto secundárias, isto é, não relegadas a desempenhar apenas um papel secundário no processo revolucionário, mas sim enquanto contradições criativas, uma vez que apresentam o potencial necessário para atuar enquanto combustível do caminho revolucionário. Sendo assim, “cuando sucede esto, estas tensiones devienen en *fuerzas productivas objetivas y subjetivas* de la revolución” (LINERA, 2011, p. 24). Estudando o caso boliviano, o autor ainda ressalta que em todos os processos revolucionários existem tensões e contradições tanto fundamentais e antagônicas quanto aquelas que desempenham papel secundário. As primeiras “escinden estructuralmente las sociedades” e as segundas são aquelas “que son superables mediante métodos democráticos y revolucionarios” (LINERA, 2011, p. 24).

Na perspectiva de Linera (2011), é justamente nesse processo de desvelamento das contradições e de tensões que ficam visíveis os problemas que atingem a coletividade, do mesmo modo que é quando essas contradições e tensões ficam visíveis – e apontam seus problemas – que também são apresentadas soluções. Sendo assim, “tensiones y contradicciones son por tanto los mecanismos mediante los cuales se logran los cambios y se impulsa el avance de una sociedad, y forman parte indisoluble del curso democrático y revolucionario de los pueblos” (LINERA, 2011, p. 25).

A tensão presente em cada uma das fases anteriormente apontadas ressalta a trajetória para a construção de um projeto contra-hegemônico, no qual um projeto político daqueles então oprimidos (retomando a perspectiva gramsciana brevemente apontada no capítulo 2) tenta – e eventualmente consegue – elevar-se à condição da possibilidade de estabelecer um discurso hegemônico.

As tensões e contradições nos processos tido como revolucionários se apresentam, no mais das vezes, em razão do desconhecido. No caso brasileiro, o período anterior à posse de Luiz Inácio Lula da Silva foi marcado tanto por esperança de mudanças como desconfiança com relação a estas mesmas mudanças, tal como assinala Barbosa (2012):

Por sua trajetória pessoal, e pelo partido que lidera, o presidente Lula toma posse em meio a esperanças e desconfianças de como iria administrar a economia brasileira. Justamente por ser um candidato de esquerda eleito por sufrágio democrático, fato inédito no período democrático pós 1989, não se poderia prever como o novo presidente procederia em seus quatro anos de mandato. A esperança ficava por conta da população desejosa de transformações sociais. A desconfiança, por outro lado, estava sentada ao lado daqueles que se preocupavam primeiramente com a estabilidade econômica do país. Trocando em miúdos, em relação ao empresariado nacional, temia-se uma descontinuidade do modo de operar administrativamente o país no momento da transição de um governo para outro (BARBOSA, 2012, p. 41-42).

A Maré Rosa da América Latina corresponde, conforme citado, à ascensão de governos de esquerda e de centro-esquerda ao poder no continente. Comumente chamado também de Progressismo, cumpre destacar que os dois termos são distintos. O Progressismo trata-se de um movimento que, obviamente, encontra-se ligado à noção de progresso. A noção de progresso, entretanto, dependerá de contexto, das aspirações da sociedade a qual pertence e dos projetos políticos implantados e em vias de implantação. No contexto político atual, entretanto, o progressismo encontra-se muito mais ligado à ideais de esquerda, como sua ligação com aspirações de movimentos de preservação e valorização de direitos de grupos que, durante muito tempo, estiveram à margem da sociedade, por exemplo. A incapacidade de projetos políticos de atender de maneira eficiente e eficaz estes grupos da sociedade parece ser fator importante na abertura para novos e distintos projetos políticos, daí a abertura para a ascensão, em diversos níveis, de governos de esquerda, especialmente no caso da América Latina. Segundo Nascimento Júnior (2017):

Havia a percepção de que as políticas adotadas não foram capazes de dirimir os problemas sociais latentes e, portanto, abre-se uma “janela de oportunidade” que possibilita a escolha de novos projetos. Esse fator, portanto, está diretamente relacionado às políticas públicas que seriam levadas a cabo pelos governos progressistas. Portanto, as condições políticas e econômicas fizeram diferença no período de ascensão das esquerdas no início do século XXI. O fato consensual de a crise neoliberal ter alavancado a enchente da maré rosa é testado por Stokes (2009) ao assumir uma hipotética administração de um partido de direita em um ano eleitoral e considerar variáveis como abertura do setor financeiro e gastos do governo. Nesse caso, considera-se um governo com baixo grau de neoliberalismo quando os gastos governamentais se situam acima do nível médio de abertura ao capital financeiro; e alto grau de neoliberalismo quando essa abertura é maior que os gastos do governo; já o grau médio seria um meio termo entre as duas variáveis (NASCIMENTO JÚNIOR, 2017, p. 35-36).

No caso brasileiro, a estabilidade econômica havia sido recém-alcançada com a implementação do Plano Real de Fernando Henrique Cardoso. O fantasma da

inflação assombrava a população e a desigualdade social marcava o país. No dia 27 de outubro de 2002, findado o segundo turno contra José Serra (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) era eleito presidente. Surgia a oportunidade de implementação de um novo projeto político. A maré rosa atingia o Brasil.

3.2 O Ciclo Progressista Brasileiro

A apresentação enquanto “Ciclo Progressista” no lugar de “Progressismo Brasileiro” tem sua razão de ser. Buscando apontar o contexto e as condições de emergência do discurso peemedebista no período supracitado, optou-se pela delimitação do Ciclo Progressista como compreendido pelos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, de modo que ressaltamos que tal escolha implica na exclusão da história do progressismo no Brasil. O enfoque, entretanto, é priorizado ao trabalhar com o campo discursivo deste trabalho.

3.2.1 Os governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)

Após três tentativas sem sucesso de alcançar a presidência, Luiz Inácio Lula da Silva tomava posse como presidente da República Federativa do Brasil no dia 1 de janeiro de 2003. Luiz Inácio Lula da Silva concorreu e alcançou formalmente o poder através do Partido dos Trabalhadores – PT, partido que mais coligou-se com o PMDB nas candidaturas políticas brasileiras na disputa por cargos nas mais distintas esferas (O GLOBO, 2016a; O GLOBO, 2016b).

O Partido dos Trabalhadores – PT foi fundado em 10 de fevereiro de 1980, e teve seu registro formal em 11 de fevereiro de 1982. O partido tem atualmente como presidente de honra Luiz Inácio Lula da Silva, e como presidente em exercício Gleise Hoffmann. É o maior partido da esquerda brasileira, sendo, portanto, comumente classificado como sendo de esquerda e de centro-esquerda. Segundo Amaral (2010)

O partido afirmava-se socialista e democrático, mas se recusava a definir claramente suas posições ideológicas mais amplas, e defendia a inserção de novos atores na política institucional a partir da noção de representação política orgânica. No aspecto organizacional, a agremiação apresentou um desenho institucional inovador com relação aos padrões verificados no Brasil. O PT primou por garantir a participação das bases no processo decisório e a ligação com os movimentos sociais, superando as restrições impostas pela legislação. O símbolo dessa preocupação do partido com a democracia participativa interna foi a criação dos Núcleos de Base, cujas principais funções eram ligar o partido à sociedade, ampliar a conexão entre as várias instâncias partidárias e servir como um local de educação política e permanente atividade de militância (AMARAL, 2010, p. 51).

As condições de emergência do partido, por sua vez, remontam ao Novo Sindicalismo enquanto movimento que urgia a necessidade de maior mobilização por parte dos trabalhadores.

Forjado na região do ABCD paulista e consequência das transformações socioeconômicas pelas quais passou o Brasil nos anos 1960 e 1970, que resultaram na formação de uma classe operária numerosa e representativa econômica e politicamente, o Novo Sindicalismo foi assim denominado por enfrentar o conflito entre capital e trabalho de forma distinta do sindicalismo antes verificado no Brasil, atrelado ao Estado. Independente, questionou, por meio de greves e campanhas salariais no final dos anos 1970, as ordens política e econômica estabelecidas durante o período do regime militar. As mobilizações de trabalhadores entre 1977 e 1979 transformaram o Novo Sindicalismo em um importante ator político e deram impulso às discussões para a formação de um partido, um partido de trabalhadores, possibilidade que se abria com a reforma partidária de 1979 (AMARAL, 2010, p. 50).

O primeiro mandato do presidente Lula foi marcado pelo legado econômico daquele que o precedeu – Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) (ANDERSON, 2011), e a manutenção do Plano Real permitiu relativa estabilidade econômica no país. Os dois mandatos do presidente Lula foram marcados ainda por programas sociais, como o Bolsa Família¹⁰ e o Fome Zero^{11,12}, e o presidente deixou o cargo com a maior taxa de popularidade da história da política brasileira desde a redemocratização: taxa recorde de 87% (TERRA, 2010). Em outras palavras,

o primeiro mandato de Lula é marcado pela ortodoxia macroeconômica, conforme seu comprometimento no documento intitulado Carta ao povo Brasileiro, de 22 de junho de 2002, onde se compromete com a estabilidade econômica e com o combate a inflação. Lula sustenta sua política econômica ao primeiro mandato baseado no “tripé” flutuação cambial/metras de inflação/austeridade fiscal. O governo petista também é o primeiro da república pós 1986 que não desenvolve um plano econômico próprio, procedendo dessa maneira com uma continuidade do Real, estável e de inflação controlada (BARBOSA, 2012, p. 45).

A economia foi, conforme mencionado, uma das principais preocupações do governo Lula, tanto de brasileiros (cujo fantasma da inflação ainda assombrava) quanto da comunidade internacional, destacando que

A questão fiscal era de grande importância para a comunidade internacional. Temia-se a irresponsabilidade para com os gastos durante os primeiros anos de mandato petista. As metas do superávit primário em relação ao PIB eram

¹⁰ O programa Bolsa Família busca combater a fome e a miséria no Brasil através do acesso a serviços essenciais, tais como alimentação, saúde e educação.

¹¹ O programa Fome Zero consistiu em um programa formulado pelo Governo Federal em 2003, visando combater a fome e a miséria percebidos no Brasil até então.

¹² Cumpre destacar que alguns destes programas sociais são oriundos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), como o Bolsa Escola, por exemplo, e foram adaptados e/ou reformulados durante o governo Lula.

constantemente cobradas em manifestações de órgãos econômicos, como o FMI. Apesar dessas expectativas, o governo Lula empreende uma política econômica ortodoxa consolidando a luta pela estabilidade econômica e o controle da inflação (BARBOSA, 2012, p. 45).

Diante do exposto, cumpre destacar o intento de Luiz Inácio Lula da Silva em diminuir tensões, reforçando que

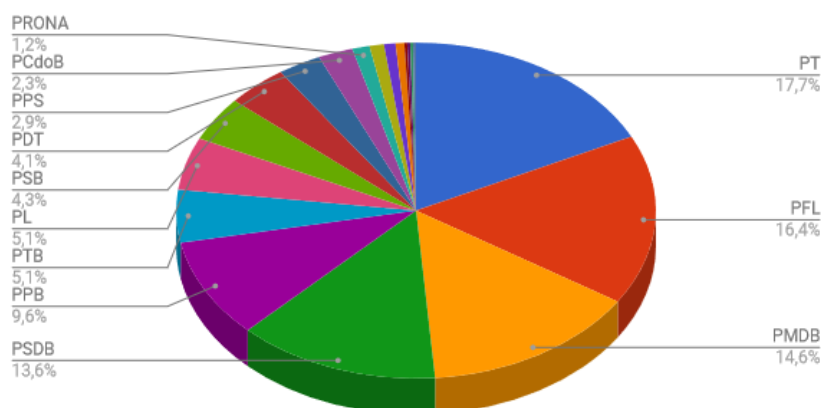
De outubro de 2002 a abril de 2003, o governo toma decisões que contribuíram fortemente para reduzir o grau das tensões macroeconômicas existentes ao final de 2002: I) nomeou para cargo de presidente do Banco Central o ex-presidente mundial do Bank Boston, Henrique Meirelles, mantendo, inicialmente, todo o restante da diretoria anterior, em claro sinal de continuidade; II) Anunciou metas de inflação para 2003 e 2004, de 8,5% e 5,5%, respectivamente, que implicavam um forte declínio em relação à taxa efetivamente observada em 2002, reforçando a política anti-inflacionária; III) Definiu um aperto da meta de superávit primário, que passou de 3,75% para 4,25% do PIB em 2003; IV) Ordenou cortes do gasto público, para viabilizar o objetivo fiscal, deixando de lado antigas promessas de incremento do gasto (BARBOSA, 2012, p. 45).

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva promoveu a consolidação do processo democrático no Brasil, uma vez tendo alcançado o poder através do sufrágio, concorrendo por um partido de esquerda, com um novo projeto político e diante de um processo de transição de governo. Diante disso, Lula

Manteve a política de combate a inflação empreendida desde a década de 1980 com as políticas heterodoxas, passando pelo governo FHC e a consolidação da estabilidade econômica a partir de uma solução ortodoxa, bem como vimos que essa posição anti-inflação no Brasil é nos dias de hoje um consenso político de todas as partes que almejam chegar ao poder. Respeitando a política macroeconômica com feições de ortodoxia monetária baseada no tripé flutuação cambial/metras de inflação/austeridade fiscal, o que caracterizamos como continuidade ao que havia sido feito anteriormente pelo governo Fernando Henrique, Lula inovou, em seu primeiro mandato, ao conciliar a isso estratégias de transferência de renda e aquecimento interno da economia (como o programa Bolsa Família) sem criar acomodação por parte do empresariado, aumentando o poder de compra do eleitorado de baixa renda, o que classificamos como ruptura (BARBOSA, 2012, p. 50).

No que diz respeito à distribuição partidária nos governos Lula, a relação de deputados federais eleitos, por cadeiras ocupadas pelos partidos, pode ser observada nos gráficos 02 e 03, referentes aos anos de 2002 e de 2006, respectivamente.

Gráfico 02: Relação de deputados federais eleitos em 2002 por percentual de cadeiras ocupadas por partidos

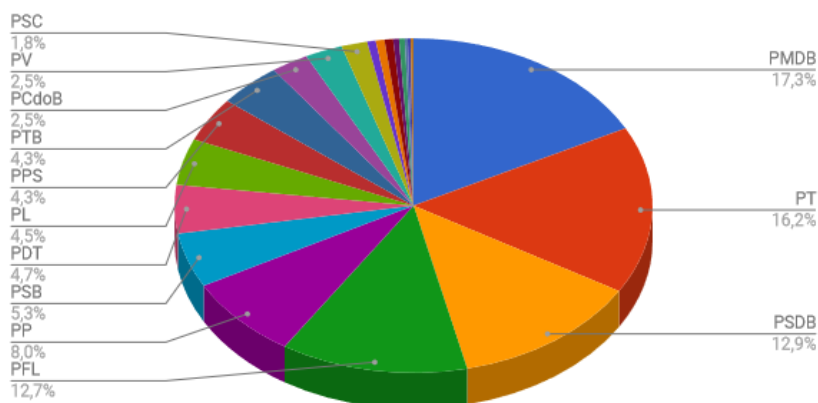


N= 513 no total.

Fonte: Câmara dos Deputados (2017).

Conforme observado no gráfico 02, nas eleições de 2002 o PT apresentou a maior bancada da Câmara dos Deputados, um percentual de 17,7% (ou 91 deputados), seguido pelo PFL com um percentual de 16,4% (84 parlamentares) e pelo PMDB com uma representação de 14,6% (75 cadeiras). Passemos ao gráfico 03, que traz os dados referentes ao ano de 2006.

Gráfico 03: Relação de deputados federais eleitos em 2006 por percentual de cadeiras ocupadas por partidos



N= 513 no total.

Fonte: Câmara dos Deputados (2017).

Conforme observado no gráfico 03, nas eleições de 2006, a maior bancada era do PMDB, com um percentual de 17,3% (ou 89 cadeiras), seguida pela bancada do PT com um percentual de representação de 16,2% (ou 83 cadeiras) e pelo PDT, com um percentual de 12,9% (ou 66 cadeiras) de cadeiras ocupadas na Câmara dos Deputados. Ainda que o PT tenha perdido cadeiras ocupadas em um comparativo 2002-2006, ainda apresenta a segunda maior bancada da casa.

A construção de políticas de cunho social deu significativo sustentáculo ao governo Lula, sendo tal empreitada uma das significativas explicações para sua consolidação enquanto sujeito político e marca enquanto líder popular.

Nascido em outubro de 1945, na cidade de Caetés, no interior de Pernambuco, Luiz Inácio Lula da Silva construiu uma carreira política notável, consolidando-se enquanto um dos maiores articuladores políticos brasileiros, além de alcançar taxas recordes de aprovação entre o eleitorado. Em outras palavras, Lula é tido como “o político mais bem-sucedido de seu tempo” (ANDERSON, 2011, p. 23). Apesar de escândalos durante seu governo, como o “Mensalão”, por exemplo, marcou o cenário político brasileiro enquanto habilidoso sujeito político. Marcando seu governo principalmente com a promoção de políticas de cunho social, estabilidade econômica e crescimento nos principais indicadores, Lula finda seu governo com êxito na eleição de sua sucessora, Dilma Vana Rousseff. Sendo assim,

Lula entregou o governo para Dilma numa situação que podemos chamar de “confortável”, no que se refere aos principais indicadores macroeconômicos. O forte crescimento registrado em 2010, os bons resultados do mercado de trabalho, especialmente a baixa taxa de desemprego e a estabilidade dos preços são elementos centrais deste cenário (CURADO e NASCIMENTO, 2015, p. 35).

3.2.2 Os governos Dilma Vana Rousseff (2011-2016)

Dilma Vana Rousseff nasceu em dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Economista por formação, Rousseff também é uma política brasileira, mas sem a notável característica de articulação política de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva.

A eleição de Dilma Vana Rousseff em 2010 teve muita influência de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva. Diversos eram os questionamentos ante a postura da então presidente no que tange o curso do governo enquanto continuação ou não do Governo Lula. De acordo com Curado e Nascimento (2015), Rousseff

recebeu o governo das mãos de Lula numa situação tida como “confortável”, uma vez que

Os efeitos do abalo de 2008 foram contornados, ainda que alguns fundamentos econômicos tenham piorado, como a situação das contas externas e a redução do superávit primário, mas dentro da normalidade para o cenário pós-crise de 2008. A piora do saldo em transações correntes foi, em grande medida, fruto da desaceleração da economia mundial e da concomitante queda na demanda por produtos brasileiros no mercado internacional. A redução do superávit primário do governo era igualmente esperada e decorreu da combinação da redução da atividade com a ampliação de gastos e a renúncia de impostos associadas à política fiscal anticíclica. Apesar das críticas pontuais sobre a execução das políticas fiscal, monetária e creditícia no contexto da crise, o resultado final é que elas contribuíram para a retomada do crescimento em 2010 e ajudaram na superação da fase mais aguda da crise de setembro de 2008 (CURADO e NASCIMENTO, 2015, p. 35).

Dilma Rousseff buscava seguir o projeto desenvolvimentista de seu antecessor. Uma vez superada a pior fase da crise de 2008, buscava-se seguir com um projeto de política econômica que garantisse a manutenção da estabilidade política do país, além de seu subsequente crescimento. Entretanto,

A condução equivocada da política econômica durante o governo Dilma contribuiu para os baixos níveis de investimento por dois caminhos. Primeiramente, a tentativa de manter o ritmo de crescimento através da expansão do consumo e dos gastos do governo pressionou a demanda em um contexto de reduzido crescimento da oferta. O resultado, conforme assinalado anteriormente, foi pressionar a inflação e as contas externas. Embora eficientes no curto prazo para geração de um ciclo de crescimento do PIB, essas políticas não funcionam no longo prazo se não engendram uma ampliação nas condições de oferta doméstica e no nível de produtividade do sistema econômico. O modelo de crescimento vigente entre 2004 e 2010 encontrou seu limite no governo Dilma. A insistência em manter uma política fiscal frouxa com reduções do superávit primário e a inconsistência da política monetária contribuíram para aumentar o grau de incerteza do sistema econômico. À medida que o governo reforçava a expansão da demanda tornava-se mais clara para os agentes econômicos a ineficiência desta política (CURADO e NASCIMENTO, 2015, p. 44).

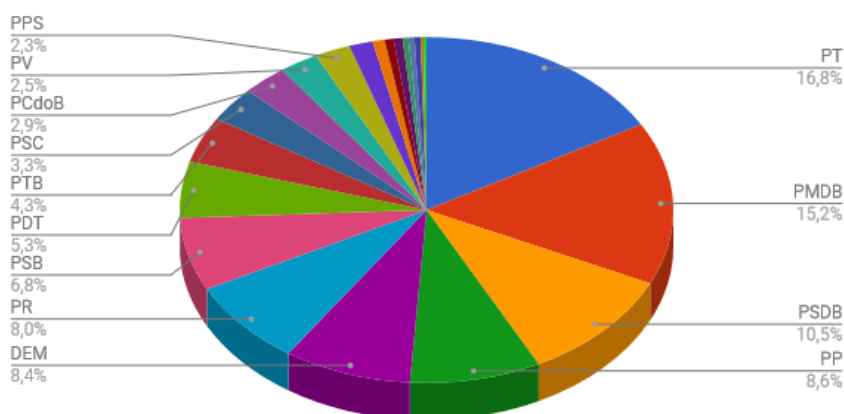
Ainda no tocante a economia no governo Dilma Rousseff, destaca-se que

No campo fiscal, o governo manteve praticamente inalterada a política de ampliação de gastos, em um cenário de reduzido crescimento do produto, o que concretamente se traduziu em uma piora dos resultados do governo central. No campo monetário, ocorreu uma flexibilização do regime de metas, realizada através das reduções na taxa de juros em um contexto de inflação acima do centro da meta. O objetivo dessas políticas era manter a expansão da demanda agregada para promover a recuperação do ritmo de crescimento do produto. Contudo, os resultados foram o baixo crescimento e a pressão inflacionária, denunciando o fracasso dessa “estratégia” (CURADO e NASCIMENTO, 2015, p. 46).

No que diz respeito a política no governo Dilma Rousseff, é possível observar, nos gráficos que seguem (04 e 05), a relação de deputados federais eleitos em 2010

e 2014 por percentual de cadeiras ocupadas por partidos. Buscando pautar seu governo ainda nas políticas de cunho social – marca do governo Lula – seguindo então um projeto desenvolvimentista. Um ponto sobre o qual assentava-se o governo Dilma Rousseff, no campo político, era a manutenção da coligação PT-PMDB, partido do vice-presidente Michel Temer.

Gráfico 04: Relação de deputados federais eleitos em 2010 por percentual de cadeiras ocupadas por partidos

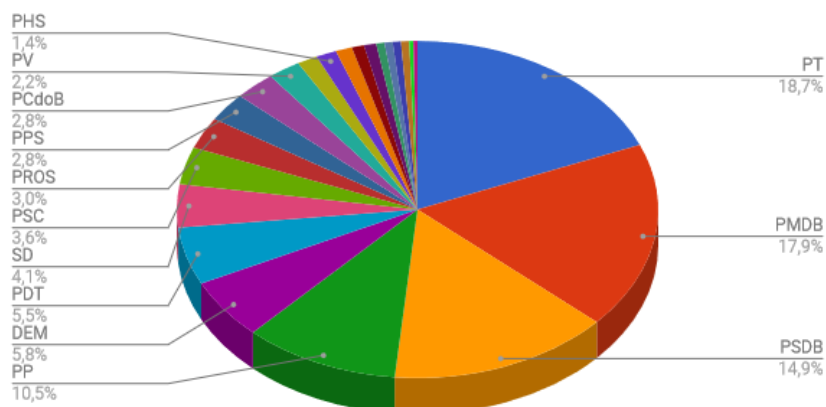


N= 513 no total.

Fonte: Câmara dos Deputados (2017).

Conforme observado no gráfico 04, a maior bancada da Câmara dos Deputados nas eleições de 2010 era do PT, com um percentual de 16,8%, seguida pela bancada do PMDB com 15,2% e pelo PSDB, com um percentual de 10,5%. Passemos ao gráfico 05, que apresenta os dados referentes ao ano de 2014.

Gráfico 05: Relação de deputados federais eleitos em 2014 por percentual de cadeiras ocupadas por partidos



N=513 no total.

Fonte: Câmara dos Deputados (2017).

Conforme observado no gráfico 05, nas eleições de 2014, a maior bancada era ocupada pelo PT, com um percentual de 18,7%, seguida pela bancada do PMDB, com um percentual de 17,9% e pelo PSDB, com um percentual de representação de 14,9%.

O governo Dilma Rousseff não obteve o mesmo êxito do governo de Lula. Marcado ainda mais por escândalos de corrupção, especialmente envolvendo o Partido dos Trabalhadores, a presidente perdia apoio político em níveis significativos. O governo também sofria com a pressão das manifestações populares, com destaque especial para as chamadas “Jornadas de Junho de 2013”, cujo estopim fora o aumento na passagem de ônibus na cidade de São Paulo/SP, mas que culminou em uma enxurrada de manifestações por todo o país, tendo como mote o fim da corrupção, mas carregando consigo um leque de demandas e pautas sendo clamadas pelos grupos populacionais. As eleições de 2014 se aproximavam e o PT precisava decidir se mantinha ou não o nome de Dilma Rousseff na disputa eleitoral. A opção foi por manter o nome da presidente. A primeira mulher a ser eleita presidente do país foi reeleita numa disputa contra Aécio Neves, do PSDB, entretanto, por uma margem muito pequena. Começaram, aí, os problemas do governo, especialmente no tocante à governabilidade.

A postura da então presidente enquanto gestora, mas não como política e articuladora culminaram em perda de apoio no Congresso e a consequente abertura de um processo de impeachment com a acusação de que Dilma Rousseff teria cometido crime de responsabilidade. Sem apoio na Câmara (a Câmara dos Deputados autorizou o julgamento pelo Senado por 367 votos favoráveis, contra 137 contrários e 7 abstenções), no dia 12 de maio de 2016 o processo foi aprovado no Senado Federal (55 votos a favor e 22 contra), levando ao afastamento do cargo por 180 dias. No dia 31 de agosto de 2016, por 61 votos a favor e 20 contra, Dilma Rousseff teve seu mandato cassado. Dilma Rousseff deixou de ser presidente do Brasil, mas manteve seus direitos políticos. A presidência do Brasil era, assim, entregue a Michel Temer, um dos maiores nomes da atualidade do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

3.3 O PMDB no Ciclo Progressista Brasileiro

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) é atualmente o maior partido do Brasil em número de filiados, 2.306.056, frente a 1.549.608 dos filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) e 1.405.117 dos filiados ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), além de ser o maior partido brasileiro em termos de representação no congresso nacional¹³. Apesar de seus números, o partido nunca elegeu um presidente através do voto direto, chegando à Presidência da República, entretanto e indiretamente, três vezes. O PMDB assumiu interinamente o cargo de presidente com José Sarney, pouco antes da morte de Tancredo Neves (1985). Quando Tancredo morreu, Sarney assumiu a presidência do Brasil definitivamente. O PMDB ainda assumiu o poder outras duas vezes, ambas após a concretização de processos de *impeachment*. A primeira vez na concretização do *impeachment* de Fernando Collor de Mello (1992) e a segunda vez após a concretização do *impeachment* da então presidente Dilma Vana Rousseff (2016).

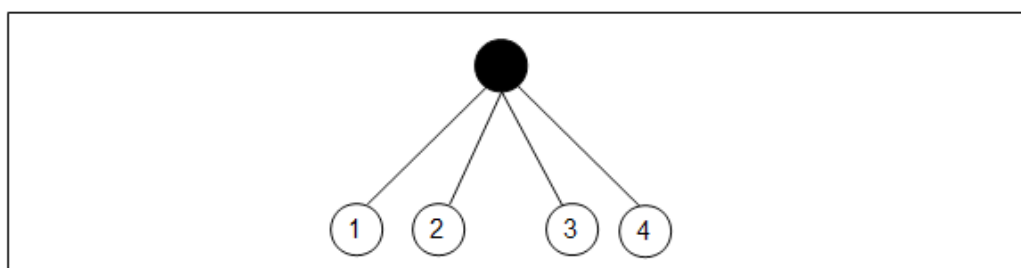
Intitulado um partido de massas e representante do povo brasileiro (PMDB, 2012a), o partido construiu, ao longo de sua caminhada, uma história enquanto partido de oposição ao regime militar e, depois, enquanto um partido essencial

¹³ O Partido do Movimento Democrático Brasileiro possui uma bancada de 64 membros, perdendo apenas para o Bloco Parlamentar formado pelos partidos PP, PTN, PHS e PTdoB, que possuem uma bancada de 71 membros. O segundo partido com maior bancada parlamentar é o Partido dos Trabalhadores – PT, com uma bancada de 58 membros, seguido do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, com 46 membros na bancada (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017).

para a manutenção do sistema político brasileiro, realizando inúmeras coligações visando maximizar seu poder e a consequente conquista de cargos na política brasileira.

Articulando seu discurso em torno do ponto nodal “Democracia como Desenvolvimento” (SANTOS, 2017) o programa partidário do Partido do Movimento Democrático Brasileiro constrói seu discurso em torno de um significante que se pretende universal, isto é, um significante vazio, que constrói ao redor de si uma cadeia de equivalências que pode expandir-se continuamente e, onde se percebe, talvez, o cerne da razão pelo qual o partido é o maior do Brasil em número de filiados: sua capacidade de representar, a partir de uma demanda universal, um sem número de demandas particulares.

Imagem 01: Estrutura discursiva do programa partidário peemedebista “Democracia como Desenvolvimento”, de 2012

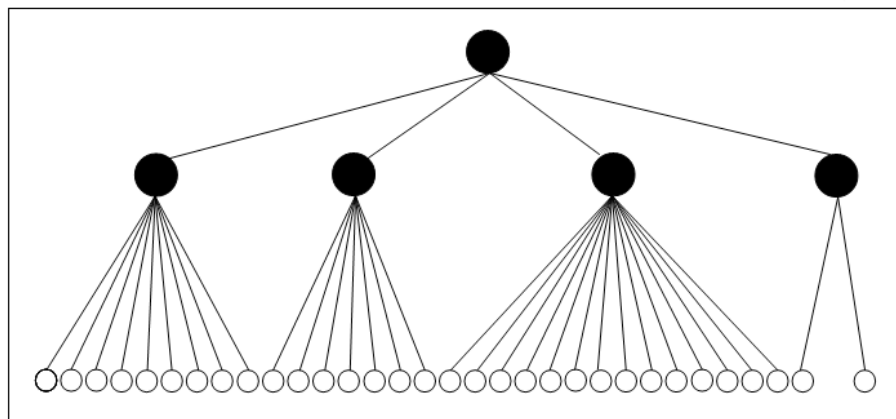


Fonte: SANTOS, 2017.

De acordo com estudo calcado na Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, apresentou-se a estrutura discursiva do programa partidário peemedebista, que tem como título “Democracia como Desenvolvimento” e que articula-se em torno de quatro pontos nodais distintos: “Reformas para consolidar a democracia”, “O Estado Democrático Brasileiro”, “Novo Modelo de Desenvolvimento” e “O Brasil no Mundo” (representados pelos pontos subsequentes). A noção de democracia como desenvolvimento, aqui, atua também enquanto significante vazio, um significante sem significado, isto é, esgotado de conteúdo, que permite a universalização do conteúdo para além de uma demanda particular inicial. A imagem que segue aponta o programa partidário peemedebista em suas práticas articulatórias. Cada um dos pontos nodais citados é representado por um ponto preto (a noção de democracia como desenvolvimento a seguir é apresentada

também como ponto nodal), e cada um dos pontos inferiores trata da articulação em torno desse significativo.

Imagem 02: Estrutura discursiva do programa partidário peemedebista



Fonte: SANTOS, 2017.

Levando em conta que o PMDB tem atuado continuamente nas esferas nacionais de poder no Brasil e que tem a maior bancada no legislativo, além de ser o partido com maior número de filiados na história da política brasileira, fica claro que este trata-se de um partido que visa garantir, através de alianças partidárias, isto é, coligações, maximizar seu poder e diminuir o poder de seus adversários através de um objetivo eleitoral comum. Intitulado um partido de massas, o partido constitui-se enquanto uma importante peça no funcionamento da máquina eleitoral brasileira.

Considerado essencialmente um partido de centro, o PMDB coligou-se com diversos partidos ao longo da sua história. No tocante às coligações para cargos de presidente e considerando apenas os candidatos de maior potencial de vitória e/ou que chegaram ao segundo turno, observa-se:

- 1) Nas eleições presidenciais de 1989, o então candidato e futuramente presidente Fernando Collor de Mello teve sua candidatura apoiada pela coligação formada por PRN, PSC, PST e PTR. Luiz Inácio Lula da Silva, por sua vez, teve sua candidatura apoiada pela aliança entre os partidos PT, PSB e PCdoB. Em 1989, o PMDB lançou candidato próprio, Ulysses Guimarães, que não chegou ao segundo turno.
- 2) Nas eleições presidenciais de 1994, o candidato eleito Fernando Henrique Cardoso teve sua candidatura apoiada pela aliança entre os partidos PSDB, PFL e

PTB. Seu opositor, Luiz Inácio Lula da Silva, teve sua candidatura apoiada pela coligação formada por PT, PSB, PPS, PV, PCdoB, PCB e PSTU. Nas eleições de 1994, o PMDB lançou a candidatura de Orestes Quércia, através da coligação “Desenvolvimento do Brasil”, formada por PMDB e PSD, que novamente não chegou ao segundo turno.

3) Nas eleições presidenciais de 1998, a coligação formada por PSDB, PFL, PPB, PTB e PSB apoiou o candidato eleito Fernando Henrique Cardoso. A aliança formada por PT, PDT, PSB, PCdoB e PCB apoiou o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. O PMDB, nas eleições de 1998, apoiou informalmente a candidatura de Fernando Henrique Cardoso.

4) No caso da eleição presidencial de 2002, o PMDB coligou-se com o PSDB, formando a “Grande Aliança” que apoiava José Serra como candidato. No caso do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, por sua vez, formou-se a coligação “Lula Presidente” que tinha como membros o PT, o PL, o PCdoB e o PCB.

5) Nas eleições presidenciais de 2006, Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito presidente com a coligação formada pelos partidos PT, PRB e PCdoB. A coligação de seu oponente, Geraldo Alckmin, era formada pelo PSDB e pelo PFL. Cumpre destacar que o PT de Luiz Inácio Lula da Silva obteve apoio informal de boa parte dos membros do PMDB neste período.

6) Nas eleições presidenciais de 2010, formularam-se as seguintes coligações: PT, PMDB, PDT, PCdoB, PSB, PR, PRB, PSC, PTC e PTN pela candidata Dilma Rousseff. O candidato José Serra, por sua vez, foi apoiado pela coligação PSDB, DEM, PPS, PMN, PTdoB e PTB. Nas eleições presidenciais de 2014, por sua vez, as seguintes coligações foram formadas: PT, PMDB, PDT, PCdoB, PP, PR, PSD, PROS e PRB lançaram a candidata à presidência Dilma Rousseff. PSDB, DEM, PTB, PMN, PTC, PTdoB, PEN e PTN, por sua vez, apoiaram o candidato Aécio Neves.

A exposição destas coligações tem como objetivo apresentar a articulação com partidos considerados de distintos posicionamentos ideológicos ao longo da caminhada peemedebista. Diante disso, percebe-se um partido que busca construir alianças a despeito do posicionamento ideológico dos partidos com os quais se coliga, visando notadamente um objetivo comum: conquistas eleitorais. A articulação peemedebista em torno dos significantes vazios “desenvolvimento” e “democracia”, além de sua classificação segundo distintas metodologias como um partido de centro pode ser explicação para as articulações realizadas pelo partido:

uma vez que o PMDB consegue expandir sua cadeia de equivalências (enquanto possibilidades de articulações discursivas), consegue, também, articular uma grande possibilidade de demandas e, conseqüentemente, maiores nichos eleitorais e políticos no geral.

Breves considerações

Uma vez que a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe aponta para a impossibilidade de estabelecer sentidos últimos, cumpre reforçar a fixação de sentidos sempre parcial, de modo que a construção discursiva dependerá do contexto e das articulações criadas, dependendo, ainda, da prática discursiva, dado que tudo é discurso e, portanto, passível de ser analisado e compreendido discursivamente. A apreensão a partir do discurso demandou, aqui, o mapeamento do contexto que deu as condições de sua emergência, no caso, o Ciclo Progressista Brasileiro, observado na ascensão dos governos de esquerda dos petistas Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff. De forma breve, foram apresentadas as características destes governos, especialmente nos campos econômico e político, de influência mais direta na atuação parlamentar.

4 O DISCURSO PEEMEDEBISTA OBSERVADO NAS PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO APRESENTADAS ENTRE 2003 E 2016

Uma vez delineado o contexto discursivo e as condições de emergência do discurso peemedebista observado nas Propostas de Emenda à Constituição no período 2003-2016, segue-se a apresentação da significação ideológica destas unidades mínimas de análise. Parte-se, conforme exposto na Introdução, subseção Metodologia, de uma nova metodologia de classificação dos partidos políticos brasileiros, centrada na materialidade da ideologia e na possibilidade de mensurar o quanto um partido é de esquerda ou de direita (considerando também as ramificações dessas classificações, como esquerda e/ou direita liberal e/ou conservadora). Para tanto, seguir-se-á a seguinte divisão textual: primeiro, será apresentada a ideologia geral do PMDB nos governos Lula e Dilma, expondo as principais recorrências e esmiuçando algumas classificações; depois, seguir-se-á com a apresentação da classificação do partido ora em estudo, agora dividindo por grande área e pelos mandatos de Lula e Dilma. Para tanto, este capítulo divide-se em três seções: Por uma significação ideológica peemedebista durante o Ciclo Progressista Brasileiro; Significação ideológica peemedebista no Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e, por fim, Significação ideológica peemedebista no Governo Dilma Rousseff (2011-2016).

4.1 Por uma significação ideológica peemedebista durante o Ciclo Progressista Brasileiro

Conforme apontado na introdução deste trabalho, no trecho referente à metodologia utilizada, foram estudadas 269 Propostas de Emenda à Constituição – PECs. Deste total, foi possível classificar 203 documentos. Os 66 documentos restantes se apresentaram como não classificáveis. Para a metodologia de pesquisa aqui proposta, dizer que um documento é não classificável implica destacar a ausência de conteúdo passível de ser significado ideologicamente, como alterações e fixação de prazos e alterações em nomes de rua.

Retomando a hipótese desta pesquisa, cumpre destacar a classificação de políticas como apresentando “Sentido Hegemônico”. Dizer que um documento/política apresenta sentido hegemônico implica dizer que seu conteúdo é passível de ser suportado tanto pela esquerda quanto pela direita do espectro

político em menor e/ou maior medida. Se as classificações clássicas, utilizando de metodologias das mais variadas comumente classificam o PMDB como sendo um partido de centro, então é perfeitamente compreensível que, em um primeiro momento, depreendamos que a análise das políticas propostas pelo partido apresentará significativo conteúdo suportado tanto pela esquerda quanto pela direita do espectro político, daí a importância da apreensão do sentido hegemônico. Por outro lado, salientamos que a mensuração do posicionamento partidário uma vez analisadas as suas políticas permite uma alocação em um misto de posicionamentos no espectro ideológico. Uma significação ideológica do Partido do Movimento Democrático Brasileiro no período 2003-2016 – que é nosso objetivo com este trabalho – portanto, dependerá do contexto no qual apresentam-se tais políticas, e de uma combinação entre o posicionamento do partido no geral, traduzidos os conteúdos de suas políticas para possibilidades de classificação, e o norte de sua atuação estabelecido pelo seu programa partidário.

Conforme o capítulo precedente, o programa partidário peemedebista estrutura-se em torno dos significantes vazios “democracia” e “desenvolvimento”. Significantes vazios, na perspectiva laclauiana, em razão de que seu conteúdo se universalizou tanto a ponto de não apresentar um conteúdo que o possa definir com exatidão. Tomemos como exemplo a constatação de que existem diversos significados para o significante democracia, mas nenhum que defina essencialmente o que é democracia de fato (governo do povo? governo da maioria?). O mesmo vale para o significante desenvolvimento (desenvolvimento econômico? desenvolvimento social? desenvolvimento econômico e social?).

No que diz respeito ao campo discursivo deste trabalho, qual seja, o Ciclo Progressista Brasileiro, lembremos que, enquanto exterior discursivo, tal contexto, ainda que esteja além do discurso, é também capaz de moldá-lo. É de se esperar, portanto, que a ascensão de governos de esquerda e de centro-esquerda ao poder tenha alguma influência, em menor e em maior medida, no discurso dos demais partidos, ainda que enquanto oposição ao governo estabelecido. Isto posto, poderíamos destacar a possibilidade de que o discurso peemedebista (e em especial nos governos Dilma Rousseff, uma vez que seu vice-presidente é peemedebista) se alinhe à perspectiva de um projeto desenvolvimentista e a atender demandas tidas como progressistas, como pautas de movimentos sociais no geral.

O programa partidário peemedebista, articulando-se em torno de dois significantes vazios, e em um conjunto de pontos nodais como “Reformas para consolidar a democracia”, “O Estado Democrático Brasileiro”, “Novo Modelo de Desenvolvimento” e “O Brasil no Mundo” (PMDB, 2012, s.p.) permite a criação de uma cadeia de equivalências em contínua e significativa expansão. Articulando seu discurso em torno de dois significantes vazios, o que salta ao olhar é a possibilidade de criação de uma cadeia de equivalências – sentidos que podem ser atribuídos, a partir de uma demanda inicial, a criação de um discurso universalizante e que, cumpre destacar, se pretende universal – capaz de articular-se com significativa viabilidade de expansão. Embora o programa partidário peemedebista apresente um conjunto de sentidos para a construção de sua estrutura discursiva, cada um daqueles sentidos atribuídos (sempre contingente e parcialmente, cabe lembrar) pode levar a novos sentidos e assim sucessivamente, *ad infinitum*.

Quanto ao antagonismo enquanto sempre presente no discurso político, trabalhado no segundo capítulo desta dissertação, cumpre destacar as duas distinções entre posições no espectro político das quais partimos neste trabalho. Por um lado, temos o Ciclo Progressista Brasileiro enquanto referência a governos de esquerda e de centro-esquerda. Por outro, temos o PMDB enquanto um partido comumente tido como localizado no centro do *continuum* ideológico. Embora a diferença não seja tão significativa quanto se comparássemos um partido de esquerda e outro de direita, por exemplo, ainda há antagonismos. No governo Dilma Rousseff, a política empreendida centrava-se essencialmente na manutenção da coligação PT-PMDB, o que permitia alinhamentos políticos para a governabilidade. No caso do governo Lula, entretanto, o PMDB não fazia parte da coligação que levou o petista ao poder. Aqui, o partido atuava enquanto oposição ao governo e, cumpre lembrar, detinha a segunda maior bancada no Congresso Nacional. Neste caso, o antagonismo é ainda mais evidente e, no caso da política, uma constante inevitável. Nas palavras de Parzianello (2015):

Quando tratamos de política é preciso mencionar que só existe movimento político porque há antagonismos, há um inimigo comum que representa não uma contradição lógica nem mesmo uma oposição real, mas relações antagônicas que sustentam a existência da política. Em momentos contingentes, identificamos sujeitos marginalizados e que lutam por transformações sociais reais, que dependem diretamente da articulação de seus representantes e líderes políticos (PARZIANELLO, 2015, p. 33).

O antagonismo no caso do presente trabalho, ou o corte antagônico, pode ser observado na forma como cada um dos partidos trata os significantes “democracia” e “desenvolvimento”. Embora exista em alguma medida algum alinhamento ideológico entre os partidos, os distintos posicionamentos no *continuum* ideológico permitem distintas possibilidades de trabalhar com um mesmo significante seja em posição de situação (como no caso dos governos Dilma Rousseff), seja em caso de oposição (como no caso dos governos Lula da Silva). Destacados estes pontos para a compreensão da apresentação da significação ideológica que propomos com este estudo, prossigamos com os resultados encontrados. Ao longo desta apresentação, serão retomados pontos principais da metodologia proposta pelo Grupo de Pesquisa Ideologia e Análise do Discurso – GP IdAD, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas. Serão retomadas, também, algumas noções centrais da teoria laclauiana para a compreensão da construção discursiva que segue.

A metodologia que segue propõe a classificação dos partidos políticos brasileiros em quatro pontos do espectro ideológico: esquerda conservadora, esquerda liberal, direita liberal e direita conservadora. O GP IdAD considera as políticas que apresentam “sentido hegemônico” como políticas suportadas tanto por um quanto por outro dos extremos do *continuum* ideológico, mas não enquanto uma classificação de fato, isto é, uma política x classificada como tendo sentido hegemônico no espectro ideológico. No caso desta dissertação, ao contrário, assumiremos o sentido hegemônico em sua possibilidade de classificação. Tomemos essa última possibilidade de classificação como a classificação mais ao centro possível do espectro ideológico. Cumpre destacar que a opção pelos termos “liberal” e “conservador”, como exemplos das ramificações do espectro, diz respeito a uma tentativa de nivelar posicionamentos. Deste modo, o termo “conservador” tratará de questões mais extremadas em cada um dos extremos do espectro político, conforme sentidos encontrados no Quadro de Sentidos Ideológicos.

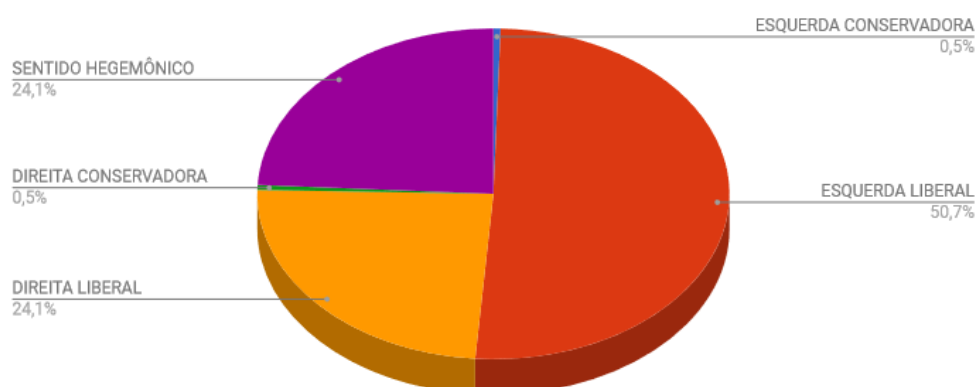
Retomando a perspectiva laclauiana, como contrária a quaisquer essencialismos ou fixação final de sentidos, tomemos a definição de esquerda e de direita em uma outra perspectiva. O que define o que é de esquerda e de direita, nessa nova proposta metodológica, é o próprio discurso dos sujeitos políticos, tomados inicialmente os pronunciamentos de deputados federais a partir do governo Lula. Todas essas falas foram analisadas pelo GP IdAD, possibilitando a criação de

categorias que possibilitaram ao grupo uma organização e definição, a despeito de quaisquer *a priori* constituídos, para o que seria considerado como sendo de esquerda e/ou de direita para o próprio campo político. Isto posto, destacamos que a contrariedade a essencialismos se faz presente uma vez que o que define o que seja esquerda e/ou direita são os próprios sujeitos políticos, e não somente *a priori* constituídos e fixados a despeito das possibilidades de construções discursivas no geral.

Uma vez estudados e analisados os pronunciamentos dos sujeitos políticos, foi criado o Quadro de Sentidos Ideológicos, organizado em três grandes áreas, quais sejam: Economia, Estado e Social. Tal divisão em três grandes áreas possibilitou uma melhor organização dos sentidos encontrados depois da análise dos pronunciamentos dos sujeitos políticos. Foi a análise destes pronunciamentos que possibilitaram o surgimento de categorias e a extração dos sentidos que compõem o quadro, além de possibilitar a classificação em algum dos pontos do espectro ideológico propostos pela nova metodologia de classificação dos partidos políticos que norteia esta pesquisa. Busca-se, portanto, a classificação das políticas apresentadas pelos partidos em sua materialidade, isto é, traduzidas em Medidas Provisórias, Projetos de Lei e, no caso do presente trabalho, Propostas de Emenda à Constituição. Quanto a estas últimas, lembremos, conforme apontado na introdução deste trabalho, e no trecho que trata da metodologia utilizada, que PECs são constituídas pelo projeto que propõem e por uma justificativa para sua aprovação ou não. Tal destaque é necessário para apontar que, em alguns momentos, recorrer-se-á a justificativa para a classificação dos documentos. Passemos, portanto, à análise e subsequente classificação das PECs.

Este estudo trabalhou com um total de 269 PECs, sendo 92 do primeiro mandato Lula e 76 do segundo, além de 66 PECs do primeiro mandato Dilma e 35 do segundo. A disposição ideológica destas políticas seguindo a classificação proposta neste estudo pode ser observada no gráfico que segue (gráfico 06).

Gráfico 06: Ideologia peemedebista no Ciclo Progressista Brasileiro (2003-2016)



N= 203 no total.

Fonte: Elaboração própria.

Conforme observado no gráfico 06, foram classificadas 203 PECs, assim distribuídas em percentuais: 0,5% (1) classificadas como sendo de Esquerda Conservadora, 50,7% (103) classificadas como sendo de Esquerda Liberal, 24,1% (49) classificadas como sendo de Direita Liberal e 0,5% (1) classificadas como sendo de Direita Conservadora, além de 24,1% (49) das PECs apresentando sentido hegemônico.

Poder-se-ia depreender o partido como sendo já de esquerda, uma vez que a maioria esmagadora de políticas foram alocadas como sendo de Esquerda Liberal (um total de 103 unidades de análise, ou 50,7% do percentual total de PECs classificadas). Entretanto, buscaremos esmiuçar cada um destes posicionamentos em cada um dos mandatos dos presidentes Lula e Dilma, apresentado as maiores recorrências e identificando quais pontos são mais abarcados nos campos da Esquerda e da Direita Liberais, além das ocorrências únicas no campo da Esquerda e da Direita Conservadoras. Buscando esmiuçar tais classificações, passemos à significação ideológica peemedebista observada durante o governo Lula.

4.2 Significação ideológica peemedebista nos Governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)

Nesta seção primeiramente será apresentada a análise das PECs do primeiro governo Lula e em seguida em seu segundo governo. Em ambas, primeiramente

será apresentada a classificação das PECs segundo as áreas Economia, Estado e Social, para, em seguida, serem apresentadas as categorias das áreas que foram evocadas nas PECs buscando uma classificação no *continuum* ideológico proposto. Passemos, portanto, à análise das PECs apresentadas pelo PMDB no primeiro governo Lula.

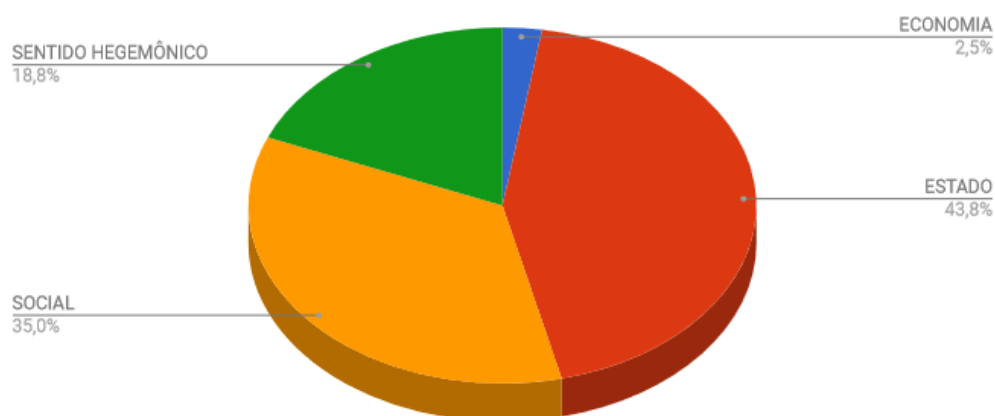
No primeiro mandato Lula foram apresentadas 92 PECs no total. Deste representativo, 80 PECs foram classificadas em algum ponto do espectro político, enquanto 12 PECs foram tidas como “não classificáveis”. As 80 PECs classificadas foram assim distribuídas: 45% (36) das PECs classificadas enquanto Esquerda Liberal, 35% (28) das PECs classificadas enquanto Direita Liberal, 1,3% (1) das PECs classificadas enquanto Esquerda Conservadora, além de 18,8% (15) das PECs classificadas como apresentando sentido hegemônico, isto é, sentidos suportados tanto pela esquerda quanto pela direita do espectro político.

Como alguns exemplos de sentidos referenciados dentro da classificação “sentido hegemônico” chama a atenção, por exemplo, a gratuidade na emissão de certidões de nascimento, óbito, etc (PEC 76/2003); a atribuição de valores decorrentes da Seguridade Social as suas ações finalísticas; o maior policiamento ao redor de escolas para prover maior segurança aos indivíduos; a prestação de contas anuais para maior fiscalização de gastos públicos, além da inclusão de ecossistemas considerados de suma importância para a proteção ambiental.

Boa parte dos sentidos aqui referenciados enquanto sentido hegemônico, no caso do governo Lula (considerando os dois mandatos) diz respeito a maior fiscalização dos bens públicos. Embora seja defendida uma diferenciação entre esquerda e direita, aqui alguns aspectos encontram-se sedimentados na política, possibilitando a fixação de sentido distinta por um lado e outro do espectro político. No caso dessas classificações, referenciadas como sentido hegemônico, optamos por levar em conta a justificativa das propostas em questão, buscando ponderar entre distinções muito pouco definidas. Uma vez que tais distinções não se apresentaram de forma muito clara (ou tão clara quanto permitissem as clivagens do nosso Quadro de Sentidos) optamos por classificar tais propostas enquanto apresentando sentido hegemônico. Como propomos que essa seja uma forma de classificação, sua incidência é significativa para este trabalho tomando como norte a defesa de que são sentidos suportados por ambos os lados do gradiente ideológico, em maior e menor grau.

Quando dividimos as PECs apresentadas pelo PMDB no primeiro mandato Lula, respeitando as classificações dentro das três grandes áreas propostas pelo Quadro de Sentidos Ideológicos, o que percebemos é o seguinte:

Gráfico 07: Classificação ideológica Primeiro Mandato Lula por grande área (2003-2006)



N= 80 no total.

Fonte: Elaboração própria.

Conforme observado no gráfico 07, foi possível identificar que 43,8% (35) das PECs apresentadas pelo PMDB no primeiro mandato Lula trataram de questões referentes ao Estado, o que pode depreender, a primeira vista, uma preocupação maior com questões referentes a questões de administração interna. A segunda grande área com mais referências de sentido foi aquela que trata de questões referentes ao Social, com um representativo de 35% (28). Questões referentes a grande área Economia foram tratadas somente em 2,5% (2) das PECs apresentadas por peemedebistas no primeiro mandato Lula. Buscando esmiuçar o conteúdo de cada uma dessas grandes áreas, passemos a tratá-las de forma separada, começando da menos para a mais citada. Primeiro, entretanto, apresentaremos o conteúdo – ou as referências de sentido – abordadas em cada uma delas.

A grande área Economia trata de questões como Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Regional, Geração de Emprego e Renda e Relações de Consumo. A grande área Estado, por sua vez, trata de questões como Administração Pública, Importação e Exportação, Política Externa, Previdência, Privatizações e Concessões, Reforma Política, Segurança e Tributação. A grande

área Social, por fim, trata de questões como Cidadania, Educação, Inclusão Social, Indígenas, Infância e Juventude, LGBTs, Meio Ambiente, Mulheres, Negras e Negros, Relações Agrárias e Relações de Emprego. Cada uma destas pautas é chamada, no Quadro de Sentidos Ideológicos, de nós. Cada nó, por sua vez, engloba um conjunto de sentidos definido pela análise dos discursos dos sujeitos políticos. Buscando esmiuçar os sentidos observados em cada uma das grandes áreas, passaremos, agora e conforme mencionado, a tratá-las separadamente, da menos para a mais citada na classificação das PECs apresentadas por peemedebistas no primeiro mandato Lula.

No tocante ao primeiro mandato Lula, a grande área Economia encontrou 2 referências de sentidos nos nós Desenvolvimento Regional e Relações de Consumo. A grande área Social, por sua vez, apresentou 28 referências de sentidos, sendo: 2 referências ao nó Mulheres; 12 referências ao nó Educação; 7 referências ao nó Infância e Juventude; 6 referências ao nó Cidadania e 1 referência ao nó Relações de Emprego. A grande área Estado, por fim, apresentou um total de 35 referências de sentido, sendo: 21 referências ao nó Reforma Política; 10 referências ao nó Tributação; 1 referência ao nó Segurança; 2 referências ao nó Administração Pública e 1 referência ao nó Previdência. Foram identificados, ainda, 15 referências classificadas como sentido hegemônico, perfazendo um total de 80 PECs classificadas. Passemos, agora, à identificação de sentidos encontrados em cada uma das grandes áreas.

A grande área Economia, no primeiro mandato Lula, conforme mencionado, apresentou duas referências de sentido, quais sejam: Economia – Desenvolvimento Regional – Direita Liberal e Economia – Relações de Consumo – Esquerda Liberal.

O primeiro sentido referenciado diz respeito à defesa de uma política de equilíbrio regional, no caso específico, de um estendimento de incentivos fiscais a um determinado estado brasileiro buscando promover seu desenvolvimento, principalmente econômico. No que diz respeito à segunda referência de sentido desta grande área, relativa às relações de consumo e classificada como sendo de Esquerda Liberal, o sentido atribuído diz respeito à interferência do Estado na qualidade dos produtos para proteção do consumidor.

No tocante à grande área Social, no primeiro mandato Lula, tem-se um total de 28 referências de sentido, sendo a maioria, ou 18 PECs classificadas como pertencentes à esquerda do espectro ideológico, enquanto 10 são classificadas

como sendo de direita. A maior quantidade de ocorrências nesta grande área se deu no nó Educação (um total de 12 PECs, sendo 11 classificadas como sendo de Esquerda e somente 1 PEC classificada à direita do *continuum* ideológico). A maioria das PECs classificadas na grande área tem como sentido o financiamento de estudantes pobres, especialmente no ensino superior, através da oferta de bolsa de estudos. A ocorrência de uma PEC classificada enquanto *Social – Educação – Direita Liberal* trata da percepção da educação entendida como instrução exclusivamente acadêmica e/ou voltada para o mercado de trabalho.

O segundo nó com maior número de referências de sentidos na grande área Social trata de questões relacionadas à Infância e Juventude, um total de 7 referências, sendo 6 PECs classificadas como sendo de Direita Liberal e 1 PEC classificada como sendo de Esquerda Liberal. A maioria dos sentidos referenciados neste nó, e classificados como sendo de Direita Liberal, tratam da defesa da redução da maioridade penal. No tocante à classificação Social – Infância e Juventude – Esquerda Liberal, a referência de sentido que se faz trata da promoção de políticas públicas voltadas aos jovens. O terceiro nó com mais referências de sentidos da grande área Social no primeiro mandato Lula trata, por sua vez, diz respeito a questões relacionadas à Cidadania. Este nó apresentou divisão idêntica de classificações, ou seja, de 6 ocorrências, 3 PECs foram classificadas como à esquerda do espectro político e 3 PECs foram classificadas como à direita. Os sentidos observados na classificação à direita tratam, essencialmente, da defesa das Regras do Estado Democrático de Direito, garantindo direitos tidos como essenciais aos indivíduos (aqui, cumpre reforçar a individualidade). No que diz respeito à classificação à esquerda do nó Cidadania no primeiro mandato Lula, o que observa-se é uma referência a defesa da liberdade religiosa.

Quanto às demais classificações, ainda que apresentem menos referências, merecem ser mencionadas. O primeiro mandato Lula apresentou duas classificações como sendo *Social – Mulheres – Esquerda Liberal*. As duas classificações tratam de um mesmo assunto: defesa das pautas feministas e da proteção da mulher por parte do Estado, versando especificamente sobre a concessão de imóvel à mulher, em casos da existência de filhos, em regime de usufruto, para proteção também destes últimos. No caso da última referência de sentido da grande área Social, qual seja, *Relações de Emprego*, a PEC é

classificada como sendo de Esquerda Liberal, e seu sentido trata da defesa e da proteção do direito à greve.

A grande área com maior índice de referências no primeiro mandato Lula foi o Estado. Foram 21 referências somente ao nó Reforma Política, sendo 12 referências classificadas como de Esquerda Liberal e 9 referências classificadas enquanto Direita Liberal. A maioria das classificações apontadas como Estado – Reforma Política – Esquerda Liberal trata de uma reforma política que amplie a participação da sociedade. As classificações *Estado – Reforma Política – Direita Liberal*, por sua vez, tratam majoritariamente do fim das reeleições.

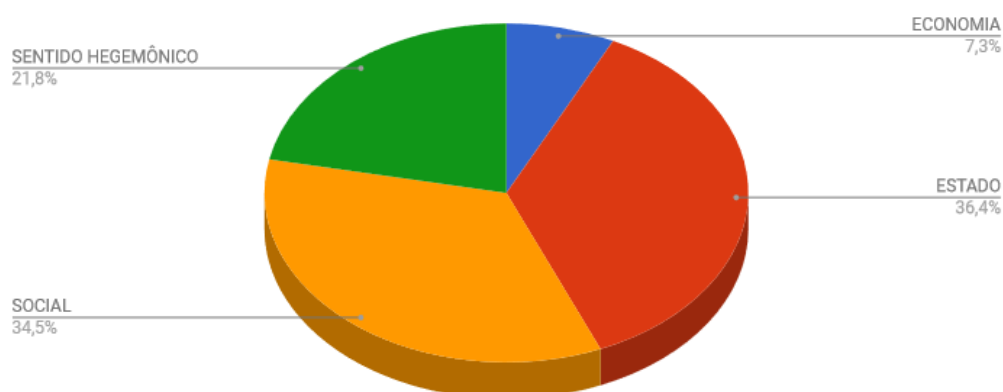
O segundo nó com maior ocorrências referenciadas na grande área Estado foi o nó Tributação, com um total de 10 referências, assim distribuídas: 6 referências classificadas como sendo de Direita Liberal, versando especificamente sobre a revisão das competências da União, estados e municípios, além da redução da carga tributária; 3 referências classificadas como sendo de Esquerda Liberal, versando especificamente sobre a necessidade dos tributos para promover distribuição de renda e justiça social e 1 referência classificada como sendo de Esquerda Conservadora, estabelecendo que o valor arrecadado com os tributos deve ser usado pelo Poder Público para prover a população com serviços essenciais.

Ainda considerando a grande área Estado, foram identificadas 2 PECs classificadas no nó Administração Pública, sendo uma classificada como Esquerda, versando sobre normas para concursos públicos e outra como Direita Liberal, tratando da defesa da modernização tecnológica e gerencial do Estado. Ainda percebe-se 1 PEC classificada no nó Segurança, como sendo de direita e versando sobre maior punição aos criminosos, além de maior policiamento e 1 PEC classificada no nó Previdência, como sendo de esquerda, tratando da criação de políticas de aposentação destinadas a grupos específicos. Passemos, agora, a análise das PECs no segundo mandato Lula.

No segundo mandato Lula foram apresentadas 76 PECs no total. Deste representativo, 55 PECs foram classificadas em algum ponto do espectro político, enquanto 21 PECs foram tidas como “não classificáveis”. As 55 PECs classificadas foram assim distribuídas: 37 PECs classificadas enquanto Esquerda Liberal e 6 PECs classificadas enquanto Direita Liberal, além de 12 PECs classificadas como apresentando sentido hegemônico, isto é, sentidos suportados tanto pela esquerda

quanto pela direita do espectro político. Quando dividimos tais classificações respeitando as três grandes áreas propostas pelo Quadro de Sentidos Ideológicos, o que percebemos é o seguinte:

Gráfico 08: Classificação Ideológica Segundo Mandato Lula por grande área (2007-2010)



N= 55 no total.

Fonte: Elaboração própria.

Conforme observado no gráfico 08, foram identificadas 26,3% (20) das PECs tratando da grande área Estado, 25% (19) tratando da grande área Social e 5,3% (4) tratando da grande área Economia, além de 21,8% (12) das PECs classificadas como apresentando sentido hegemônico.

No tocante ao segundo mandato Lula, a grande área Economia encontrou 4 referências de sentidos nos nós Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Regional, sendo duas em cada. A grande área Social, por sua vez, apresentou 19 referências de sentidos, assim distribuídas: 3 referências ao nó Cidadania; 2 referências ao nó Educação; 4 referências ao nó Inclusão Social; 2 referências ao nó Indígenas e 8 referências ao nó Relações de Emprego. A grande área Estado, por fim, apresentou um total de 20 referências de sentido, sendo: 4 referências ao nó Administração Pública; 1 referência ao nó Privatizações; 14 referências ao nó Reforma Política e 1 referência ao nó Tributação. Foram identificados, ainda, 12 referências classificadas como sentido hegemônico, perfazendo um total de 55 PECs classificadas. Passemos, agora, à identificação de sentidos encontrados em cada uma das grandes áreas.

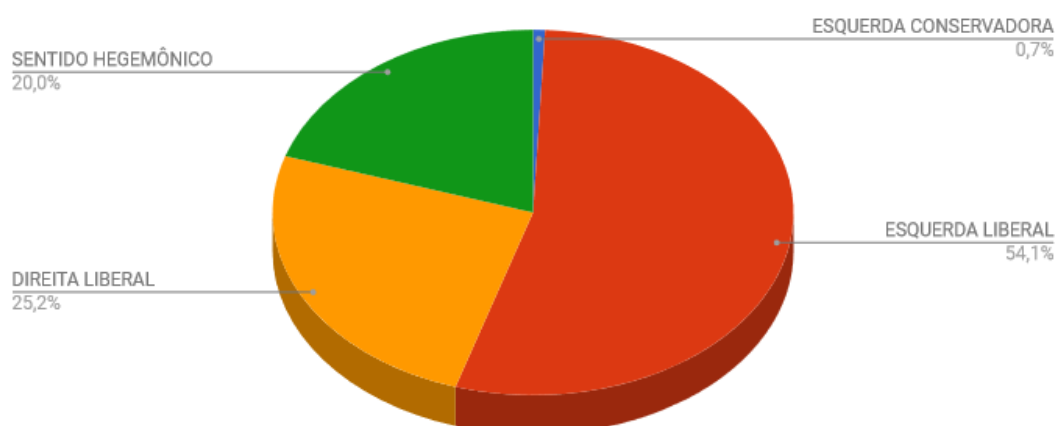
A grande área Economia, no segundo mandato Lula, apresentou um total de 4 referências de sentidos, duas referências ao nó Desenvolvimento Econômico e duas referências ao nó Desenvolvimento Regional, ambas referências classificadas como sendo de Esquerda Liberal. Os sentidos tratados nestes nós dizem respeito, principalmente, à defesa de uma política de equilíbrio regional.

A grande área Social, no segundo mandato Lula, por sua vez, apresentou o maior índice de referências no nó Relações de Emprego, um total de 8 PECs, todas classificadas como sendo de Esquerda Liberal. Este nó trata principalmente de políticas de valorização dos professores no quesito trabalho, como redução do tempo de contribuição e tratamento igualitário para professores dos setores público e privado. Ainda há a ocorrência de 1 PEC defendendo a garantia/ampliação dos direitos dos empregados domésticos, propondo, especificamente, prorrogar o período de estabilidade provisória da empregada gestante de cinco para doze meses. Tem-se referência neste nó, no geral, a garantia/ampliação dos direitos dos trabalhadores, além da busca por igualdade nos mais distintos setores de trabalho. O segundo nó com maior índice de ocorrências foi o nó Inclusão Social, também classificado à esquerda do espectro político, em suas 4 ocorrências. Este nó faz referência à garantia de acessibilidade a pessoas com deficiência, à aplicação de recursos, por parte da União, para Fundos de Habitação de Interesse Social e à proteção de espaços territoriais remanescentes de territórios quilombolas. O nó cidadania apresentou 3 ocorrências, sendo 2 PECs classificadas como Social – Cidadania – Direita Liberal, versando majoritariamente sobre a defesa das Regras do Estado Democrático de Direito e 1 PEC classificada como Social – Cidadania – Esquerda Liberal, versando sobre regime especial de pagamento de precatórios. Foram identificadas, ainda 2 PECs no nó Indígenas, ambas classificadas como sendo de Esquerda Liberal e que tratam, especificamente, da garantia/ampliação dos direitos dos povos indígenas e outras 2 PECs classificadas no nó Educação, também classificadas à esquerda do *continuum* ideológico, estas PECs versando sobre a normatização de valores para transporte do aluno que estuda em área rural, garantindo assim, maior acessibilidade à educação.

A grande área Estado, no segundo mandato Lula, apresentou 20 referências de sentidos no total, a grande maioria (14 PECs) classificadas no nó Reforma Política. Foram 11 classificações como Estado – Reforma Política – Esquerda Liberal, majoritariamente versando sobre a defesa de uma reforma política que

amplie a participação da sociedade e 3 classificações como Estado – Reforma Política – Direita Liberal. O nó com o segundo maior índice de referências de sentidos foi o nó Administração Pública, com 4 referências classificadas à esquerda do espectro político, quer versam essencialmente sobre a proteção do servidor público. Observou-se, ainda, 1 PEC classificada no nó Privatizações, classificada à direita do *continuum* ideológico, e que propõe a privatização como saída para a redução de custos do Poder Judiciário e 1 PEC classificada no nó Tributação, essa classificada à esquerda do mesmo espectro, destacando que tributos são necessários para distribuição de renda e justiça social, propondo que o produto da arrecadação da então CPMF seja destinado à seguridade social, sendo compartilhado, ainda, com Estados e municípios.

Gráfico 09: Classificação Ideológica Geral dos Governos Lula (2003-2010)



N= 135 no total.

Fonte: Elaboração própria.

Conforme observado no gráfico 09, a classificação geral das PECs apresentadas em ambos os mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva possibilitou uma alocação majoritária à esquerda do espectro político. Não há de se desprezar, entretanto, o significativo percentual de PECs classificadas como apresentando sentido hegemônico, nem tampouco o percentual de PECs classificadas à direita do espectro (25,2%).

De modo geral, podemos apontar que o governo Lula, considerando os dois mandatos do presidente, apresentou o prevalectimento de classificações à esquerda do espectro político. Se considerarmos a divisão do governo Lula por grande área e pelo eixo esquerda-direita, dado o gradiente ideológico de classificação que segue essa pesquisa, o que teríamos é, conforme gráfico que segue e de acordo com os seguintes percentuais:

Quadro 02: Governo Lula dividido por grande área e respectivos percentuais de classificação

PRIMEIRO MANDATO LULA		
Economia	Estado	Social
Esquerda Liberal – 50% Direita Liberal – 50%	Esquerda Conservadora – 2,9% Esquerda Liberal – 48,6% Direita Liberal – 48,6%	Esquerda Liberal – 64,3% Direita Liberal – 35,7%
SEGUNDO MANDATO LULA		
Economia	Estado	Social
Esquerda Liberal – 100%	Esquerda Liberal – 80% Direita Liberal – 20%	Esquerda Liberal – 89,5% Direita Liberal – 10,5%

Fonte: Elaboração própria.

Conforme observado no quadro 02, à exceção da grande área Economia no primeiro mandato, que apresenta percentual igual para classificações como esquerda ou direita, todas as demais áreas, considerando os dois mandatos, apresentam maioria de PECs alocadas à esquerda do espectro político, com destaque para o segundo mandato Lula e a grande área Economia, com 100% das classificações à esquerda no gradiente ideológico. Chama a atenção, também, a ocorrência de uma PEC classificada como sendo de Esquerda Conservadora. Na nossa próxima classificação, no governo Dilma, ocorre uma PEC classificada como sendo de Direita Conservadora, exatamente o oposto. Passemos a classificação, portanto, do discurso peemedebista durante os mandatos da primeira mulher presidente do Brasil, Dilma Rousseff.

4.3 Significação ideológica peemedebista nos Governos Dilma Rousseff (2011-2016)

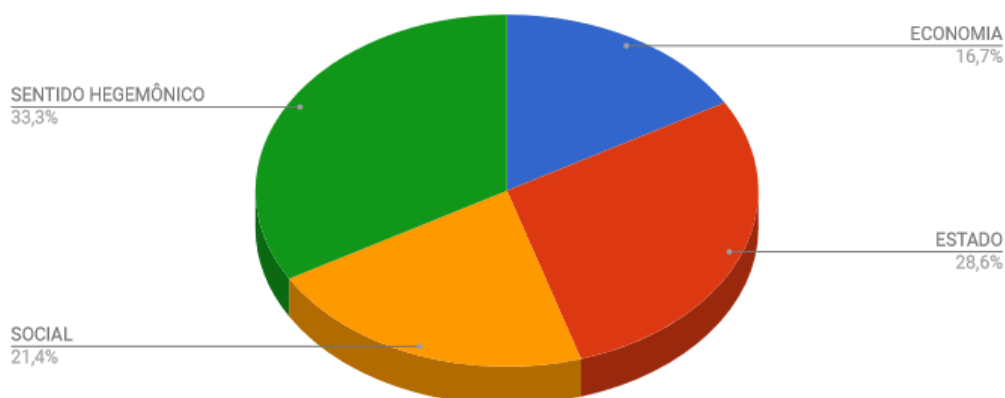
Nesta seção primeiramente será apresentada a análise das PECs do primeiro governo Dilma e em seguida em seu segundo governo. Em ambas, primeiramente será apresentada a classificação das PECs segundo as áreas Economia, Estado e Social, para, em seguida, serem apresentadas as categorias das áreas que foram evocadas nas PECs. Tais PECs foram analisadas buscando-se a classificação no *continuum* ideológico proposto. Passemos à análise das PECs do primeiro governo Dilma.

No primeiro mandato Dilma foram apresentadas 66 PECs no total. Deste representativo, 42 PECs foram classificadas em algum ponto do espectro político, enquanto 24 PECs foram tidas como “não classificáveis”. As 42 PECs classificadas foram assim distribuídas, segundo percentuais: 47,6% (20) PECs classificadas enquanto Esquerda Liberal, 16,7% (7) PECs classificadas enquanto Direita Liberal, 2,4% (1) das PECs classificadas enquanto Direita Conservadora e 33,3% (14) das PECs classificadas como apresentando sentido hegemônico, isto é, sentidos suportados tanto pela esquerda quanto pela direita do espectro político.

Como exemplos de sentidos referenciados enquanto “sentido hegemônico”, considerando os dois mandatos Dilma Rousseff, o que pode-se observar foi uma grande incidência de tentativas de aumentar a segurança, como a criação de polícias, especialmente para policiamento ostensivo, merecendo destaque o policiamento ostensivo nos arredores das escolas. A utilização da justificativa aqui apresentou papel-chave, dando destaque para a pretensão de garantir maior segurança pública, como uma preocupação significativa no caso das PECs assim classificadas. Ainda nessa perspectiva, foram identificados sentidos que propunham a aplicação de percentuais mínimos de recursos para a garantia da segurança pública. Uma outra menção merece destaque: a destinação de recursos para casos específicos, como aqueles destinados a municípios e buscando seu desenvolvimento, por exemplo.

Quando dividimos as PECs apresentadas pelo PMDB no primeiro mandato Lula, respeitando a classificação dentro das três grandes áreas propostas pelo Quadro de Sentidos Ideológicos, o que percebemos é o seguinte:

Gráfico 10: Classificação ideológica Primeiro Mandato Dilma por grande área (2011-2014)



N= 42 no total.

Fonte: Elaboração própria.

O que depreende-se à primeira vista é a alocação da maioria das PECs na grande área Estado, seguida pela grande área Social. Foram identificadas 18,2% (12) das PECs como tratando da grande área Estado, 13,6% (9) das PECs trabalhadas trataram da grande área Social e 10,6% (7) das PECs trataram da grande área Economia. De todos os períodos analisados (os dois mandatos Lula e os dois mandatos Dilma Rousseff) o primeiro mandato Dilma foi aquele no qual o PMDB mais apresentou PECs alocadas na grande área Economia, embora em todos os mandatos analisados, a grande área Estado foi aquela que prevaleceu, apresentando maioria de PECs apresentadas em todos os governos.

No tocante ao primeiro mandato Dilma, a grande área Economia encontrou 7 referências de sentidos a um único nó, qual seja, Desenvolvimento Regional. A grande área Social, por sua vez, apresentou 9 referências de sentidos, assim distribuídas: 3 referências ao nó Educação; 2 referências ao nó Infância e Juventude; 2 referências ao nó Mulheres e 2 referências ao nó Relações de Emprego. A grande área Estado, por fim, apresentou um total de 12 referências de sentido, sendo: 1 referência ao nó Administração Pública; 1 referência ao nó Importação e Exportação; 1 referência ao nó Política Externa; 8 referências ao nó Reforma Política e 1 referência ao nó Tributação. Foram identificados, ainda, 14 referências classificadas como sentido hegemônico, perfazendo um total de 42

PECs classificadas. Passemos, agora, à identificação de sentidos encontrados em cada uma das grandes áreas.

A grande área Economia, no primeiro mandato Dilma, apresentou 7 referências de sentidos no total, todas no nó Desenvolvimento Regional, 6 classificadas enquanto Esquerda Liberal, versando majoritariamente sobre um desenvolvimento que integre a região com o nacional e que envolva políticas de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão produtiva e social e 1 classificada como Direita Liberal, aqui defendendo um desenvolvimento de política de integração produtiva, versando especificamente sobre o potencial irrigatório de uma dada região brasileira. Foi o maior índice de classificações na grande área Economia de todos os períodos estudados neste trabalho (2003-2016).

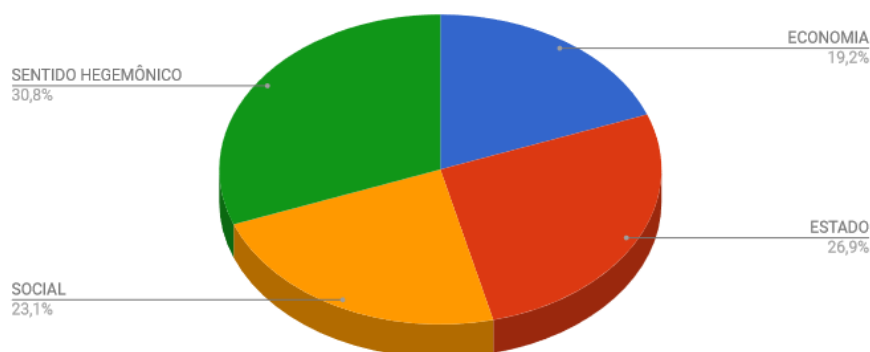
A grande área Social, por sua vez, no primeiro mandato Dilma, apresentou 9 referências de sentido no total. O nó com mais ocorrências foi o nó Educação, com 3 PECs classificadas à esquerda do espectro político, versando especificamente sobre a destinação de 10% do PIB para educação (PEC 94/2011), além da aplicação de recursos da União para complementar o pagamento do piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica (PEC 115/2011), além da criação de fundos destinados ao financiamento de estudantes na educação básica pública (PEC 191/2012). As referências ao nó Educação são seguidas pelas referências nos nós Relações de Emprego, com 2 referências à esquerda, versando especificamente sobre a proteção dos direitos dos trabalhadores, ao nó Infância e Juventude, com 2 referências à direita do espectro político, que tratam especificamente da redução da maioria penal e da redução do limite mínimo de idade para o trabalho, e pelo nó Mulheres, também com 2 referências, mas 1 classificada à esquerda e outra classificada como direita conservadora no *continuum* ideológico. Essa última, classificada como sendo de Direita Conservadora, tem como sentido o direito inviolável à vida desde a concepção, isto é, contra a legalização do aborto (PEC 164/2012). Cumpre destacar que a ocorrência de um documento classificado como sendo de Direita Conservadora, isto é, tendo como sentido a contrariedade com relação à legalização do aborto, segue o programa partidário peemedebista, que defende o direito à vida desde a concepção.

A grande área Estado, no primeiro mandato Dilma, apresentou, como em todos os mandatos presidenciais aqui estudados, a maior ocorrência de sentidos. Neste período, foram apresentadas 12 referências de sentidos, sendo a maioria

localizada no nó Reforma Política. Foram 7 PECs classificadas como Estado – Reforma Política – Esquerda Liberal, versando majoritariamente sobre a defesa de uma reforma política que amplie a participação da sociedade e 1 PEC classificada como Estado – Reforma Política – Direita Liberal, tratando da possibilidade de atuação tanto no setor público quanto privado em um mesmo período. Ainda foram identificadas 1 PEC no nó Tributação, versando sobre a redução dos impostos para proporcionar maior desenvolvimento econômico; 1 PEC no nó Administração Pública, versando sobre a defesa da modernização tecnológica e gerencial do Estado e 1 PEC no nó Importação e Exportação, todas essas classificadas à direita do espectro político, além de uma última PEC classificada no nó Política Externa, dessa vez classificada à esquerda do espectro ideológico. Passemos, agora, a análise das PECs apresentadas pelo PMDB no segundo mandato Dilma.

No segundo mandato Dilma foram apresentadas 35 PECs no total. Deste representativo, 26 PECs foram classificadas em algum ponto do espectro político, enquanto 9 PECs foram tidas como “não classificáveis”. As 26 PECs classificadas foram assim distribuídas: 38,5% (10) das PECs classificadas enquanto Esquerda Liberal, 30,8% (8) das PECs classificadas enquanto Direita Liberal e também 30,8% (8) das PECs classificadas como apresentando sentido hegemônico, isto é, sentidos suportados tanto pela esquerda quanto pela direita do espectro político. Quando dividimos tais classificações respeitando as três grandes áreas propostas pelo Quadro de Sentidos Ideológicos, o que percebemos é o seguinte:

Gráfico 11: Classificação Ideológica Segundo Mandato Dilma por grande área (2015-2016)



N= 26 no total.

Fonte: Elaboração própria.

Conforme observado no gráfico 11, 26,9% (7) das PECs trabalhadas trataram da grande área Estado, 23,1% (6) das PECs trabalhadas trataram da grande área Social e 19,2% (5) das PECs trabalhadas trataram da grande área Economia.

No tocante ao segundo mandato Dilma, a grande área Economia encontrou 5 referências de sentidos nos nós Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Regional, sendo 4 referências no primeiro e 1 referência no segundo. A grande área Social, por sua vez, apresentou 6 referências de sentidos, assim distribuídas: 1 referência ao nó Cidadania; 1 referência ao nó Educação; 2 referências ao nó Inclusão Social; 1 referência ao nó Mulheres e 1 referência ao nó Relações de Emprego. A grande área Estado, por fim, apresentou um total de 7 referências de sentido, sendo: 2 referências ao nó Administração Pública e 5 referências ao nó Reforma Política. Foram identificados, ainda, 8 referências classificadas como sentido hegemônico, perfazendo um total de 55 PECs classificadas. Passemos, agora, a identificação de sentidos encontrados em cada uma das grandes áreas.

A grande área Economia, no segundo mandato Dilma Rousseff, apresentou 5 referências de sentidos no total, sendo 2 PECs classificadas como *Economia – Desenvolvimento Regional – Esquerda Liberal*, versando sobre a defesa de uma política de equilíbrio regional e 1 PEC classificada como *Economia – Desenvolvimento Regional – Direita Liberal*, que defende a inclusão produtiva, além de 1 PEC classificada como *Economia – Desenvolvimento Econômico – Esquerda Liberal*, versando sobre a necessidade de investimentos públicos em infraestrutura.

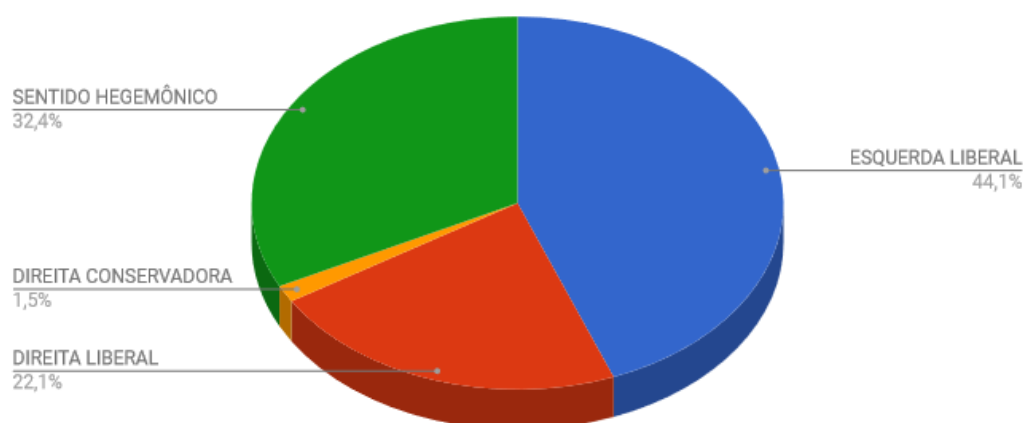
No que diz respeito à grande área Social, no segundo mandato Dilma, foram identificadas 6 referências de sentidos no total, sendo a maior ocorrência no nó Inclusão Social, com 2 PECs classificadas à esquerda do espectro político, tendo como sentido a valorização da cultura popular, seguida pela classificação de 1 PEC no nó Educação, tratando da criação do Fundo Nacional do Passe Livre Estudantil (PEC 36/2015) e 1 PEC no nó Mulheres, tendo como sentido a defesa das pautas feministas, classificadas à esquerda do espectro, além de 1 PEC classificada no nó Relações de Emprego, que trata da autonomia dos contratos, das convenções coletivas e das negociações entre patrões e empregados em relação à legislação trabalhista classificada à direita do *continuum* ideológico e 1 PEC classificada no nó Cidadania, também classificada à direita do espectro e versando sobre a permissão

para acumulação remunerada de mais de dois cargos ou empregos públicos por profissionais da área da saúde.

No que diz respeito à grande área Estado, o segundo mandato Dilma apresentou um total de 7 referências de sentido no geral, sendo 5 PECs classificadas como *Estado – Reforma Política – Direita Liberal* e versando majoritariamente sobre permissão de atividade político partidária e tornar facultativo o exercício do voto (PEC 271/2016) e 2 PECs classificadas como Estado – Administração Pública – Esquerda Liberal.

A classificação geral das PECs apresentadas pelo PMDB nos governos Dilma Rousseff (2011-2016) pode ser observada no quadro que segue.

Gráfico 12: Classificação Ideológica Geral dos Governos Dilma (2011-2016)



N= 68 no total.

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se, no gráfico 12, a classificação majoritária de documentos como classificados à esquerda do espectro político. Chama a atenção, ainda, a grande incidência de PECs apontando sentido hegemônico, suportado por ambos os extremos do espectro, representando um total de 32,4% do total de PECs classificadas, percentual este ainda maior que o percentual de PECs classificadas à direita do *continuum* ideológico, apenas 22,1%.

Um comparativo entre os períodos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff (2003-2010) e (2011-2016), respectivamente, permitiu a identificação de

203 PECs classificadas, sendo 1 PEC classificada como Esquerda Conservadora, 103 PECs classificadas como Esquerda Liberal, 49 PECs classificadas como Direita Liberal e 1 PEC classificada como Direita Conservadora, além da incidência de outras 49 PECs classificadas como apresentando sentido hegemônico. A principal ocorrência de sentidos se deu no nó Reforma Política da grande área Estado, em todos os mandatos estudados. Considerando todos os mandatos, a ocorrência de referências no tocante ao nó Reforma Política foi de 48 PECs, o que evidencia a preocupação do partido com questões ligadas à política. As reformas dividiram-se em pautas consideradas de esquerda e de direita, versando sobre uma reforma política que amplie a participação da sociedade e versando sobre o fim da reeleição e a possibilidade de tornar o voto facultativo, por exemplo.

No que diz respeito à grande área Social, as maiores ocorrências se deram no nó Educação, principalmente no que diz respeito ao financiamento de estudantes nos mais distintos níveis de ensino. Chama a atenção, nessa área, também as ocorrências do nó Infância e Juventude classificados à direita do espectro político, tratando de questões como a redução da maioria penal, especialmente nos governos Lula.

A grande área Economia, por fim, apresentou, em todo o período aqui estudado, maior ocorrência no nó Desenvolvimento Regional, especialmente considerando a classificação à esquerda do espectro político, pautando a defesa de políticas de equilíbrio regional.

Quanto às duas classificações de políticas ditas “extremadas”, isto é, uma classificada como *Estado – Tributação – Esquerda Conservadora* no primeiro mandato Lula e outra classificada como *Social – Mulheres – Direita Conservadora*, no primeiro mandato Dilma, representam pontos isolados na classificação, mas que obedecem o programa partidário peemedebista, especialmente se tratando da última classificação apontada.

No caso do governo Dilma, considerando os dois mandatos da presidente, a maioria das classificações permaneceu à esquerda do espectro político-ideológico, conforme quadro que segue:

Quadro 03: Governo Dilma dividido por grande área e respectivos percentuais de classificação

PRIMEIRO MANDATO DILMA		
Economia	Estado	Social
Esquerda Liberal – 85,7% Direita Liberal – 14,3%	Esquerda Liberal – 66,7% Direita Liberal – 33,3%	Direita Conservadora – 11,1% Esquerda Liberal – 66,7% Direita Liberal – 22,2 %
SEGUNDO MANDATO DILMA		
Economia	Estado	Social
Esquerda Liberal – 80% Direita Liberal – 20%	Esquerda Liberal – 28,6% Direita Liberal – 71,4%	Esquerda Liberal – 66,7% Direita Liberal – 33,3%

Fonte: Elaboração própria.

Conforme observado no quadro 03, a única grande área que teve maioria de PECs classificadas à direita do espectro foi aquela referente a questões do Estado (71,4% em comparação ao percentual de 28,6% de PECs classificadas à esquerda do espectro ideológico).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, trazemos alguns apontamentos quanto a execução do trabalho, começando pelo caminho trilhado.

Na Introdução, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro foi apresentado tocando em um dos principais aspectos que fundamentam a opção por estudá-lo: sua classificação quase generalizada enquanto um partido de centro.

No segundo capítulo desta pesquisa, foi apresentado o pós-estruturalismo enquanto matriz teórica que possibilitou a construção da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Neste capítulo, foram apresentadas a Teoria do Discurso em si e as categorias essenciais para a sua compreensão, como discurso, antagonismo e hegemonia.

Retomando nossos objetivos específicos, buscamos trazer um breve levantamento do exterior discursivo que possibilitou o discurso peemedebista observado nas PECs no período 2003-2016, para tanto, no terceiro capítulo, tratamos do Ciclo Progressista ou da Maré Rosa na América Latina, com foco no caso brasileiro e nos governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Vana Rousseff (2011-2016). Trazendo este cenário, nosso objetivo foi o de apresentar o exterior discursivo no qual emergiu o discurso peemedebista no período selecionado, daí a construção do título desta pesquisa, qual seja, “o centro no extremo”. A fim de facilitar a compreensão do discurso peemedebista, optamos por apresentar um breve histórico do partido, além de apontar alguns pontos de seu programa no decorrer deste capítulo, em sua última seção.

O próximo objetivo específico era a classificação de fato das PECs apresentadas por peemedebistas no período 2003-2016, objetivo este trabalhado no quarto capítulo desta dissertação. Assim, o quarto capítulo tratou da significação ideológica do discurso partidário no período 2003-2016. Dividimos este capítulo em dois momentos. No primeiro, apresentamos a significação discursiva peemedebista no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Em um segundo momento, foi apresentada a significação discursiva peemedebista durante o governo Dilma Vana Rousseff (2011-2016).

Como um último objetivo específico, tínhamos apontado a identificação de possíveis alinhamentos ideológicos entre o PMDB e o contexto de emergência do discurso aqui trabalhado, qual seja, as PECs apresentadas no período 2003-2016, período este compreendido pela ascensão de governos de esquerda e/ou de centro-

esquerda ao poder. No caso do primeiro governo Lula, o enfoque, conforme mencionado no capítulo 3, foi a questão econômica. A inflação ainda preocupava os brasileiros, e a ascensão de um governo de esquerda dava asas a imaginação para quais caminhos seriam seguidos. No caso das PECs analisadas neste trabalho, o que observou-se foi uma maior ocorrência de questões referentes ao Estado, sendo que a Economia, enquanto grande área, apresentou índices muito baixos de referências de sentido. Tal constatação manteve-se nos demais governos, tanto no segundo mandato Lula quanto nos dois mandatos de Dilma Rousseff. É importante destacar, ainda, a marca do governo Lula como um governo preocupado com questões de cunho social. Se considerarmos o segundo mandato do presidente, observa-se um nivelamento significativo de PECs classificadas nesta grande área (foram 19 PECs classificadas na grande área Social e 20 PECs classificadas na grande área Estado).

Tratando do governo Dilma, por sua vez, o que se tinha era a perspectiva de manter os avanços sociais do governo de seu antecessor e enfrentar a crise econômica que se abatia em contexto global. O governo Dilma foi marcado por intensas manifestações (como as Jornadas de Junho de 2013) e findou-se com o *impeachment* da presidente. Uma vez que a preocupação aqui centrava-se em questões de cunho Econômico e Social, além da manutenção da governabilidade por meio de coligações, percebeu-se, também, maior incidência de questões relativas ao Estado. Cumpre destacar, entretanto, que Social e Economia nivelaram-se de modo muito mais significativo do que no governo Lula, considerando a quantidade de PECs classificadas nestas duas grandes áreas.

Considerando uma divisão por grande área e por mandato, as PECs apresentadas pelo PMDB, tanto no governo Lula quanto no governo Dilma podem ser classificadas mais à esquerda do espectro ideológico (conforme percentuais observados nos gráficos 02 e 03).

Retomando o problema de pesquisa deste trabalho, qual seja, *como se classifica ideologicamente o discurso peemedebista durante o Ciclo Progressista Brasileiro, compreendido pela ascensão dos governos de esquerda de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Vana Rousseff (2011-2016)?* Apresentamos a hipótese de que, considerando o período que compreende a ascensão dos governos de esquerda de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Vana Rousseff (2011-2016) eleitos através do Partido dos Trabalhadores – PT como o Ciclo

Progressista brasileiro, e tendo como objeto de pesquisa as Propostas de Emenda à Constituição apresentadas por membros do PMDB no período supracitado, defende-se, a despeito de identificações ideológicas *a priori* constituídas, a localização do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, no período 2003-2016, em um misto de posições no *continuum* ideológico. De modo a aclarar tal afirmativa, defendeu-se que o discurso observado nas Propostas de Emenda à Constituição apresentadas por membros peemedebistas no período 2013-2016 apresentam convergência ideológica tendente ao centro do espectro político, apresentando significativa incidência de políticas apresentando sentido hegemônico ante as possibilidades de classificação do espectro ideológico.

Considerando a hipótese proposta, apontamos que ela não se confirmou. Majoritariamente, conforme a metodologia de pesquisa que seguimos, o PMDB classificou-se, no período estudado, à esquerda do espectro político, especialmente classificado como sendo de Esquerda Liberal. Além disso, há que se destacar a incidência de duas PECs classificadas nos extremos do *continuum* ideológico de classificação deste trabalho, ambas diametralmente opostas. Foram identificadas uma PEC classificada com o sendo de Esquerda Conservadora (primeiro mandato Lula), versando sobre a destinação específica dos tributos para gastos sociais e uma PEC classificada como sendo de Direita Conservadora (primeiro mandato Dilma), versando especificamente sobre a proibição da legalização do aborto, ou a defesa da vida desde a concepção, ponto explícito de forma clara no programa partidário peemedebista.

De qualquer modo, cumpre destacar que o número de PECs classificadas como apresentando sentido hegemônico deve ser levado em conta para ir contra quaisquer essencializações ou definições finalísticas, o que não é possível partindo da proposta teórica seguida nesta pesquisa, qual seja, o pós-estruturalismo enquanto matriz teórica da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffee.

Retomando o capítulo anterior, reforçamos que poder-se-ia afirmar o PMDB enquanto um partido de esquerda, mas como esta proposta de estudo se propõe contrária a essencialismos, mensuramos uma posição política para o partido: No tocante ao Ciclo Progressista Brasileiro, no período 2003-2016, e observadas as Propostas de Emenda à Constituição apresentadas por membros peemedebistas, tem-se que o PMDB é majoritariamente de esquerda, mas também engloba um

percentual significativo (24,1%) de políticas classificadas como apresentando sentido hegemônico.

6 REFERÊNCIAS

AGUILAR, Márcia Adriana Brasil; GONÇALVES, Josiane Peres. Conhecendo a perspectiva pós-estruturalista: breve percurso de sua história e propostas. **Conhecimento Online**, Novo Hamburgo, v. 1, p. 36-44, mar. 2017.

AMARAL, Oswaldo Martins Estanislau Do. **As transformações na organização interna do partido dos trabalhadores entre 1995 e 2009**. 2010, Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 91, p. 23-52, nov. 2011.

ANDRADE, Cláudia Castro de. A identidade como significante vazio das práticas articulatórias na teoria do discurso de Ernesto Laclau. Crátilo: **Revista de Estudos Linguísticos e Literários**, Patos de Minas, v. 4, p. 25-36, 2011.

BARBOSA, Luis Guilherme Camfield. O governo Lula e a política econômica brasileira: continuidade ou ruptura? **Revista Todavia**, Porto Alegre, ano 3, nº 4, jul. 2012, p. 34-51.

BIZZARO NETO, Fernando. **PMDB: organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010)**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2013.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Por um partido democrático, de esquerda e contemporâneo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo: Lua Nova, n. 39, 1997, pp. 53-71.

BRITO, Thaís. **Hegemonia e contra-hegemonia no Brasil: a compreensão dos movimentos sociais articulados no Jornal Brasil de Fato**. 2010, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

CARNOY, Martin. Gramsci e o Estado. In: **Estado e Teoria Política**. Campinas: Papyrus, 1994. p. 89-118.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Bancada da eleição de 2014 para deputado federal (titulares)**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/bancadas/bancada-na-eleicao>>. Acesso em: 28 set. 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Lideranças e bancadas**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev Bras Enferm**, Brasília, v. 5, n. 57, p. 611-614, set.-out. 2004.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 136-163, abr.-mai. 2006.

CAVAS, Bruno. Podem os governos progressistas sobreviver ao próprio sucesso? In: MENDES, Alexandre F; FALBO, Ricardo Nery; TEIXEIRA, Michael (Orgs). **O fim da narrativa progressista na América do Sul**: entre impasses e alternativas constituintes. Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2016. p 15-26.

COPPEDGE, Michael. A Classification of Latin American Political Parties. The Helen Kellogg Institute for International Studies, **Notre Dame**, n. 244, Nov. 1997. Disponível em: <<http://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/244.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

CURADO, MARCELO; NASCIMENTO, Gabrieli Muchalak, O governo Dilma: da euforia ao desencanto. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 36, nº 128, 205, p.33-48.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

GONÇALVES, Rafael Bruno. **O conceito de ideologia na tradição (pós) marxista e pós-estruturalista**. In: I Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social, 2015, Pelotas. Caderno de resumos... Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/legadolaclau/files/2015/07/rafael-bruno.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

KINZO, Maria. **Oposição e Autoritarismo**: Gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vertice/Idesp, 1988.

KINZO, M D'Alva. Partidos, deputados estaduais e a dimensão ideológica. In: KINZO, M. D'Alva; BRAGA, M. S. (Orgs.). **Eleitores e representação partidária no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2007.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, Ernesto. **Los fundamentos retóricos de la sociedad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

LAMEIRA, Rafael Fantinel; PERES, Paulo. **O lugar do PMDB na política brasileira: o limite das tipologias partidárias**. 1º Seminário Internacional de Ciência Política: Estado e democracia em mudança no século XXI. UFRGS, Porto Alegre, set. 2015.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

LEONI, Eduardo. Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: a Câmara dos Deputados (1991-1998). **Dados**, São Paulo, vol. 45, nº 3, p. 361-386, 2002.

LIMONGI, Fernando. FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Partidos políticos na Câmara dos deputados: 1989-1994. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 38, n 3, 1995, p 497-525.

LINERA, Álvaro García. **Las tensiones creativas de la revolución**. La quinta fase del proceso de cambio. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional – Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional, 2011.

LUZ, Michele Diana. **Em busca de um discurso social**: A ideologia da política social do PSDB na Câmara dos Deputados na 52ª Legislatura (2003-2007). 2017. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

MACIEL, Eliane Cruxên Barros de Almeida. Fidelidade partidária: um panorama institucional. **Revista de informação legislativa**, v. 41, n. 161, p. 67-77, jan.-mar. 2004.

MACIEL, Natalia. **O PMDB e a Democracia Brasileira**: ator principal ou coadjuvante? Texto apresentado ao IX Congresso da ABCP, Brasília, 2014a.

MACIEL, Natalia. **Velhas Raposas, Novos Governistas**: o PMDB e a Democracia Brasileira. Tese de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro: UERJ, 2014b.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel & POWER, Timothy. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MELO, Paulo Victor. **O PMDB e a sua manutenção no centro do jogo político**: de catch-all a cartel. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

MENDONÇA, Daniel De. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 43, nº. 3, p. 249-258, set.-dez. 2007.

MENDONÇA, Daniel De. Como olhar o político a partir da teoria do discurso. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 1, p. 153-169. jan.-jun. 2009.

MENDONÇA, Daniel De; RODRIGUES, Léo Peixoto; LINHARES, Bianca. Da verdade metafísica à verdade antropológica: elementos filosóficos para a compreensão do pós-fundacionalismo. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto; LINHARES, Bianca. **Ernesto Laclau e seu legado transdisciplinar**. São Paulo: Intermeios, 2017. p. 11-17.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Partido e Sociedade**: a trajetória do MDB. Ouro Preto: UFOP, 1997.

NASCIMENTO JÚNIOR, Wanderley dos Reis. **A amplitude da maré rosa**: uma análise das experiências de governo no Brasil, Chile e Uruguai. 2017. p. 184.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2017.

O GLOBO. **Nas alianças para prefeito, a lógica do vale tudo**. 2016a. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/nas-aliancas-para-prefeito-logica-do-vale-tudo-20133037>>. Acesso em: dez. 2017.

O GLOBO. **O mapa das coligações**. 2016b. Disponível em: <<http://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/grafico-coligacoes.html>>. Acesso em: dez. 2017.

PALMEIRA, Andre Franklin. A trajetória do MDB/PMDB e a política brasileira nas últimas décadas. **Revista Convergência Crítica**, v. 1, nº 7, 2015, p. 163-182.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO – PMDB. **História do Partido** [online], 2012a. Disponível em: <<http://pmdb.org.br/institucional/historia/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO – PMDB. **Programa Partidário** [online], 2012b. Disponível em: <<http://pmdb.org.br/institucional/programapartidario/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

PARZIANELLO, Sandra Regina Barbosa. **A propaganda eleitoral na perspectiva da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

PASQUARELLI, Bruno; BIZZARO NETO, Fernando A. **O PMDB no centro do Sistema Político Brasileiro (1986-2010)**. Artigo apresentado ao VIII Congresso da ABCP: Gramado, 2012.

PEREIRA, Fabricio. **Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elementos para uma análise de discurso político. **Revista Barbarói**, Santa Cruz do Sul, nº 24, p. 78-109. jan.-jun. 2006.

POWER, Timothy Joseph. **The Political Right in Postauthoritarian Brazil: Elites, institutions, and democratization**. University Park: Pennsylvania State University, 2000.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SANTOS, Carolina Costa Dos. **O programa partidário do PMDB: um estudo a partir da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe**. 2017. 61f. Trabalho de conclusão de curso – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, 2017.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCIREA, Luísa Bonetti. **Entre discursos**: aproximações e distanciamentos entre a categoria discurso da Escola de Essex e da Análise do Discurso Francesa. In: I Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social, 2015, Pelotas. Caderno de resumos... Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/legadolaclau/files/2015/07/ARTIGO-GT4_Bonetti-Scirea-Lu%C3%ADsa.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2017.

SILVA, Gustavo Jorge. Conceituações teóricas: esquerda e direita. **Humanidades em diálogo**, São Paulo, v. 6, nov. 2014, pp. 149-162.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classes e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Katál**, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 41-49, jan.-jun. 2009.

SOUZA, Mariana Mayumi Pereira de; CARRIEIRI, Alexandre de Pádua. A análise do discurso em estudos organizacionais. In: SOUZA, Eloisio Moulin (Org.). **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional**: uma abordagem teórico conceitual. Vitória: EDUFES, 2014. p. 13-40.

TAROUCO, Gabriela da Silva. **Os partidos e a constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda**. 2007, Tese (Doutorado em Ciência Política) –Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 149-165, mar. 2013.

TERRA, Portal. **CNT/Sensus**: Lula tem aprovação recorde de 87% ao deixar governo [online]. Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/brasil/politica/cntsensus-lula-tem-aprovacao-recorde-de-87-ao-deixar-governo,77de63fc8940b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE. **TSE disponibiliza dados sobre filiados a partidos políticos no Brasil**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Maio/tse-disponibiliza-dados-sobre-filiados-a-partidos-politicos-no-brasil>>. Acesso em 25 abr. 2017.

7 APÊNDICES¹⁴

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO APRESENTADAS POR PARLAMENTARES DO PMDB NO PRIMEIRO MANDATO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2006)

1. PEC 3/2003

Autor: Mendes Ribeiro Filho – PMDB/RS

Data: 26/02/03

Ementa: Dá nova redação aos §§ 1º e 2º do art. 213 da Constituição Federal. Explicação: Destina recursos públicos para concessão de bolsa de estudo para o ensino superior; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Devolvida ao autor.

2. PEC 4/2003

Autor: Mendes Ribeiro Filho – PMDB/RS

Data: 26/02/03

Ementa: Acrescenta inciso ao art. 208 da Constituição Federal. Explicação: Dispõe que na existência de vagas na rede pública do ensino fundamental, médio e superior, caberá ao Poder Público promover a compra de vagas, em especial em escola confessional e comunitária; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Devolvida ao autor.

3. PEC 8/2003

Autor: Leonardo Picciani – PMDB/RJ

Data: 13/03/03

Ementa: Dispõe sobre a incidência do ICMS nas operações interestaduais relativas a petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica. Explicação: Revoga a alínea “b” do inciso X do § 2º do artigo 155 e acrescenta a alínea “c”, no inciso IX do mesmo artigo e parágrafo.

Situação: Tramitando em conjunto.

4. PEC 12/2003

Autor: Osvaldo Biolchi – PMDB/RS

Data: 13/03/03

Ementa: Dá nova redação ao art. 208 da Constituição Federal. Explicação: Inclui como dever do Estado o financiamento de curso superior ao aluno comprovadamente carente; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Devolvida ao autor.

5. PEC 22/2003

Autor: Dr. Pinotti – PMDB/SP

Data: 01/04/2003

Ementa: Vincula as aplicações dos recursos constitucionais da Seguridade Social às suas ações finalísticas. Explicação: Proíbe a utilização dos recursos orçamentários

¹⁴ As PECs listadas na seção Apêndices foram coletadas no *website* da Câmara dos Deputados (<http://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaAvancada>) no período de Julho a Agosto de 2017. Tal destaque é importante em razão das eventuais mudanças na situação das Propostas de Emenda à Constituição aqui trabalhadas.

provenientes das contribuições sociais para realização de despesas distintas das ações e atividades destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência Social e à Assistência Social; altera a Constituição Federal de 1988.
Situação: Arquivada.

6. PEC 26/2003

Autor: Wladimir Costa – PMDB/PA

Data: 09/04/03

Ementa: Dá nova redação ao art. 144, § 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Explicação: Atribui às polícias militares o policiamento das escolas públicas; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Devolvida ao autor.

7. PEC 27/2003

Autor: Mendes Ribeiro Filho – PMDB/RS

Data: 09/04/03

Ementa: Acrescenta inciso ao art. 208 da Constituição Federal. Explicação: Estabelece que na inexistência de vaga na rede pública de ensino, em todos os níveis, caberá ao Poder Público promover a compra de vagas, em especial em escolas confessionais e comunitárias.

Situação: Tramitando em conjunto.

8. PEC 28/2003

Autor: Mendes Ribeiro Filho – PMDB/RS

Data: 09/04/03

Ementa: Dá nova redação aos §§ 1º e 2º do art. 213 da Constituição Federal. Explicação: Inclui o ensino superior como passível de recebimento de recursos públicos para destinação de bolsas de estudo ao estudante carente.

Situação: Tramitando em conjunto.

9. PEC 48/2003

Autor: Wladimir Costa – PMDB/PA

Data: 07/05/03

Ementa: Dá nova redação ao art. 144, § 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Explicação: Estabelece a competência da polícia militar para realizar o policiamento externo das escolas públicas, durante todo o seu período de funcionamento.

Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

10. PEC 55/2003

Autor: Wilson Santiago – PMDB/PB

Data: 13/05/03

Ementa: Altera a redação do art. 213 da Constituição Federal. Explicação: Destina recursos públicos para concessão de bolsa de estudo para o estudante carente do ensino superior; as bolsas para o ensino médio e fundamental serão concedidas quando houver falta de vagas e cursos regulares na rede pública na localidade de residência do educando; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Devolvida ao autor.

11. PEC 56/2003

Autor: Max Rosenmann – PMDB/PR

Data: 13/05/03

Ementa: Acrescenta alínea ao art. 155, § 2º, inciso X, da Constituição Federal. Explicação: Dispõe que o ICMS não incidirá sobre a importação de equipamentos hospitalares efetuada diretamente por pessoa jurídica prestadora de serviços médicos-hospitalares; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

12. PEC 60/2003

Autor: André Luiz – PMDB/RJ

Data: 15/05/03

Ementa: Acrescenta parágrafo segundo ao artigo 183, da Constituição da República Federativa do Brasil, que dispõe sobre a concessão de uso e título de domínio de área urbana. Explicação: Estabelece que a concessão de uso e o título de domínio de propriedade urbana será dado à mulher em regime de usufruto quando da vinculação conjugal houver filhos; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Devolvida ao autor.

13. PEC 64/2003

Autor: André Luiz – PMDB/RJ

Data: 22/05/03

Ementa: Acrescenta parágrafo único ao art. 228 da Constituição da República Federativa do Brasil. Explicação: Estabelece que lei federal disporá sobre os casos excepcionais de imputabilidade para menores de dezoito anos e maiores de dezesseis.

Situação: Arquivada.

14. PEC 72/2003

Autor: José Borba – PMDB/PR

Data: 29/05/03

Ementa: Dá nova redação a duas alíneas do inciso VI, do artigo 14, do capítulo IV, da Constituição Federal. Explicação: Reduz para dezoito anos a idade mínima para os candidatos a Deputado Federal, Estadual, Distrital, Prefeito, Vice Prefeito e Juiz de Paz e dezesseis anos para o Vereador, desde que seja emancipado. Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Devolvida ao autor.

15. PEC 73/2003

Autor: André Luiz – PMDB/RJ

Data: 29/05/03

Ementa: Acrescenta parágrafo segundo ao artigo 183, da Constituição da República Federativa do Brasil, que dispõe sobre a concessão de uso e título de domínio de área urbana. Explicação: Estabelece que a concessão de uso e o título de domínio de propriedade urbana será dado à mulher em regime de usufruto quando da vinculação conjugal houver filhos; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

16. PEC 76/2003

Autor: Senado Federal – Pedro Simon – PMDB/RS

Data: 30/05/03

Ementa: Altera o inciso LXXVI do art. 5º da Constituição Federal, para assegurar a gratuidade da certidão de nascimento, da certidão de casamento e da certidão de óbito. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

17. PEC 77/2003

Autor: Marcelo Castro – PMDB/PI

Data: 02/06/03

Ementa: Suprime o § 5º do art. 14 e dá nova redação ao § 1º do art. 27, ao caput do art. 28, ao inciso I do art. 29, ao parágrafo único do art. 44, aos §§ 1º e 2º do art. 46 e ao caput do art. 82, para pôr fim à reeleição majoritária, determinar a simultaneidade das eleições e a duração de cinco anos dos mandatos para os cargos eletivos, nos níveis federal, estadual e municipal, nos Poderes Executivo e Legislativo. Explicação: Fixa em cinco anos o mandato dos Deputados, Vereadores, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Governadores, Presidente da República, e em dez anos para Senadores, objetiva a coincidência das eleições.

Situação: Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA.

18. PEC 79/2003

Autor: Wladimir Costa – PMDB/PA

Data: 03/06/03

Ementa: Dá nova redação ao art. 228 da Constituição Federal. Explicação: Reduz para 16 (dezesesseis) anos o limite de idade para imputabilidade penal; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Devolvida ao autor.

19. PEC 82/2003

Autor: Osvaldo Biolchi – PMDB/RS

Data: 04/06/03

Ementa: Dá nova redação ao art. 208 da Constituição Federal. Explicação: Garante o financiamento do ensino superior aos alunos matriculados em instituições públicas ou privadas.

Situação: Tramitando em conjunto.

20. PEC 98/2003

Autor: José Divino – PMDB/RJ

Data: 12/06/03

Ementa: Dá nova redação aos incisos II e III do artigo 158. Explicação: Estabelece que pertencem aos Municípios 100% (cem por cento) da arrecadação do Imposto Territorial Rural e 75% (setenta e cinco por cento) da arrecadação do IPVA; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

21. PEC 102/2003

Autor: Wilson Santiago – PMDB/PB

Data: 16/06/03

Ementa: Altera a redação do art. 213 da Constituição Federal Explicação: Destina recursos públicos para concessão de bolsas de estudos para o ensino superior quando os alunos demonstrarem insuficiência de recursos.

Situação: Tramitando em conjunto.

22. PEC 109/2003

Autor: Marcelo Castro – PMDB/PI

Data: 03/07/03

Ementa: Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer mandato de seis anos para os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos em 2004. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Devolvida ao autor.

23. PEC 115/2003

Autor: Leandro Vilela – PMDB/GO

Data: 14/07/03

Ementa: Dá nova redação ao art. 14, caput e §1º, da Constituição Federal, tornando facultativo o exercício do direito de voto. Explicação: Institui o voto facultativo.

Situação: Arquivada.

24. PEC 116/2003

Autor: Wilson Santiago – PMDB/PB

Data: 16/07/03

Ementa: Acrescenta § 2º - A ao art. 100 da Constituição Federal. Explicação: Estabelece o depósito em parcelas duodecimais mensais para pagamento de precatórios, limitado a cinco por cento da receita, no caso dos Municípios; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

25. PEC 117/2003

Autor: Alberto Fraga – PMDB/DF

Data: 17/07/03

Ementa: Acrescenta o inciso VI e o § 10º ao Art. 144 da Constituição Federal, criando as polícias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e dá outras providências. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

26. PEC 130/2003

Autor: José Borba – PMDB/PR

Data: 06/08/03

Ementa: Dá nova redação a duas alíneas do inciso VI, do artigo 14, do capítulo IV, da Constituição Federal. Explicação: Reduz para 18 (dezoito) anos a idade mínima para os candidatos a Deputado Federal, Estadual, Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e Juiz de Paz e 16 (dezesesseis) anos para o Vereador, desde que seja emancipado; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

27. PEC 132/2003

Autor: Marcelo Castro – PMDB/PI

Data: 13/08/03

Ementa: Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer mandato de seis anos para os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos em 2004. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

28. PEC 135/2003

Autor: Silas Brasileiro – PMDB/MG

Data: 19/08/03

Ementa: Altera o art. 31, da Constituição Federal, para dispor sobre a prestação de contas anuais das Prefeituras Municipais. Explicação: Dispõe que o parecer prévio sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar será emitido até o final do exercício subsequente; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Devolvida ao autor

29. PEC 136/2003

Autor: Silas Brasileiro – PMDB/MG

Data: 19/08/03

Ementa: Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estipular mandato de seis anos para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos em 2000. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Devolvida ao autor.

30. PEC 137/2003

Autor: Silas Brasileiro – PMDB/MG

Data: 19/08/03

Ementa: Dá nova redação ao art. 228 da Constituição Federal. Explicação: Estabelece que serão penalmente inimputáveis os menores de 12 (doze) anos; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Devolvida ao autor.

31. PEC 144/2003

Autor: Dr. Pinotti – PMDB/SP

Data: 26/08/03

Ementa: Acrescenta parágrafo ao art. 195, altera o art. 198 da Constituição Federal e revoga artigo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar recursos mínimos da União para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

32. PEC 147/2003

Autor: Eunício Oliveira – PMDB/CE

Data: 28/08/03

Ementa: Altera as alíneas “c” e “d”, do inciso VI, do § 3º do artigo 14 da Constituição Federal. Explicação: Reduz para 18 (dezoito) anos a idade mínima para o cidadão se candidatar aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

33. PEC 164/2003

Autor: Moreira Franco – PMDB/RJ

Data: 17/09/03

Ementa: Dá nova redação ao inciso XI do art. 167 da Constituição Federal. Explicação: Proíbe a utilização dos recursos das contribuições sociais urbanas para

a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios concedidos à clientela urbana do Regime Geral de Previdência Social; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Devolvida ao autor.

34. PEC 167/2003

Autor: Wilson Santiago – PMDB/PB

Data: 18/09/03

Ementa: Quem houver sucedido ou substituído Prefeito, por motivo de morte ou renúncia, completando o mandato por período inferior a trinta por cento, poderá ser eleito para o mandato seguinte e reeleito para o subseqüente. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988, incluindo o § 5º -A ao artigo 14.

Situação: Arquivada.

35. PEC 171/2003

Autor: Barbosa Neto – PMDB/GO

Data: 24/09/03

Ementa: Dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição, incluindo os Ecossistemas Marinhos, o Cerrado, a Caatinga e os Campos Sulinos dentre os biomas considerados Patrimônio Nacional. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Devolvida ao autor.

36. PEC 172/2003

Autor: Cezar Schirmer – PMDB/RS

Data: 24/09/03

Ementa: Modifica a data da posse do Presidente da República, dos Governadores de Estado e Prefeitos Municipais. Explicação: Dispõe que a data de posse do Presidente da República, Governadores, e Prefeitos será no primeiro dia útil do mês de janeiro.

Situação: Tramitando em conjunto.

37. PEC 179/2003

Autor: Wladimir Costa – PMDB/PA

Data: 08/10/03

Ementa: Dá nova redação ao art. 228 da Constituição Federal. Explicação: Estabelece que serão penalmente inimputáveis os menores de 16 (dezesseis) anos.

Situação: Arquivada.

38. PEC 181/2003

Autor: Josias Quintal – PMDB/RJ

Data: 16/10/03

Ementa: Altera o art. 144 da Constituição Federal relativo a Segurança Pública e acrescenta o art. 90 aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. Explicação: Inclui nas competências das Polícias Cíveis e Militares a possibilidade de atuação em todas as funções policiais (polícia administrativa e judiciária), unifica as competências das polícias estaduais.

Situação: Tramitando em conjunto.

39. PEC 184/2003

Autor: José Divino – PMDB/RJ

Data: 23/10/04

Ementa: Altera o artigo 14, § 3º, alíneas “a”, e “b”, da Constituição Federal, reduzindo para trinta anos a idade mínima como condição de elegibilidade para Senador. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

40. PEC 186/2003

Autor: Max Rosenmann – PMDB/PR

Data: 28/10/03

Ementa: Suprime expressão e dá nova redação ao art. 149 da Constituição Federal. Explicação: Extingue a competência privativa da União para fixar o valor da contribuição social devida aos Conselhos que fiscalizam as categorias profissionais; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

41. PEC 187/2003

Autor: Max Rosenmann – PMDB/PR

Data: 28/10/03

Ementa: Concede legitimidade ativa “ad causam” aos Conselhos Federais de Fiscalização do Exercício Profissional para interpor Ação Direta de Inconstitucionalidade. Explicação: Altera o art. 103, inciso VII, da Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

42. PEC 192/2003

Autor: Alceste Almeida – PMDB/RR

Data: 05/11/03

Ementa: Estende ao Estado de Roraima incentivos fiscais concedidos à Zona Franca de Manaus. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

43. PEC 196/2003

Autor: Ann Pontes – PMDB/PA

Data: 12/11/03

Ementa: Altera a redação do § 2º do art. 46 da Constituição Federal. Explicação: Determina que na renovação por dois terços haverá uma só eleição, sendo eleitos os dois candidatos mais votados; altera a Constituição Federal de 1988

Situação: Arquivada.

44. PEC 214/2003

Autor: Senado Federal – Ney Suassuna – PMDB/PB

Data: 04/12/03

Ementa: Acrescenta § 5º ao art. 73 e § 4º ao art. 131, ambos da Constituição Federal, para instituir as consultorias jurídicas do Tribunal de Contas da União, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Situação: Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN).

45. PEC 226/2003

Autor: José Divino – PMDB/RJ

Data: 23/12/03

Ementa: Dá nova redação ao § 10 do art. 40, e acrescenta § 12 ao art. 201 da Constituição Federal. Explicação: Permite que o tempo de trabalho realizado por menor de idade seja considerado em dobro para fins de aposentadoria do servidor civil e dos trabalhadores do setor privado; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

46. PEC 230/2004

Autor: José Divino – PMDB/RJ

Data: 28/01/04

Ementa: Dá nova redação ao art. 57 da Constituição Federal, dispondo que o Congresso Nacional, reunir-se-á de primeiro de fevereiro a 31 de dezembro, aumentando a Sessão legislativa em dois meses e que todos os Poderes da República deverão seguir os mesmos critérios de recesso isonomicamente. Alterando a nova Constituição Federal. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

47. PEC 231/2004

Autor: Eliseu Padilha – PMDB/RS

Data: 28/01/04

Ementa: Acrescenta inciso ao art. 15 da Constituição Federal, prevendo a perda ou suspensão de direitos políticos na hipótese de mudança de domicílio eleitoral. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

48. PEC 232/2004

Autor: Eliseu Padilha – PMDB/RS

Data: 28/01/04

Ementa: Modifica o inciso I do art. 208 da Constituição Federal, visando tornar o ensino médio obrigatório e gratuito, suprimindo o inciso II e renumerando-se os demais. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

49. PEC 236/2004

Autor: Jorge Alberto – PMDB/SE

Data: 05/02/04

Ementa: Dá nova redação ao § 1º do art. 20 da Constituição Federal, para disciplinar a aplicação e a fiscalização dos recursos decorrentes das atividades previstas no caput do dispositivo. Explicação: Dispõe que a aplicação de recursos originados de participação ou compensação financeira no resultado de exploração de recursos hídricos e minerais, incluindo petróleo e gás natural, será definido por Conselho de Controle Social e fiscalizado pelos respectivos Tribunais de Contas; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

50. PEC 248/2004

Autor: Mauro Lopes – PMDB/MG

Data: 11/03/04

Ementa: Altera a redação do art. 144, parágrafo 2º, da Constituição Federal, dispondo sobre a Polícia Rodoviária Federal. Explicação: Atribui à Polícia Rodoviária Federal o policiamento ostensivo das rodovias federais.

Situação: Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA.

51. PEC 249/2004

Autor: Geddel Vieira Lima – PMDB/BA

Data: 11/03/04

Ementa: Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao “caput” do art. 28, ao inciso II do art. 29 e ao “caput” do art. 77 da Constituição Federal. Explicação: Proíbe a reeleição para o período subsequente do Presidente da República, Governadores e Prefeitos; substitui a expressão “do ano anterior ao do término do mandato” para “do último ano de mandato”, em relação a realização das eleições em todas as esferas de Governo.

Situação: Arquivada.

52. PEC 256/2004

Autor: Marcelo Teixeira – PMDB/CE

Data: 31/03/04

Ementa: Revoga o inciso VII do art. 20 da CF e o § 3º do art. 49 do ADCT e dá outras providências. Explicação: Transfere para os Municípios os terrenos de marinha e seus acrescidos, que hoje fazem parte dos bens da União; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

53. PEC 279/2004

Autor: Geddel Vieira Lima – PMDB/BA

Data: 25/05/04

Ementa: Dá nova redação aos arts. 157, 159 e 212 da Constituição Federal. Explicação: Inclui a arrecadação das contribuições sociais incidentes sobre o faturamento, o lucro e as importações nas repartições tributárias: diminui para 30% (trinta por cento) o percentual da receita tributária a ser transferido pela União para os Estados, o DF e os Municípios; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

54. PEC 288/2004

Autor: Carlos Eduardo Cadoca – PMDB/PE

Data: 15/06/04

Ementa: Acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 60 da Constituição Federal, dispondo sobre o sobrestamento da pauta das Casas do Congresso Nacional, para deliberação sobre Propostas de Emenda à Constituição.

Situação: Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

55. PEC 303/2004

Autor: Michel Temer – PMDB/SP

Data: 07/07/04

Ementa: Acrescenta § 3º ao art. 28; inciso IV ao § 2º do art. 29-A; inciso VIII ao art. 85, todos da Constituição Federal. Explicação: Constitui crime de responsabilidade do Presidente da República, Governador ou Prefeito o descumprimento de

compromissos pragmáticos assumidos na campanha eleitoral; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

56. PEC 316/2004

Autor: José Ivo Sartori – PMDB/RS

Data: 25/08/04

Ementa: Acrescenta o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Explicação: Autoriza os Deputados Federais eleitos em 2006 a modificarem a Constituição no que diz respeito a partilha de recursos públicos (Pacto Federativo); altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

57. PEC 330/2004

Autor: José Divino – PMDB/RJ

Data: 10/11/04

Ementa: Acrescenta § 8º ao art. 150 da Constituição Federal, dispondo sobre a imunidade tributária dos templos de qualquer culto. Explicação: Isenta os templos das contribuições sobre movimentação financeira (CPMF) e para o custeio da iluminação pública e as taxas do lixo e de incêndio; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

58. PEC 337/2004

Autor: Wladimir Costa – PMDB/PA

Data: 17/11/04

Ementa: Dá nova redação ao inciso IV do parágrafo 3º do art. 142 da Constituição Federal. Explicação: Garante ao militar o direito à livre associação sindical e o direito de greve. Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

59. PEC 345/2004

Autor: Silas Brasileiro – PMDB/MG

Data: 06/12/04

Ementa: Dá nova redação ao art. 228 da Constituição Federal. Explicação: Declara inimputáveis os menores de 12 (doze) anos.

Situação: Arquivada.

60. PEC 346/2004

Autor: Silas Brasileiro – PMDB/MG

Data: 06/12/04

Ementa: Altera o art. 31da Constituição Federal para dispor sobre a prestação de contas anual das Prefeituras Municipais. Explicação: Fixa o prazo até o final do exercício subsequente para que seja emitido o parecer prévio sobre as contas dos Prefeitos Municipais; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

61. PEC 363/2005

Autor: Josias Quintal – PMDB/RJ

Data: 22/02/05

Ementa: Acrescenta inciso ao § 3º do art. 142 da Constituição Federal para permitir aos militares a acumulação de cargos nos termos que especifica. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

62. PEC 372/2005

Autor: José Divino – PMDB/RJ

Data: 10/03/05

Ementa: Inclui artigo na Constituição, para vedar o implante de circuitos eletrônicos miniaturizados em partes do corpo humano. Explicação: Proíbe o implante de "chip" em seres humanos. Inclui o artigo 200-A, altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

63. PEC 378/2005

Autor: Josias Quintal – PMDB/RJ

Data: 30/03/15

Ementa: Dá nova redação ao § 8º do art. 14 da Constituição Federal. Explicação: Possibilita a todo militar alistável, candidato nas eleições, permanecer na condição de agregado (afastamento temporário), pode o militar eleito retornar ao serviço ativo após o término do mandato eletivo.

Situação: Arquivada.

64. PEC 387/2005

Autor: Pastor Pedro Ribeiro – PMDB/CE

Data: 13/04/05

Ementa: Dá nova redação ao caput do art. 227 da Constituição Federal. Explicação: Inclui a orientação religiosa à criança e aos adolescentes nos deveres da família, da sociedade e do Estado. Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

65. PEC 391/2005

Autor: Olavo Calheiros – PMDB/AL

Data: 28/04/05

Ementa: Dá nova redação ao inciso I do art. 56 da Constituição Federal. Explicação: Amplia a possibilidade de Deputados e Senadores exercerem cargos na Administração Direta e Indireta, mantendo seu mandato eletivo.

Situação: Tramitando em conjunto.

66. PEC 404/2005

Autor: Marcelo Teixeira – PMDB/CE

Data: 01/06/05

Ementa: Acrescenta os §§ 9º a 12 ao art. 144 e altera o inciso IV do art. 167, permitindo a vinculação de recursos para a Segurança Pública. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

67. PEC 420/2005

Autor: Michel Temer – PMDB/SP

Data: 22/06/05

Ementa: Dá nova redação ao artigo 62 da Constituição Federal. Explicação: Estabelece novos critérios para edição de Medida Provisória. Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

68. PEC 423/2005

Autor: Almir Moura – PMDB/RJ

Data: 28/06/05

Ementa: Acrescenta parágrafo ao art. 37 da Constituição Federal. Explicação: Inclui a exigência de Lei Complementar para estabelecer normas gerais sobre concursos públicos; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

69. PEC 424/2005

Autor: Almir Moura – PMDB/RJ

Data: 28/06/05

Ementa: Dá nova redação ao inciso VI do art. 5º da Constituição Federal. Explicação: Garante a liberdade de organização às instituições religiosas; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

70. PEC 428/2005

Autor: Leonardo Picciani – PMDB/RJ

Data: 29/06/05

Ementa: Altera o art. 37, inciso V, e § 2º da Constituição Federal. Explicação: Estabelece que os cargos em comissão de livre nomeação e designação serão exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos, ressalvados os cargos de assessoramento direto do Presidente da República, Ministros de Estado, Parlamentares, Magistrados e membros do Ministério Público.

Situação: Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA.

71. PEC 429/2005

Autor: Moreira Franco – PMDB/RJ

Data: 29/06/05

Ementa: Dá nova redação ao § 3º do art. 77 da Constituição Federal Explicação: Estabelece que em caso de diferença de voto igual ou superior a 20% (vinte por cento) dos votos válidos entre os candidatos será considerado eleito o candidato mais votado, dispensa a convocação do eleitor para o segundo turno de votação; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

72. PEC 430/2005

Autor: Moreira Franco – PMDB/RJ

Data: 29/06/05

Ementa: Dá nova redação ao § 1º do art. 14, da Constituição Federal, tornando facultativo o exercício do direito de voto e o alistamento eleitoral.

Situação: Arquivada.

73. PEC 453/2005

Autor: Alceste Almeida – PMDB/RR

Data: 30/08/05

Ementa: Acrescenta o § 6º ao artigo 222, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 36, de 28 de maio de 2002. Explicação: Autoriza Deputados e Senadores a serem proprietários de empresas jornalísticas, emissoras de rádio e televisão. Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

74. PEC 455/2005

Autor: Moreira Franco – PMDB/RJ

Data: 31/08/05

Ementa: Dá nova redação ao § 1º art. 37 da Constituição Federal. Explicação: Proíbe a divulgação de atos, programas, obras e serviços por meio de material publicitário de qualquer natureza financiado por recursos públicos, ressalvada a publicação de ato administrativo, publicidade institucional vinculada à saúde pública e propaganda de produto e serviço de empresa estatal. Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

75. PEC 457/2005

Autor: Senado Federal – Pedro Simon – PMDB/RS

Data: 31/08/05

Ementa: Altera o art. 40 da Constituição Federal, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Explicação: Trata da aposentadoria compulsória aos 75 (setenta e cinco) anos de Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos demais Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União.

Situação: Transformado em Norma Jurídica.

76. PEC 458/2005

Autor: Benjamin Maranhão – PMDB/PB

Data: 13/09/05

Ementa: Altera a redação do § 1º do art. 37 da Constituição Federal para vedar a utilização de “slogans”, logomarcas ou cores na publicidade de ações administrativas. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

77. PEC 479/2005

Autor: Almerinda de Carvalho – PMDB/RJ

Data: 17/11/05

Ementa: Acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para considerar estáveis os Agentes de Combate às Endemias, da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, em atuação há 9 (nove) anos, ou mais.

Situação: Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN).

78. PEC 480/2005

Autor: Ann Pontes – PMDB/PA

Data: 22/11/05

Ementa: Dá nova redação ao § 5º do art. 218 da Constituição Federal. Explicação: Torna obrigatória a vinculação de parcela da receita orçamentária dos Estados e do

Distrito Federal ao fomento do ensino e pesquisa científica e tecnológica. Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Devolvida ao autor.

79. PEC 482/2005

Autor: Ann Pontes – PMDB/PA

Data: 24/11/05

Ementa: Acrescenta o art. 227-A ao texto da Constituição Federal. Explicação: Destina todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência de exploração sexual de criança e adolescente ao Fundo de Combate à Prostituição e à Exploração Sexual da Criança e do Adolescente, a ser criado na forma da lei. Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

80. PEC 492/2006

Autor: Ann Pontes – PMDB/PA

Data: 16/01/06

Ementa: Dá nova redação ao § 5º do art. 218 da Constituição Federal. Explicação: Obriga os Estados e o Distrito Federal a vincularem parcela de sua receita orçamentária a entidades de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica. Alterando a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

81. PEC 495/2006

Autor: Senado Federal – Luiz Otávio – PMDB/PA

Data: 20/01/06

Ementa: Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sobre a formação de novos municípios até o ano de 2000. NOVA EMENTA: Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para convalidar os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios.

Situação: Transformado em Norma Jurídica.

82. PEC 499/2006

Autor: Cabo Júlio – PMDB/MG

Data: 25/01/06

Ementa: Dá nova redação aos artigos 22 e 144 e dá outras providências. Explicação: Unifica a atuação da Polícia Federal, incluindo a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Ferroviária Federal. Altera a constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

83. PEC 502/2006

Autor: Senado Federal – Francisco Escórcio – PMDB/MA

Data: 01/02/06

Ementa: Altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

84. PEC 503/2006

Autor: Senado Federal – Sérgio Cabral – PMDB/RJ

Data: 01/02/06

Ementa: Acresce parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal para aumentar, nas cidades com população inferior a trezentos mil habitantes, a extensão das áreas urbanas passíveis de terem a propriedade transferida por usucapião especial.

Situação: Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

85. PEC 505/2006

Autor: Osvaldo Biolchi – PMDB/RS

Data: 01/02/06

Ementa: Dá nova redação ao parágrafo 4º do art. 40 e ao inciso VI do artigo 93 da Constituição Federal. Explicação: Permitindo ao magistrado a aposentadoria proporcional ao tempo de contribuição. Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Devolvida ao autor.

86. PEC 510/2006

Autor: Eduardo Cunha – PMDB/RJ

Data: 09/02/06

Ementa: Dá nova redação ao inciso LV do art. 5º da Constituição Federal. Explicação: Permite o interrogatório “online” do réu preso, usando o sistema de teleconferência em qualquer fase da ação penal.

Situação: Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

87. PEC 534/2006

Autor: Osvaldo Reis – PMDB/TO

Data: 05/04/06

Ementa: Dá nova redação à alínea "i" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal. Explicação: Estabelece que cabe à lei complementar fixar a base de cálculo, de modo que o montante do ICMS não a integre, inclusive na importação do exterior de bem, mercadoria ou serviço. Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

88. PEC 537/2006

Autor: Michel Temer – PMDB/SP

Data: 12/04/06

Ementa: Altera o § 8º do art. 144 da Constituição Federal. Explicação: Autoriza as Guardas Municipais a realizarem policiamento ostensivo, mediante convênio firmado com o Estado-Membro.

Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

89. PEC 544/2006

Autor: Francisco Escórcio – PMDB/MA

Data: 09/05/06

Ementa: Dá nova redação aos arts. 70 e 71 e acrescenta o art. 71-A à Constituição Federal, para dispor que o controle externo da administração se dará em regime de colaboração mútua entre o Congresso Nacional e o Tribunal de Contas da União. Explicação: Atribui autonomia ao Tribunal de Contas da União, para que junto com o Congresso Nacional, faça o controle externo das contas públicas da União Federal e órgãos da Administração Direta e Indireta; alterando a Constituição Federal de 1988 e revogando o inciso IX do artigo 49.

Situação: Arquivada.

90. PEC 558/2006

Autor: Mendes Ribeiro Filho – PMDB/RS

Data: 12/07/06

Ementa: Dispõe sobre a inclusão da CPMF nas disposições do § 2º, do artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição Federal. Explicação: Exclui a CPMF da Desvinculação de Receitas da União – DRU; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

91. PEC 559/2006

Autor: Eunício Oliveira – PMDB/CE

Data: 12/07/06

Ementa: Dá nova redação ao § 6º do art. 14 da Constituição Federal. Explicação: Estabelece que o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos para concorrer a quaisquer cargos eletivos. Altera a Constituição de 1988.

Situação: Arquivada.

92. PEC 588/2006

Autor: André Zacharow – PMDB/PR

Data: 12/12/06

Ementa: Dá nova redação ao § 3º do art. 100 da Constituição Federal. Explicação: Torna prioritário o pagamento de precatórios dos que tiverem idade superior a 60 (sessenta) anos. Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Tramitando em conjunto.

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO APRESENTADAS POR PARLAMENTARES DO PMDB NO SEGUNDO MANDATO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2007-2010)

1. PEC 28/2007

Autor: Vital do Rêgo Filho – PMDB/PB

Data: 28/03/07

Ementa: Acrescenta o art.73-A à Constituição Federal, criando o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, órgão externo de controle das Cortes de Contas.

Situação: Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN).

2. PEC 42/2007

Autor: Vital do Rêgo Filho – PMDB/PB

Data: 16/04/07

Ementa: Acrescenta o inciso XXIII ao art. 37 da Constituição Federal. Explicação: Veda a aplicação de sigilo nas operações financeiras, econômicas e fiscais aos detentores de mandato eletivo.

Situação: Arquivada.

3. PEC 46/2007

Autor: Flaviano Melo – PMDB/AC

Data: 19/04/07

Ementa: Acrescenta § 3º-A ao art. 66 da Constituição Federal. Explicação: Veda o contingenciamento de emendas individuais dos parlamentares pelo Poder Executivo. Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

4. PEC 47/2007

Autor: Eliseu Padilha – PMDB/RS

Data: 19/04/07

Ementa: Dá nova redação ao caput do art. 212 da Constituição Federal, elevando dos 18 para 25% o percentual aplicado pela União na manutenção e desenvolvimento do ensino. Explicação: Aumenta o percentual de recursos financeiros que a União deve aplicar em educação. Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Regime de tramitação especial.

5. PEC 51/2007

Autor: Elcione Barbalho – PMDB/PA

Data: 24/04/07

Ementa: Dá nova redação ao § 3º do art. 46 da Constituição Federal. Explicação: Estabelece que o Suplente de Senador será o candidato, que segundo a ordem da votação nominal recebida, exceder o número de vagas em disputa.

Situação: Arquivada.

6. PEC 52/2007

Autor: Leonardo Quintão – PMDB/MG

Data: 24/04/07

Ementa: Altera o art. 206, da Constituição Federal, para prever a destinação mínima de recursos para os fins que especifica. Explicação: Estabelece que a União deverá aplicar nunca menos de 1% (um por cento), nas ações de incentivo ao esporte, lazer e cultura.

Situação: Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

7. PEC 65/2007

Autor: Moises Avelino – PMDB/TO

Data: 16/05/07

Ementa: Dá nova redação ao art. 14, ao § 1º do art. 27, ao caput do art. 28, ao inciso I do art. 29, ao parágrafo único do art. 44, ao § 1º do art. 46 e ao art. 82 da Constituição Federal, revoga o § 2º do art. 46, proibindo a reeleição para Presidente da República, Governadores e Prefeitos, determinando a simultaneidade das eleições em todos os níveis, e fixa a duração de cinco anos para os cargos eletivos nos Poderes Executivo e Legislativo, nos níveis federal, estadual e municipal, com

exceção dos Senadores. Explicação: Dispõe que o mandato dos Prefeitos e Vereadores eleitos em 2008 terá duração de 6 (seis) anos; o mandato dos Senadores eleitos em 2010 terá duração de 4 (quatro) anos, tendo em vista as eleições gerais.

Situação: Arquivada.

8. PEC 80/2007

Autor: Geraldo Pudim – PMDB/RJ

Data: 05/06/07

Ementa: Altera o art. 20 da Constituição Federal, para prever mecanismos de fiscalização dos recursos resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos distribuídos aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

9. PEC 86/2007

Autor: Leonardo Quintão – PMDB/MG

Data: 06/06/07

Ementa: Altera o art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para prever o calendário de votação de alterações das leis orçamentárias no início dos mandatos.

Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

10. PEC 95/2007

Autor: Leonardo Picciani – PMDB/RJ

Data: 21/06/07

Ementa: Acrescenta o art. 61-A, e o parágrafo único, ao art. 63, da Constituição Federal. Explicação: Estabelece que as regras de restrição de iniciativa legislativa não se aplicarão à proposição subscrita por um décimo dos Deputados ou dos Senadores.

Situação: Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA.

11. PEC 100/2007

Autor: Raul Henry – PMDB/PE

Data: 26/06/07

Ementa: Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, vedando a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios até que sejam promulgadas a Lei Complementar e a Lei que disciplinará os Estudos de Viabilidade Municipal de que trata o § 4º do art. 18 da Constituição Federal.

Situação: Arquivada.

12. PEC 101/2007

Autor: Raul Henry – PMDB/PE

Data: 26/06/07

Ementa: Altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, para estabelecer os períodos em que os procedimentos de criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios não poderão ocorrer e para determinar que os Estudos de Viabilidade Municipal serão apresentados e publicados na forma de lei ordinária federal.

Situação: Tramitando em conjunto.

13. PEC 107/2007

Autor: Flávio Bezerra – PMDB/CE

Data: 28/06/07

Ementa: Altera o parágrafo 7º do art. 201 da Constituição Federal. Explicação: Reduz a idade para aposentadoria do pescador artesanal, fixando em 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se homem, e 50 (cinquenta) anos, se mulher.

Situação: Tramitando em conjunto.

14. PEC 108/2007

Autor: Wilson Santiago – PMDB/PB

Data: 03/07/07

Ementa: Dá nova redação ao art. 14, ao § 1º do art. 27, ao caput do art. 28, ao inciso I do art. 29, ao parágrafo único do art. 44, ao § 1º e ao § 2º do art. 46, ao § 4º do art. 57 e ao art. 82 da Constituição Federal, revoga o § 2º do art. 46, proibindo a reeleição para Presidente da República, Governadores e Prefeitos, e determinando o mandato de 6 anos para todos os cargos eletivos do país. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Devolvida ao autor.

15. PEC 109/2007

Autor: Mendes Ribeiro Filho – PMDB/RS

Data: 04/07/07

Ementa: Dispõe sobre a supressão do art. 31, do ADCT, da Constituição Federal, que trata da estatização das serventias do foro judicial.

Situação: Arquivada.

16. PEC 112/2007

Autor: João Magalhães – PMDB/MG

Data: 04/07/07

Ementa: Altera dispositivo e prevê dois artigos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Explicação: Prorroga até 31 de dezembro de 2011 a CPMF e a DRU – Desvinculação de Receitas da União, excetuando a CPMF do cálculo para aumentar os gastos obrigatórios com saúde e até 31 de dezembro de 2014 o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

17. PEC 113/2007

Autor: Nelson Bornier – PMDB/RJ

Data: 04/07/07

Ementa: Altera o art. 195 da Constituição Federal. Explicação: Estabelece que o produto da arrecadação da CPMF será destinado à seguridade social e compartilhado com os Estados e Municípios. Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

18. PEC 117/2007

Autor: Edio Lopes – PMDB/RR

Data: 11/07/07

Ementa: Dá nova redação ao Art. 231, da Constituição Federal. Explicação: Estabelece a competência da União para demarcar as terras indígenas através de lei.

Situação: Tramitando em conjunto.

19. PEC 123/2007

Autor: Wilson Santiago – PMDB/PB

Data: 12/07/07

Ementa: Dá nova redação ao art. 14, ao § 1º do art. 27, ao caput do art. 28, ao inciso I do art. 29, ao parágrafo único do art. 44, ao § 1º e ao § 2º do art. 46, ao § 4º do art. 57 e ao art. 82 da Constituição Federal, revoga o § 2º do art. 46, proibindo a reeleição para Presidente da República, Governadores e Prefeitos, e determinando o mandato de 6 anos para todos os cargos eletivos do país.

Situação: Arquivada.

20. PEC 124/2007

Autor: Wilson Santiago – PMDB/PB

Data: 12/07/07

Ementa: Dá nova redação ao inciso V do § 3º do art. 14, ao art. 16, ao art. 45 da Constituição Federal, para estabelecer prazos de filiação e desfiliação partidária, para a elegibilidade e manutenção dos eleitos nos mandatos dos Poderes Executivos Federal, Estadual, Municipal e dos Poderes Legislativos Federal, Estadual e Municipal, institui a fidelidade partidária, bem como estabelece o sistema majoritário na eleição de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores.

Situação: Arquivada.

21. PEC 126/2007

Autor: Tadeu Filippelli – PMDB/DF

Data: 12/07/07

Ementa: Modifica a redação do § 5º do art. 14 da Constituição Federal, para incluir a renúncia ao cargo como condição para concorrer à reeleição. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

22. PEC 130/2007

Autor: Marcelo Itagiba – PMDB/RJ

Data: 07/08/07

Ementa: Revoga o inciso X do art. 29; o inciso III do art. 96; as alíneas "b" e "c" do inciso I do art. 102; a alínea "a" do inciso I do art. 105; e a alínea "a" do inciso I do art. 108, todos da Constituição Federal. Explicação: Revoga dispositivos que garantem a prerrogativa de foro ou "foro privilegiado" para autoridades.

Situação: Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN).

23. PEC 142/2007

Autor: Paulo Piau – PMDB/MG

Data: 28/08/07

Ementa: Dá nova redação ao inciso II do art. 29 da Constituição Federal, dispendo sobre a realização de segundo turno nos municípios com mais de cem mil eleitores.

Situação: Arquivada.

24. PEC 146/2007

Autor: Jackson Barreto – PMDB/SE

Data: 30/08/07

Ementa: Dá nova redação ao art. 75 da Constituição Federal e cria o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.

Situação: Tramitando em conjunto.

25. PEC 154/2007

Autor: Leonardo Quintão – PMDB/MG

Data: 12/09/07

Ementa: Acrescenta o art. 204-A, instituindo o serviço social obrigatório. Explicação: Sujeita ao serviço social obrigatório todos os dispensados ou isentos do serviço militar obrigatório.

Situação: Tramitando em regime especial.

26. PEC 161/2007

Autor: Celso Maldaner – PMDB/SC

Data: 20/09/07

Ementa: Altera o inciso III do art. 225 e o § 4º do art. 231 da Constituição Federal, e art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Explicação: Estabelece que a criação de espaços territoriais a serem especialmente protegidos, a demarcação de terras indígenas e o reconhecimento das áreas remanescentes das comunidades dos quilombos deverão ser feitos por lei.

Situação: Tramitando em conjunto.

27. PEC 184/2007

Autor: Laerte Bessa – PMDB/DF

Data: 31/10/07

Ementa: Dispõe sobre as Polícias Judiciárias da União e dos Estados e dá outras providências.

Situação: Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

28. PEC 187/2007

Autor: Marcelo Itagiba – PMDB/RJ

Data: 12/11/07

Ementa: Altera os arts. 24, 30 e 144 da Constituição Federal. Explicação: Autoriza os Estados e o DF a legislar sobre infrações contravencionais e os Municípios sobre os atos antissociais e infrações ao código de postura municipal. Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

29. PEC 188/2007

Autor: Marcelo Itagiba – PMDB/RJ

Data: 14/11/07

Ementa: Altera o art. 33 da Constituição Federal. Explicação: Constitui como Território Federal denominado de “Território Brasileiro Indígena” as áreas, contíguas ou não, tradicionalmente ocupadas pelos índios. Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

30. PEC 207/2007

Autor: Francisco Rossi – PMDB/SP

Data: 17/12/07

Ementa: Dá nova redação ao inciso II do art. 29 da Constituição Federal, para estender a eleição em dois turnos para todos os Municípios. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Devolvida ao autor.

31. PEC 222/2008

Autor: Pedro Chaves – PMDB/GO

Data: 19/02/08

Ementa: Acresce artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Explicação: Garante a integração do servidor de empresa estatal, em fase de liquidação ou processo de extinção, que tenha vinte ou mais anos contínuos de serviço. Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Devolvida ao autor.

32. PEC 235/2008

Autor: Mendes Ribeiro Filho – PMDB/RS

Data: 05/03/08

Ementa: Dá nova redação ao § 2º do art. 20 da Constituição Federal, para dispor sobre a alteração da faixa de fronteira. Explicação: Reduz de 150 (cento e cinquenta) para 50 (cinquenta) quilômetros a largura da faixa de fronteira.

Situação: Arquivada.

33. PEC 244/2008

Autor: Laerte Bessa – PMDB/DF

Data: 10/04/08

Ementa: Altera o Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências.

Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

34. PEC 245/2008

Autor: Marcelo Itagiba – PMDB/RJ

Data: 16/04/08

Ementa: Altera o inciso VIII do § 3º do art. 142 da Constituição Federal. Explicação: Fixa a remuneração de Almirante de Esquadra, General de Exército e Tenente-Brigadeiro em valor correspondente ao subsídio pago a Ministro do Superior Tribunal Militar – STM; os demais militares terão a remuneração fixada por lei federal e escalonada conforme os postos e graduações.

Situação: Arquivada.

35. PEC 247/2008

Autor: Pedro Chaves – PMDB/GO

Data: 16/04/08

Ementa: Acresce artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Explicação: Integra aos quadros efetivos de pessoal os empregados de empresa estatal em fase de liquidação ou processo de extinção, que se encontram agregados

ao serviço público e que possuam mais de 20 (vinte) anos de exercício. Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Devolvida ao autor.

36. PEC 250/2008

Autor: Pedro Chaves – PMDB/GO

Data: 06/05/08

Ementa: Acresce artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Explicação: Integra aos quadros efetivos de pessoal os empregados de empresa estatal em fase de liquidação ou processo de extinção, que se encontram agregados ao serviço público e que possuam mais de 20 (vinte) anos de exercício.

Situação: Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN).

37. PEC 259/2008

Autor: Rose de Freitas – PMDB/ES

Data: 28/05/08

Ementa: Dispõe sobre transferência temporária da Capital Federal para a Amazônia Legal. Explicação: Estabelece que a sede do Executivo Federal será transferida, temporariamente, uma vez por ano e por período não superior a 10 (dez) dias. Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

38. PEC 266/2008

Autor: Edgar Moury – PMDB/PE

Data: 17/06/08

Ementa: Altera a redação do § 5º do art. 40 e § 8º do art. 201, ambos da Constituição Federal, para que sejam também consideradas como funções de ensino que dão ensejo à redução de 5 anos de tempo de contribuição para a aposentadoria, as atividades exercidas por professores em hospitais, centros de reabilitação física e mental, presídios e centros de ressocialização infanto-juvenil, assim como, as exercidas por especialistas em educação nas atividades de direção e coordenação de unidade escolar e assessoramento pedagógico.

Situação: Tramitando em conjunto.

39. PEC 285/2008

Autor: Paulo Teixeira – PT/SP; Angela Amin – PP/SC; Zezéu Ribeiro – PT/BA; Fernando Chucre – PSDB/SP; Luiza Erundina – PSB/SP; Luiz Carlos Busato – PTB/RS; Arnaldo Jardim – PPS/SP; Nelson Trad – PMDB/MS

Data: 12/08/08

Ementa: Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a vinculação de recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social. Explicação: Conhecida como " PEC da Habitação ".

Situação: Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN).

40. PEC 289/2008

Autor: João Matos – PMDB/SC

Data: 20/08/08

Ementa: Dá nova redação à alínea a do inciso I do art. 96 da Constituição Federal, para definir como habilitados à eleição dos órgãos diretivos de tribunais os membros

do órgão especial ou do plenário do respectivo tribunal. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Devolvida ao autor.

41. PEC 290/2008

Autor: Vital do Rêgo Filho – PMDB/PB

Data: 02/09/08

Ementa: Dá nova redação aos arts. 84, 94, 104, 107, 111-A, 115, 119, 120 e 123 da Constituição Federal, para determinar que, nas listas para preenchimento de cargos nos órgãos do Poder Judiciário, o Chefe do Poder Executivo deverá nomear o candidato mais votado.

Situação: Tramitando em conjunto.

42. PEC 292/2008

Autor: João Matos – PMDB/SC

Data: 03/09/08

Ementa: Dá nova redação à alínea "a" do inciso I do art. 96 da Constituição Federal, para definir como habilitados à eleição dos órgãos diretivos de tribunais os membros do órgão especial ou do plenário do respectivo tribunal. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

43. PEC 309/2008

Autor: Mendes Ribeiro Filho – PMDB/RS

Data: 12/11/08

Ementa: Exige como requisito para aposentadoria do professor de escola pública de educação infantil, ensino fundamental e médio tão somente o cumprimento de tempo mínimo de contribuição, excluindo os requisitos de idade, atribui tratamento igualitário com os professores das escolas particulares.

Situação: Tramitando em conjunto.

44. PEC 312/2008

Autor: Geraldo Pudim – PMDB/RJ

Data: 04/12/08

Ementa: Altera a redação do inciso LXVII do art. 5º da Constituição Federal para eliminar a possibilidade de prisão do depositário infiel. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

45. PEC 343/2009

Autor: Mendes Ribeiro Filho – PMDB/RS

Data: 01/04/09

Ementa: Dá nova redação ao art. 21, caput, do ADCT. Explicação: Garante ao juiz togado, de investidura limitada, direito a vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.

Situação: Arquivada.

46. PEC 347/2009

Autor: Rita Camata – PMDB/ES

Data: 02/04/09

Ementa: Altera a redação do inciso III do art. 208 da Constituição Federal. Explicação: Garante acesso à educação especializada para portadores de deficiência sem imposição de limite de faixa etária e nível de instrução, preferencialmente na rede regular de ensino. Situação: Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN).

47. PEC 351/2009

Autor: Senado Federal – Renan Calheiros – PMDB/AL

Data: 14/04/09

Ementa: Altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. Explicação: Proposta chamada de “PEC DOS PRECATÓRIOS”. Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Transformado em Norma Jurídica.

48. PEC 355/2009

Autor: Acélio Casagrande – PMDB/SC

Data: 16/04/09

Ementa: Acrescenta § 10 ao art. 144 da Constituição Federal, para dispor da constituição de estrutura de defesa civil nos entes federados. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

49. PEC 367/2009

Autor: Jackson Barreto – PMDB/SE

Data: 28/05/09

Ementa: Altera o § 5º do art. 14 da Constituição Federal e dá outras providências. Explicação: Permite a reeleição para até dois mandatos subsequentes (terceiro mandato sucessivo) para o Presidente da República, os Governadores e os Prefeitos. Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Devolvida ao autor.

50. PEC 368/2009

Autor: Carlos Bezerra – PMDB/MT

Data: 28/05/09

Ementa: Dá nova redação ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ampliando o prazo em que a União deverá destinar às regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação. Explicação: Prorroga por mais dez anos a obrigatoriedade da União aplicar recursos destinados à irrigação.

Situação: Transformado em Norma Jurídica.

51. PEC 372/2009

Autor: Marcelo Itagiba – PMDB/RJ

Data: 04/06/09

Ementa: Altera a redação dos arts. 102 e 105 da Constituição Federal. Explicação: Determina que os recursos extraordinários e especiais tenham apenas efeito devolutivo quando julgados pelo Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça em causas decididas em única instância em que a decisão contrarie dispositivo constitucional e decisões dos Tribunais Regionais Federais e Tribunais

dos Estados e Distrito Federal que contrariem tratado ou lei federal. Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

52. PEC 373/2009

Autor: Jackson Barreto – PMDB/SE

Data: 04/06/09

Ementa: Altera o § 5º do art. 14 da Constituição Federal e dá outras providências.

Explicação: Permite a reeleição para até dois mandatos subsequentes (terceiro mandato sucessivo) para o Presidente da República, os Governadores e os Prefeitos. Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

53. PEC 390/2009

Autor: Eliseu Padilha – PMDB/RS

Data: 08/07/09

Ementa: Dá nova redação ao inciso XVI do art. 84 da Constituição Federal.

Explicação: Limita a nomeação de magistrados para até 49% (quarenta e nove por cento) da composição de cada tribunal por um mesmo Presidente da República no curso do mandato, inclusive na hipótese de reeleição. Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

54. PEC 392/2009

Autor: Laerte Bessa – PMDB/DF

Data: 13/07/09

Ementa: Altera o § 6º do art. 14 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Explicação: Estabelece que, para concorrerem a qualquer cargo, inclusive concorrerem à reeleição, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos devem se afastar dos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito. Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

55. PEC 397/2009

Autor: Geraldo Resende – PMDB/MS

Data: 25/08/09

Ementa: Dá nova redação à alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de prorrogar o período de estabilidade provisória da empregada gestante de cinco para doze meses.

Situação: Arquivada.

56. PEC 413/2009

Autor: Marcelo Itagiba – PMDB/RJ

Data: 30/09/09

Ementa: Inclui o inciso XI no § 3º e o § 4º no art. 142 da Constituição Federal para prever a imunidade dos proventos de inatividade dos militares e as pensões militares ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, extensível aos membros das Forças Auxiliares do Exército Brasileiro. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

57. PEC 414/2009

Autor: Rose de Freitas – PMDB/ES

Data: 01/10/09

Ementa: Altera a redação do § 9º, do art. 144 da Constituição Federal. Explicação: Equipara o soldo do Policial Militar e Bombeiro Militar do Estado do Espírito Santo ao da Polícia Militar do Distrito Federal.

Situação: Tramitando em conjunto.

58. PEC 422/2009

Autor: Tadeu Filippelli – PMDB/DF

Data: 28/10/09

Ementa: Acrescenta os arts. 97, 98 e 99 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para desmembramento das áreas dos Municípios do Estado de Goiás que especifica e sua incorporação definitiva ao território do Distrito Federal. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.

Situação: Arquivada.

59. PEC 432/2009

Autor: Marcelo Itagiba – PMDB/RJ; Celso Russomano – PP/SP; Capitão Assunção – PTB/ES; João Campos – PSDB/GO

Data: 11/11/09

Ementa: Unifica as Polícias Cíveis e Militares dos Estados e do Distrito Federal; dispõe sobre a desmilitarização dos Corpos de Bombeiros; confere novas atribuições às Guardas Municipais; e dá outras providências. Explicação: Cria a Polícia e Corpo de Bombeiros dos Estados, Distrito Federal e Territórios e o Corpo de Bombeiros, e institui novas carreiras, cargos e estrutura básica.

Situação: Tramitando em conjunto.

60. PEC 435/2009

Autor: Vital do Rêgo Filho – PMDB/PB

Data: 17/11/09

Ementa: Dá nova redação ao art. 144 da Constituição Federal e acrescenta à Constituição Federal o art. 144-A, para dispor sobre a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Sistema de Segurança Pública.

Situação: Tramitando em conjunto.

61. PEC 436/2009

Autor: Manoel Junior – PMDB/PB

Data: 18/11/09

Ementa: Acrescenta § 3º ao art. 45 da Constituição Federal para conceder aos brasileiros residentes no exterior o direito de eleger seus representantes à Câmara dos Deputados.

Situação: Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA.

62. PEC 437/2009

Autor: Vital do Rêgo Filho – PMDB/PB

Data: 19/11/09

Ementa: Dá nova redação ao art. 105 da Constituição Federal, para dispor sobre a competência e procedimento para processar e julgar, originariamente, Governador de Estado e do Distrito Federal.

Situação: Arquivada.

63. PEC 438/2009

Autor: Vital do Rêgo Filho – PMDB/PB

Data: 19/11/09

Ementa: Altera dispositivos do art. 111-A da Constituição Federal. Explicação: Aumenta para trinta o número de Ministros que compõem o Tribunal Superior do Trabalho – TST, sendo que as vagas ampliadas serão preenchidas por Auditores-Fiscais do Trabalho.

Situação: Arquivada.

64. PEC 441/2009

Autor: Camilo Cola – PMDB/ES

Data: 24/11/09

Ementa: Dá nova redação ao art. 101 da Constituição Federal, para alterar o sistema de nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Situação: Tramitando em conjunto.

65. PEC 446/2009

Autor: Senado Federal – Renan Calheiros – PMDB/AL

Data: 09/12/09

Ementa: Institui o piso salarial para os servidores policiais.

Situação: Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN).

66. PEC 447/2009

Autor: Manoel Junior – PMDB/PB

Data: 09/12/09

Ementa: Dá nova redação ao art. 60, III, alínea "a" do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Explicação: Dispõe sobre a normatização do valor anual por aluno beneficiado por programa de transporte escolar.

Situação: Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

67. PEC 450/2009

Autor: Rose de Freitas – PMDB/ES

Data: 16/12/09

Ementa: Dá nova redação aos §§ 4º e 6º do art. 66 da Constituição Federal, instituindo como limite de prazo para apreciação dos vetos presidenciais o último dia do mandato do Presidente da República autor do veto.

Situação: Arquivada.

68. PEC 463/2010

Autor: Mendes Ribeiro Filho – PMDB/RS

Data: 03/03/10

Ementa: Altera a alínea "r" do inciso I do art. 102, acrescenta inciso ao art. 22 e acrescenta o art. 130-B à Constituição Federal, para instituir o Conselho Nacional do

Ministério Público de Contas, acrescenta parágrafo ao art. 130 e dá outras providências.

Situação: Arquivada.

69. PEC 464/2010

Autor: Alexandre Santos – PMDB/RJ

Data: 04/03/10

Ementa: Dispõe sobre os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, oriundos do Distrito Federal quando sediado no Rio de Janeiro. Explicação: Garante aos policiais militares e bombeiros do antigo Distrito Federal que foram inativados antes de abril de 1960, bem como aos que optaram em permanecer, os mesmos direitos e prerrogativas dos policiais e bombeiros inativos do atual Distrito Federal.

Situação: Tramitando em conjunto.

70. PEC 465/2010

Autor: Wilson Santiago – PMDB/PB

Data: 04/03/10

Ementa: Fixa parâmetros para a remuneração dos advogados públicos e defensores públicos. Explicação: Estabelecendo que o subsídio do grau ou nível máximo das carreiras corresponderá a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Situação: Arquivada.

71. PEC 478/2010

Autor: Carlos Bezerra – PMDB/MT

Data: 14/04/10

Ementa: Revoga o parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal, para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os empregados domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.

Situação: Transformado em Norma Jurídica.

72. PEC 486/2010

Autor: Vital do Rêgo Filho – PMDB/PB

Data: 11/05/10

Ementa: Dá nova redação à alínea "d" do inciso XXXVIII do art. 5º da Constituição Federal, excetuando que os crimes cometidos ou apoiados por organizações delituosas ou facções criminosas a competência será do juízo singular. Explicação: Determina que os crimes dolosos contra a vida serão julgados pelo juízo criminal singular.

Situação: Arquivada.

73. PEC 493/2010

Autor: Eduardo Cunha – PMDB/RJ

Data: 16/06/10

Ementa: Altera art. 63 da Constituição Federal, impedindo a tramitação de projetos que impliquem em aumento de despesa no período eleitoral.

Situação: Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA.

74. PEC 516/2010

Autor: Senado Federal – Romero Jucá – PMDB/RR

Data: 10/08/10

Ementa: Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para dispor sobre o quadro de servidores civis e militares dos ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima, possibilitando que nele sejam incluídos os admitidos regularmente até a data de instalação dos Estados.

Situação: Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN).

75. PEC 525/2010

Autor: Mauro Benevides – PMDB/CE

Data: 09/12/10

Ementa: Altera os arts. 52, II, 92, §1º e 102, I, "r" e cria o Conselho Nacional da Defensoria Pública, e dá outras providências.

Situação: Arquivada.

76. PEC 530/2010

Autor: Rodrigo Rocha Loures – PMDB/PR

Data: 15/12/10

Ementa: Institui o sistema distrital misto, majoritário e proporcional, para a eleição das Câmaras Federal e Estadual, alterando a redação dos arts. 29 e 45 da Constituição Federal. Explicação: Estabelece que os vereadores dos municípios com mais de duzentos mil eleitores serão eleitos metade pelo sistema distrital majoritário e metade pelo sistema proporcional e os Deputados Federais pelo voto majoritário em distritos uninominais e pelo voto proporcional.

Situação: Arquivada.

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO APRESENTADAS POR PARLAMENTARES DO PMDB NO PRIMEIRO MANDATO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

1. PEC 14/2011

Autor: Wilson Filho – PMDB/PB

Data: 14/04/11

Ementa: Altera o art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer a criação da Zona Franca do Semiárido Nordeste.

Situação: Devolvida ao autor.

2. PEC 19/2011

Autor: Wilson Filho – PMDB/PB

Data: 03/05/11

Ementa: Altera o art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer a criação da Zona Franca do Semiárido Nordeste.

Situação: Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN).

3. PEC 23/2011

Autor: Manoel Junior – PMDB/PB

Data: 05/05/11

Ementa: Acrescenta o art. 18-A à Constituição Federal para fixar os requisitos mínimos e o período para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios. Explicação: Período de doze meses antes das eleições municipais. Situação: Tramitando em conjunto.

4. PEC 25/2011

Autor: Fabio Trad – PMDB/MS

Data: 10/05/11

Ementa: Dá nova redação ao inciso I, do art. 93, e ao § 3º, do art. 129, ambos da Constituição Federal, para exigir dos candidatos ao ingresso na magistratura e promotoria de justiça 5 anos de efetiva prática forense.

Situação: Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

5. PEC 26/2011

Autor: Eduardo Cunha – PMDB/RJ

Data: 10/05/11

Ementa: Insere parágrafo ao art. 66 da Constituição Federal para prever a apreciação dos vetos realizados após primeiro de janeiro de 2011. Explicação: Serão apreciados em até trinta dias após a sua publicação, em regime de urgência, ficando sobrestadas as demais deliberações inclusive as Medidas Provisórias.

Situação: Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

6. PEC 27/2011

Autor: Íris de Araújo – PMDB/GO

Data: 10/05/11

Ementa: Altera o § 3º do art. 46 da Constituição Federal para disciplinar a eleição de suplente de Senador. Explicação: Estabelece que serão considerados suplentes de Senador os três candidatos mais votados, não eleitos, em ordem decrescente de votação.

Situação: Arquivada.

7. PEC 36/2011

Autor: Alexandre Santos – PMDB/RJ

Data: 02/06/11

Ementa: Modifica a redação do art. 56, § 3º, da Constituição, para vedar a opção pela remuneração do mandato parlamentar quando da licença para investidura em outro cargo.

Situação: Devolvida ao autor.

8. PEC 45/2011

Autor: Lucio Vieira Lima – PMDB/BA

Data: 21/06/11

Ementa: Revoga as alíneas a, b e e, do inciso III e o inciso XI do art. 52, e altera a redação do § 2º do art. 73, do inciso XIV do art. 84, do art. 94, do parágrafo único do art. 101, do parágrafo único do art. 104, do § 2º do art. 103-B, do caput do art. 111-A, do caput do art. 115, do art. 119, e do §1º do art. 120, dos §§ 1º e 2º do art. 128, do caput e § 6º do art. 130-A, da Constituição Federal. Explicação: Estabelece que os Membros das próprias instituições irão escolher e nomear os novos integrantes.

Situação: Tramitando em conjunto.

9. PEC 46/2011

Autor: Marinha Raupp – PMDB/RO

Data: 28/06/11

Ementa: Dá nova redação ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Explicação: Trata da aplicação dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

Situação: Arquivada.

10. PEC 48/2011

Autor: Alexandre Santos – PMDB/RJ

Data: 30/06/11

Ementa: Modifica a redação do art. 56, §3º, da Constituição, para vedar a opção pela remuneração do mandato parlamentar quando da licença para investidura em outro cargo.

Situação: Arquivada.

11. PEC 51/2011

Autor: Eduardo Cunha – PMDB/RJ

Data: 06/07/11

Ementa: Estabelece a obrigatoriedade de realização de plebiscito para definição do modo de eleição dos Deputados Federais, Estaduais, do Distrito Federal e Vereadores e dá outras providências. Explicação: Plebiscito a ser realizado no segundo turno das eleições de 2012 para Prefeitos.

Situação: Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

12. PEC 55/2011

Autor: Hugo Motta – PMDB/PB

Data: 12/07/11

Ementa: Dá nova redação ao § 8º do art. 144, da Constituição Federal, para disciplinar a carreira dos agentes públicos responsáveis pelo policiamento de trânsito, em âmbito municipal. NOVA EMENTA: Inclui o § 10 ao art. 144 da Constituição Federal, para disciplinar a segurança viária no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Situação: Transformado em Norma Jurídica.

13. PEC 59/2011

Autor: Flaviano Melo – PMDB/AC

Data: 02/08/11

Ementa: Altera dispositivos da Constituição Federal para alterar as datas das posses do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Governadores e Vice-Governadores, dos Senadores, Deputados Federais, Distritais e Estaduais.

Situação: Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

14. PEC 60/2011

Autor: Flaviano Melo – PMDB/AC

Data: 02/08/11

Ementa: Acrescenta o § 4º ao art. 46 da Constituição Federal. Explicação: Estabelece a obrigatoriedade de os suplentes de Senador disputarem eleições.
Situação: Arquivada.

15. PEC 70/2011 (Proposição de Origem: PEC 11/2011)

Autor: Senado Federal – José Sarney – PMDB/AP

Data: 17/08/11

Ementa: Altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.

Situação: Aguardando Deliberação no PLENÁRIO (PLEN).

16. PEC 73/2011

Autor: Nilda Gondim – PMDB/PB

Data: 24/08/11

Ementa: Acrescenta o § 22 ao art. 40 da Constituição Federal, para instituir adicional de tempo de serviço público prestado por profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, em regiões inóspitas.

Situação: Arquivada.

17. PEC 80/2011

Autor: Fabio Trad – PMDB/MS

Data: 06/09/11

Ementa: Acresce inciso ao art. 142, § 3º, da Constituição Federal, para dispor sobre a contribuição dos militares inativos e pensionistas de militares das Forças Armadas para a pensão militar.

Situação: Arquivada.

18. PEC 85/2011

Autor: Lelo Coimbra – PMDB/ES

Data: 21/09/11

Ementa: Altera o art. 39 da Constituição Federal, incluindo o § 9º, que veda o pagamento de subsídio mensal e vitalício aos ex-chefes do Poder Executivo da União, dos Estados e dos Municípios.

Situação: Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

19. PEC 94/2011

Autor: Wilson Filho – PMDB/PB

Data: 10/10/11

Ementa: Acrescenta o art. 60-B ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Explicação: Destina 10% (dez por cento) do PIB à educação.

Situação: Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

20. PEC 109/2011

Autor: Osmar Terra – PMDB/RS

Data: 10/11/11

Ementa: Dá nova redação ao art. 159 da Constituição Federal. Explicação: Destina seis décimos por cento da arrecadação do imposto de renda e do IPI para fundo de desenvolvimento da Região Hidrográfica do Uruguai.

Situação: Tramitando em conjunto.

21. PEC 115/2011

Autor: Wilson Filho – PMDB/PB

Data: 29/11/11

Ementa: Acrescenta §§ 7º e 8º ao art. 212 da Constituição Federal, para determinar aplicação de recursos da União para complementar o pagamento do piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica. Explicação: Pelo menos 1% (um por cento) da receita resultante de impostos.

Situação: Tramitando em conjunto.

22. PEC 127/2011

Autor: Wilson Filho – PMDB/PB

Data: 15/12/11

Ementa: Acrescenta artigo à Constituição Federal, para estabelecer a uniformização das ações de combate ao uso e ao tráfico de entorpecentes desempenhadas por Estados e Municípios.

Situação: Tramitando em conjunto.

23. PEC 146/2012

Autor: Benjamin Maranhão – PMDB/PB

Data: 14/03/12

Ementa: Dá nova redação à alínea "b" do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADC)

Situação: Arquivada.

24. PEC 164/2012

Autor: Eduardo Cunha – PMDB/RJ; João Campos – PSDB/GO

Data: 02/05/12

Ementa: Dá nova redação ao caput do art. 5º da Constituição Federal. Explicação: Estabelece a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção.

Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

25. PEC 168/2012

Autor: Wilson Filho – PMDB/PB

Data: 09/05/12

Ementa: Altera o inciso VI do § 3º do art. 14 da Constituição Federal, reduzindo para vinte e cinco anos a idade mínima para Governadores e Vice-Governadores.

Situação: Arquivada.

26. PEC 169/2012

Autor: Wilson Filho – PMDB/PB

Data: 09/05/12

Ementa: Altera a redação do inciso VI do § 3º do art. 14 da Constituição Federal, reduzindo para vinte e cinco anos a idade mínima para Senador.

Situação: Arquivada.

27. PEC 190/2012

Autor: Sandro Mabel – PMDB/GO

Data: 13/06/12

Ementa: Altera os arts. 158, 159 e 161 da Constituição Federal e o art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com o objetivo de viabilizar financeiramente a regulamentação do montante destinado ao ressarcimento dos Estados e Municípios brasileiros devido à desoneração do ICMS nas exportações de produtos primários e produtos semi-elaborados.

Situação: Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA.

28. PEC 191/2012

Autor: Francisco Escórcio – PMDB/MA

Data: 15/06/12

Ementa: Insere o art. 212-A na Constituição Federal, de forma a tornar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb instrumento permanente de financiamento da educação básica pública.

Situação: Arquivada.

29. PEC 209/2012

Autor: Rose de Freitas – PMDB/ES; Luiz Pitiman – PMDB/DF

Data: 23/08/12

Ementa: Insere o § 1º ao art. 105, da Constituição Federal, e renumera o parágrafo único. Explicação: Para atribuir requisito de admissibilidade ao recurso especial no âmbito do STJ.

Situação: Aguardando Apreciação pelo Senado Federal.

30. PEC 216/2012

Autor: Francisco Escórcio – PMDB/MA

Data: 08/11/12

Ementa: Altera as alíneas "b" e "e" do inciso VI do § 3º do art. 14, o caput do art 18, o caput do art 24, o art. 32, o caput do art. 34, alínea "e" do inciso III, do art. 52 e o inciso XIV do art. 84 da Constituição Federal. Explicação: Visa colocar a Capital Federal na posição de Município neutro, desvinculado do pacto federativo.

Situação: Arquivada.

31. PEC 221/2012

Autor: Lucio Vieira Lima – PMDB/BA

Data: 21/11/12

Ementa: Altera a redação do inciso VI do § 3º do art.14 da Constituição Federal, reduzindo para vinte e cinco anos a idade mínima para Governadores e Vice-Governadores.

Situação: Arquivada.

32. 222/2012

Autor: Lucio Vieira Lima – PMDB/BA

Data: 21/11/12

Ementa: Altera a redação do inciso VI do § 3º do art.14 da Constituição Federal, reduzindo para vinte e cinco anos a idade mínima para Senador.

Situação: Arquivada.

33. 226/2012

Autor: Manoel Junior – PMDN/PB

Data: 11/12/12

Ementa: Altera a alínea "i" do inciso XII do § 2º do art. 155, da Constituição Federal, referente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, para vedar a inclusão do imposto na sua própria base de cálculo.

Situação: Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

34. 227/2012

Autor: Manoel Junior – PMDB/PB

Data: 11/12/12

Ementa: Dá nova redação ao art. 101 da Constituição Federal, alterando o processo de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Situação: Tramitando em conjunto.

35. PEC 242/2013

Autor: Valdir Colatto – PMDB/SC

Data: 05/03/13

Ementa: Dá nova redação ao art. 66, da Constituição Federal. Explicação: Estabelece que o veto presidencial seja apreciado em escrutínio aberto e que a não apreciação do veto implicará na perda de seu efeito.

Situação: Arquivada.

36. PEC 247/2013

Autor: Mauro Benevides – PMDB/CE; Alessandro Molon – PT/RJ; Andre Moura – PSC/SE

Data: 12/03/13

Ementa: Altera o "Capítulo IV - Das Funções Essenciais à Justiça" do "Título IV - Da Organização dos Poderes" e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Explicação: Propõe a fixação de um prazo de oito anos, para que a União, os Estados e o Distrito Federal se organizem para poder contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais.

Situação: Transformada em Norma Jurídica.

37. PEC 253/2013

Autor: Marcelo Castro – PMDB/PI; Humberto Souto – PPS/MG; Júlio Cesar – PSD/PI; Ronaldo Caiado – DEM/GO

Data: 20/03/13

Ementa: Altera o art. 20 da Constituição Federal. Explicação: Critérios de distribuição de royalties e de participação especial na produção de petróleo ou gás natural.

Situação: Tramitando em conjunto.

38. PEC 267/2013

Autor: Wilson Filho – PMDB/PB

Data: 24/05/13

Ementa: Dá nova redação ao inciso XI, do art. 84, da Constituição Federal, determinando o comparecimento do presidente da República ao Congresso

Nacional, no começo de cada sessão legislativa, para prestar contas de suas atividades passadas e informar o plano de governo para o novo ano.
Situação: Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA.

39. PEC 274/2013

Autor: Edinho Bez – PMDB/SC

Data: 06/06/13

Ementa: Dá nova redação ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal para reduzir o limite mínimo de idade para o trabalho.

Situação: Tramitando em conjunto.

40. PEC 282/2013

Autor: Francisco Escórcio – PMDB/MA

Data: 02/07/13

Ementa: Altera o § 2º do art. 155 da Constituição da República para modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços ao consumidor final localizado em outro Estado.

Situação: Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

41. PEC 289/2013

Autor: Fabio Trad – PMDB/MS

Data: 07/08/13

Ementa: Dá nova redação ao art. 225, §4º da Constituição Federal. Explicação: Substitui a expressão Pantanal Mato-Grossense pela palavra Pantanal, no art. 225 da Constituição Federal.

Situação: Arquivada.

42. PEC 294/2013

Autor: Benjamin Maranhão – PMDB/PB

Data: 20/08/13

Ementa: Altera o art. 37 da Constituição Federal, para permitir a percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo, emprego ou função pública dos profissionais de saúde.

Situação: Arquivada.

43. PEC 299/2013

Autor: Eduardo Cunha – PMDB/RJ

Data: 27/08/13

Ementa: Altera o art. 88 da Constituição Federal. Explicação: Limita o número de ministérios.

Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 299-A, de 2013, do Sr. Eduardo Cunha e outros, que "altera o art. 88 da Constituição Federal" (limita o número de ministérios) (PEC29913); Comissão em funcionamento.

44. PEC 310/2013

Autor: Rose de Freitas – PMDB/ES

Data: 10/09/13

Ementa: Altera a redação do inciso IV, e parágrafo único do Artigo 158 da Constituição Federal, destinando 75% do recolhimento do ICMS aos municípios.

Situação: Arquivada.

45. PEC 313/2013 (Proposição de Origem: PEC 18/2013)

Autor: Senado Federal – Jarbas Vasconcelos – PMDB/PE

Data: 13/09/13

Ementa: Altera o art. 55 da Constituição Federal para tornar automática a perda do mandato de parlamentar nas hipóteses de improbidade administrativa ou de condenação por crime contra a Administração Pública.

Situação: Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN).

46. PEC 323/2013

Autor: Alberto Filho – PMDB/MA

Data: 07/10/13

Ementa: Acrescenta parágrafo ao art. 28, inclui inciso no art. 29 e institui parágrafo único no art. 82 da Constituição Federal, estabelecendo a obrigatoriedade da criação da Comissão de Transição de Governo após a eleição do Presidente da República, Governadores de Estado e Prefeitos.

Situação: Tramitando em conjunto.

47. PEC 348/2013

Autor: Fabio Trad – PMDB/MS

Data: 05/11/13

Ementa: Dá nova redação ao inciso I do art. 104 da Constituição Federal para alterar o processo de escolha dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Situação: Arquivada.

48. PEC 353/2013 (Proposição de Origem: PEC 22/2000)

Autor: Senado Federal – Antonio Carlos Magalhaes – PMDB/BA

Data: 13/11/13

Ementa: Altera os arts. 165, 166 e 198 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica.

Situação: Arquivada.

49. PEC 364/2013

Autor: Leonardo Picciani – PMDB/RJ

Data: 04/12/13

Ementa: Altera os arts. 29, X; 86, caput, § 1º, inciso I; 96, III; 102, I, alíneas c, d, i; 105, I, alíneas a, c; 108, I, alínea a e 125, § 1º e revoga a alínea b do inciso I do art. 102, o § 3º do art. 86 da Constituição Federal para extinguir o foro especial por prerrogativa de função nas hipóteses de crimes comuns.

Situação: Tramitando em conjunto.

50. PEC 372/2013

Autor: Camilo Cola – PMDB/ES

Data: 17/12/13

Ementa: Altera dispositivos da Constituição Federal, para dispor sobre o trânsito em julgado das decisões judiciais adotadas em segunda instância, independentemente do ajuizamento de recursos ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça.

Situação: Arquivada.

51. PEC 375/2013

Autor: André Zacharow – PMDB/PR

Data: 18/12/13

Ementa: Acrescenta alínea "f" ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal.

Explicação: Proíbe a criação de impostos sobre medicamentos de uso humano produzidos no Brasil, bem como serviços e insumos.

Situação: Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

52. PEC 377/2014

Autor: Osmar Serraglio – PMDB/PR

Data: 04/02/14

Ementa: Dispõe sobre a composição do Conselho Nacional de Justiça.

Situação: Tramitando em conjunto.

53. PEC 382/2014

Autor: Akira Otsubo – PMDB/MS

Data: 18/02/14

Ementa: Dá nova redação ao art. 228 da Constituição Federal. Explicação: Excepciona da inimizabilidade penal os menores de dezoito anos que cometerem crimes hediondos.

Situação: Arquivada.

54. PEC 385/2014

Autor: Colbert Martins – PMDB/BA

Data: 27/02/14

Ementa: Altera os §§ 3º, 6º, 7º e 11 do art. 62 da Constituição Federal, dispondo que os prazos referentes à tramitação das medidas provisórias passarão a ser contados em dias úteis.

Situação: Arquivada.

55. PEC 408/2014

Autor: Camilo Cola – PMDB/ES

Data: 21/05/14

Ementa: Altera a Constituição Federal para estabelecer o impedimento para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União de pessoa condenada por improbidade administrativa ou crime de responsabilidade, esteja respondendo a ações ou inquéritos penais, e para determinar que 80% desses cargos sejam escolhidos por competência técnica.

Situação: Tramitando em conjunto.

56. PEC 409/2014

Autor: Hugo Motta – PMDB/PB

Data: 21/05/14

Ementa: Dá nova redação ao Art. 50, da Constituição Federal, para permitir a convocação de presidentes, vice-presidentes e diretores de Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Autarquias e de Agências Reguladoras, Secretários Executivos dos Ministérios e executivos de empresas que tenham participação acionária da União.

Situação: Tramitando em conjunto.

57. PEC 410/2014

Autor: Mário Feitoza – PMDB/CE

Data: 26/05/14

Ementa: Incluir os Incisos XVIII e XIX do Art. 49 da Constituição Federal. Explicação: Submete à apreciação prévia do Congresso Nacional a concessão de empréstimos a governos estrangeiros e a aquisição de bens imóveis ou instalações industriais e comerciais pelo país em território estrangeiro.

Situação: Tramitando em conjunto.

58. PEC 411/2014

Autor: Washington Reis – PMDB/RJ

Data: 27/05/14

Ementa: Dá nova redação ao § 9º do art. 37 da Constituição, para estender aos grupos que especifica a aplicação do limite remuneratório previsto no inciso XI do art. 37 da Constituição.

Situação: Arquivada.

59. PEC 424/2014 (Proposição de Origem: PEC 35/2011)

Autor: Senado Federal – Luiz Henrique – PMDB/SC

Data: 08/08/14

Ementa: Acrescenta art. 64-A à Constituição Federal, para prever a tramitação em regime de urgência dos tratados, acordos e atos internacionais, se requerido pelo Presidente da República ou por deliberação da Casa em que se encontrarem, na forma do regimento.

Situação: Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

60. PEC 427/2014

Autor: Camilo Cola – PMDB/ES

Data: 03/09/14

Ementa: Altera a Constituição Federal para extinguir a imunidade e o foro especial por prerrogativa de função, veda o recebimento de auxílio, ajuda de custo ou contribuição de qualquer natureza, assim como o uso de residência ou transporte fornecidos pelo Poder Público ou por entidade privada, por parte de membro de Poder, de detentor de mandato eletivo, Ministros de Estado e Secretários Estaduais e Municipais.

Situação: Arquivada.

61. PEC 429/2014

Autor: Camilo Cola – PMDB/ES

Data: 29/10/14

Ementa: Altera a Constituição Federal para extinguir a imunidade e o foro especial por prerrogativa de função, veda o recebimento de auxílio, ajuda de custo ou

contribuição de qualquer natureza, assim como, o uso de residência ou transporte fornecidos pelo Poder Público ou por entidade privada, por parte de membro de Poder, de detentor de mandato eletivo, Ministros de Estado e Secretários Estaduais e Municipais.

Situação: Arquivada.

62. PEC 442/2014

Autor: Camilo Cola – PMDB/ES

Data: 16/12/14

Ementa: Altera a Constituição Federal para extinguir a imunidade e o foro especial por prerrogativa de função, veda o recebimento de auxílio, ajuda de custo ou contribuição de qualquer natureza, assim como o uso de residência ou transporte fornecidos pelo Poder Público ou por entidade privada, por parte de membro de Poder, de detentor de mandato eletivo, Ministros de Estado e Secretários Estaduais e Municipais e outros.

Situação: Devolvida ao autor.

63. PEC 444/2014

Autor: Leonardo Picciani – PMDB/RJ

Data: 16/12/14

Ementa: Altera o § 1º do art. 14 da Constituição Federal para tornar facultativo o voto e o alistamento eleitoral.

Situação: Arquivada.

64. PEC 449/2014

Autor: Eduardo Cunha – PMDB/RJ

Data: 22/12/14

Ementa: Altera o art. 101 da Constituição Federal. Explicação: Permite a alteração do sistema de seleção dos membros do STF, possibilitando a efetiva participação dos três poderes no processo de escolha, fixando o mandato do Ministros em oito anos.

Situação: Tramitando em conjunto.

65. PEC 450/2014

Autor: Eduardo Cunha – PMDB/RJ

Data: 22/12/14

Ementa: Altera o art. 93 da Constituição Federal. Explicação: Estabelece que os processos distribuídos aos membros e órgãos do Poder Judiciário sejam analisados em ordem cronológica, ou seja, de acordo com a ordem de chegada.

Situação: Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa.

66. PEC 451/2014

Autor: Eduardo Cunha – PMDB/RJ

Data: 22/12/14

Ementa: Insere inciso XXXV e altera o parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal. Explicação: Inclui como garantia fundamental, plano de assistência à saúde, oferecido pelo empregador em decorrência de vínculo empregatício, na utilização dos serviços de assistência médica.

Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO APRESENTADAS POR PARLAMENTARES DO PMDB NO SEGUNDO MANDATO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

1. PEC 11/2015

Autor: Senado Federal – Valter Pereira – PMDB/MS

Data: 24/03/15

Ementa: Altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.

Situação: Transformado em Norma Jurídica.

2. PEC 14/2015

Autor: Senado Federal – José Sarney – PMDB/AP

Data: 27/03/15

Ementa: Altera o art. 17 da Constituição Federal, para permitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.

Situação: Arquivada.

3. PEC 30/2015

Autor: Lelo Coimbra – PMDB/ES

Data: 05/05/15

Ementa: Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.

Situação: Tramitando em conjunto.

4. PEC 33/2015

Autor: Veneziano Vital do Rêgo – PMDB/PB

Data: 05/05/15

Ementa: Dá nova redação ao art. 160 da Constituição Federal, para determinar a compensação financeira por parte da União em razão da concessão de incentivos fiscais que reduzam a repartição constitucional de receitas tributárias.

Situação: Último despacho sugere devolução ao autor.

5. PEC 36/2015

Autor: Veneziano Vital do Rêgo – PMDB/PB

Data: 06/05/15

Ementa: Altera a redação do art. 208 da Constituição Federal criando o Fundo Nacional do Passe Livre Estudantil.

Situação: Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

6. PEC 38/2015

Autor: Baleia Rossi – PMDB/SP

Data: 07/05/15

Ementa: Altera o art. 159 da Constituição Federal para aumentar a parcela de recursos destinada ao Fundo de Participação dos Municípios.

Situação: Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA.

7. PEC 50/2015

Autor: Veneziano Vital do Rêgo – PMDB/PB

Data: 26/05/15

Ementa: Dá nova redação ao art. 160 da Constituição Federal, para determinar a compensação financeira por parte da União em razão da concessão de incentivos fiscais que reduzam a repartição constitucional de receitas tributárias.

Situação: Tramitando em conjunto.

8. PEC 54/2015

Autor: Soraya Santos – PMDB/RJ

Data: 27/05/15

Ementa: Acrescenta incisos aos art. 158 e art. 159 da Constituição Federal, que dispõe sobre repartição de receitas tributárias.

Situação: Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

9. PEC 57/2015

Autor: Veneziano Vital do Rêgo – PMDB/PB

Data: 27/05/15

Ementa: Suprime a alínea e do inciso II do § 5º e modifica o art. 128 da Constituição Federal, introduzindo os §§ 7º, 8º, 9º, 10, 11 e 12, para permitir a atividade político-partidária de membros do Ministério Público, na forma de lei complementar.

Situação: Último despacho sugere a devolução ao autor.

10. PEC 66/2015

Autor: Veneziano Vital do Rêgo – PMDB/PB

Data: 11/06/15

Ementa: Dá nova redação ao art. 225 da Constituição Federal. Explicação: Dispõe sobre a previsão de percentual do PIB a ser investido nos programas relacionados aos recursos hídricos nacionais.

Situação: Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA.

11. PEC 69/2015

Autor: Veneziano Vital do Rêgo – PMDB/PB

Data: 16/06/15

Ementa: Suprime a alínea e do inciso II do § 5º e modifica o art. 128 da Constituição Federal, introduzindo os §§ 7º, 8º, 9º, 10, 11 e 12, para permitir a atividade político-partidária de membros do Ministério Público, na forma de lei complementar.

Situação: Devolvida ao autor.

12. PEC 72/2015

Autor: Alceu Moreira – PMDB/RS

Data: 24/06/15

Ementa: Acrescenta parágrafo ao art. 5º da Constituição Federal. Explicação: Retira a inviolabilidade do sigilo de correspondência e comunicação telegráfica, de dados e das comunicações telefônicas das operações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

13. PEC 74/2015

Autor: Carlos Sampaio – PSDB/SP; Leonardo Picciani – PMDB/RJ; Sibá Machado – PT/AC

Data: 25/06/15

Ementa: Acrescenta parágrafos ao artigo 100 da Constituição Federal, dispondo sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais, e acrescenta disposições ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento para os casos em mora.

Situação: Aguardando Apreciação pelo Senado Federal.

14. PEC 80/2015

Autor: Valtenir Pereira – PROS/MT; Márcio Marinho – PRB/BA; Sérgio Souza – PMDB/PR; João Campos – PSDB/GO.

Data: 02/07/15

Ementa: "Acrescenta o artigo 132-A à Constituição da República, e os parágrafos 1º, 2º e 3º ao artigo 69 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabelecendo as procuradorias autárquicas e fundacionais e regulando a transição das atividades de assistência, assessoramento e consultoria jurídica para o sistema orgânico das Procuradorias Gerais dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Situação: Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN).

15. PEC 82/2015

Autor: Veneziano Vital do Rêgo – PMDB/PB

Data: 02/07/15

Ementa: Suprime a alínea "e" do inciso II do § 5º e modifica o art. 128 da Constituição Federal, introduzindo os §§ 7º, 8º, 9º, 10, 11 e 12, para permitir a atividade político-partidária de membros do Ministério Público, na forma de lei complementar.

Situação: Tramitando em conjunto.

16. PEC 100/2015

Autor: Veneziano Vital do Rêgo – PMDB/PB

Data: 15/07/15

Ementa: Acrescenta o inciso IX ao art. 200 da Constituição Federal. Explicação: Disponibiliza às gestantes, equipe multiprofissional composta pelo menos por Pediatra, Ginecologista, Obstetra, Enfermeiros e Psicólogo, para atenção integral durante o período do pré-natal, parto e o pós-parto, no âmbito do SUS.

Situação: Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA.

17. PEC 106/2015

Autor: Veneziano Vital do Rêgo – PMDB/PB

Data: 05/08/15

Ementa: Dá nova redação ao artigo 94 e ao § 3º do art. 128 da Constituição Federal.

Explicação: Altera os critérios da escolha do quinto constitucional.

Situação: Arquivada.

18. PEC 121/2015

Autor: Osmar Terra – PMDB/RS

Data: 01/09/15

Ementa: Dá nova redação ao art. 159 da Constituição Federal. Explicação: Cria o Fundo de Desenvolvimento da Região Hidrográfica do Uruguai.
Situação: Tramitando em conjunto.

19. PEC 133/2015

Autor: Alceu Moreira – PMDB/RS

Data: 15/09/15

Ementa: Altera o art. 21 da Constituição Federal, para dispor sobre o provimento de iluminação pública em trechos de rodovias federais situados em perímetros urbanos.
Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

20. PEC 135/2015

Autor: Hildo Rocha – PMDB/MA; Izalci – PSDB/DF

Data: 16/09/15

Ementa: Dá nova redação ao art. 49 da Constituição da República, modificando a redação do seu inciso IX. Explicação: Fixa prazo para julgamento pelo Congresso Nacional das contas da Presidente da República e imputa crime de responsabilidade ao Presidente do Congresso Nacional na hipótese de descumprimento.
Situação: Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

21. PEC 137/2015

Autor: Alceu Moreira – PMDB/RS

Data: 17/09/15

Ementa: Acrescenta dispositivo ao art. 159 da Constituição Federal, para destinar parcela do Fundo de Participação dos Municípios aos municípios com até 70 mil habitantes situados na orla marítima brasileira.
Situação: Tramitando em conjunto.

22. PEC 143/2015

Autor: Danilo Forte – PMDB/CE

Data: 23/09/15

Ementa: Acrescenta o art. 18-A a Constituição Federal, para fixar os procedimentos e o período para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios.
Situação: Tramitando em conjunto.

23. PEC 144/2015

Autor: Veneziano Vital do Rêgo – PMDB/PB

Data: 23/09/15

Ementa: Ementa: Dá nova redação ao artigo 94 e ao § 3º do art. 128 da Constituição Federal. Explicação: Trata da representação do Ministério Público e da Ordem dos Advogados junto aos Tribunais e dos critérios de escolha do Procurador-Geral dos Ministérios Públicos Estaduais e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Situação: Arquivada.

24. PEC 182/2015

Autor: Walter Alves – PMDB/RN

Data: 16/12/15

Ementa: Institui a obrigatoriedade para os entes da federação de aplicação de percentuais mínimos da receita resultante de impostos na área da segurança pública, sob pena de intervenção.

Situação: Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

25. PEC 183/2015

Autor: Daniel Vilela – PMDB/GO

Data: 16/12/15

Ementa: Altera a redação do art. 159, alterando a composição do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios, excluindo parte da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, e incluindo parcela da arrecadação da contribuição social sobre o lucro, para reforçar o Pacto Federativo e dar mais consistência às finanças de Estados e Municípios.

Situação: Tramitando em conjunto.

26. PEC 199/2016 (Proposição de Origem: PEC 3/2016)

Autor: Senado Federal - Romero Jucá – PMDB/RR

Data: 23/03/16

Ementa: Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da administração pública federal, de servidor público, de integrante da carreira de policial, civil ou militar, e de pessoa que haja mantido relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios ou dos Estados do Amapá ou de Roraima, inclusive suas prefeituras, na fase de instalação dessas unidades federadas, e dá outras providências.

Situação: Transformado em Norma Jurídica.

27. PEC 215/2016

Autor: Hildo Rocha – PMDB/MA

Data: 05/05/16

Ementa: Altera o art. 159 da Constituição Federal para aumentar a entrega de recursos pela União para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Municípios (FPM).

Situação: Tramitando em conjunto.

28. PEC 225/2016

Autor: Moses Rodrigues – PMDB/CE

Data: 31/05/16

Ementa: Altera dispositivos do art. 22 e do art. 144 da Constituição Federal para criar as polícias municipais, com missões de policiamento ostensivo e de manutenção da ordem pública.

Situação: Tramitando em conjunto.

29. PEC 228/2016

Autor: Moses Rodrigues – PMDB/CE

Data: 01/06/16

Ementa: Inclui o art. 144-A na Constituição Federal, para determinar a aplicação de recursos mínimos pela União em Segurança Pública.

Situação: Tramitando em conjunto.

30. PEC 247/2016

Autor: Celso Maldaner – PMDB/SC

Data: 21/06/16

Ementa: Extingue o foro especial por prerrogativa de função, nas infrações penais comuns, para o Presidente e o Vice-Presidente da República, os Senadores, os Deputados, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, os membros dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União, os chefes de missão diplomática de caráter permanente, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, os Prefeitos, os Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, os juízes estaduais, os juízes federais, incluídos os juízes da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, os membros do Ministério Público estadual e os do Ministério Público da União.

Situação: Tramitando em conjunto.

31. PEC 269/2016

Autor: João Fernando Coutinho – PSB/PE; Wilson Filho – PTB/PB; Vicentinho Júnior – PR/TO; Hélio Leite – DEM/PA; César Messias – PSB/AC; Tenente Lúcio – PSB/MG; Vitor Valim – PMDB/CE; Fábio Mitidieri – PSD/SE

Data: 18/10/16

Ementa: Acrescenta parágrafo § 4º ao art. 215 da Constituição Federal, para preservar rodeios e vaquejadas, e expressões artístico-culturais decorrentes, como patrimônio cultural imaterial brasileiro, assegurada a sua prática como modalidade esportiva, na forma da Lei.

Situação: Devolvida ao autor.

32. PEC 270/2016

Autor: João Fernando Coutinho – PSB/PE; Wilson Filho – PTB/PB; Vicentinho Júnior – PR/TO; Hélio Leite – DEM/PA; César Messias – PSB/AC; Tenente Lúcio – PSB/MG; Vitor Valim – PMDB/CE; Fábio Mitidieri – PSD/SE; José Carlos Araújo – PR/BA; Rodrigo Martins – PSB/PI

Data: 24/10/16

Ementa: Acrescenta o parágrafo § 4º ao art. 215 da Constituição Federal, para preservar rodeios e vaquejadas e expressões artístico-culturais decorrentes, como patrimônio cultural imaterial brasileiro, assegurada a sua prática como modalidade esportiva, na forma da Lei.

Situação: Arquivada.

33. PEC 271/2016

Autor: Celso Pansera – PMDB/RJ

Data: 25/10/16

Ementa: Dá nova redação ao caput e ao § 1º do art. 14 da Constituição Federal, tornando facultativo o exercício do direito de voto.

Situação: Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

34. PEC 290/2016

Autor: Manoel Junior – PMDB/PB

Data: 06/12/16

Ementa: Altera alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal. Explicação: Permite a acumulação remunerada de mais de dois cargos ou empregos públicos privativos de profissionais de saúde.

Situação: Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

35. PEC 300/2016

Autor: Mauro Lopes – PMDB/MG

Data: 20/12/16

Ementa: Altera a redação dos incisos XIII, XXI, XXVI e XXIX do art. 7º da Constituição Federal para dispor sobre jornada de trabalho de até dez horas diárias, aviso prévio de trinta dias, prevalência das disposições previstas em convenções ou acordos coletivos e prazo prescricional de dois anos até o limite de três meses para ações ajuizadas após a extinção do contrato de trabalho, obrigatoriamente submetidas à Comissão de Conciliação Prévia.

Situação: Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).